

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

A ALTERNÂNCIA ENTRE O PRETÉRITO IMPERFEITO
E O FUTURO DO PRETÉRITO NA FALA DE FLORIANÓPOLIS

TEMZA SANTOS DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação de Pós-Graduação em
Letras/Lingüística da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito à
obtenção do título de Mestre em
Lingüística.

Orientadora: Prof. Dra. Edair Maria Görski

Florianópolis - 1998

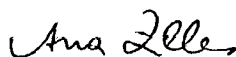
Defesa de DISSERTAÇÃO

SANTOS da SILVA, Tereza. A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis. Florianópolis, UFSC, Faculdade de Letras, 1998. Dissertação de Mestrado em Linguística.

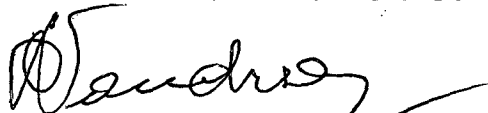
BANCA EXAMINADORA



Professora Dra. Edair Maria Görski - UFSC

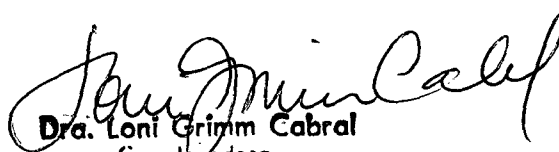


Professora Dra. Ana Maria Stahl Zilles - UFRGS



Professor Dr. Paulino Vandresen - UFSC

Professor Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura - UFSC



Dra. Loni Grimm Cabral
Coordenadora
Portaria 0371/GR/98
Pós-Grad. Linguística UFSC

Local da defesa da dissertação: Florianópolis

Conceito:

Em: 18/12/1998

Dedico este trabalho à Professora Dra. Maria Edair Gorski em retribuição a sua disponibilidade e empenho na constante orientação deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- a Deus onipotente pela vida e força de vontade para esta conquista, já que estou certa que sem Ele eu nada seria, através dEle tudo posso realizar e por isso nEle eu confio;
- (in memoriam) a meu pai que me criou na confiança em Deus, no respeito ao próximo, no entusiasmo pela vida e no interesse pelos estudos como meio de auto-realização;
- à minha mãe pelo amor e preocupação constantes e por sempre me lembrar que a vida é transitória e não se faz somente através do trabalho;
- a meu marido com esta compreensão ; "One flesh; to lose thee *were* to lose myself;
- aos meus queridos filhos Fabiane (Fabrício) e Fernando (Luíza) pelo amor verdadeiro e porque se espelharam no meu esforço, seguindo cada qual, com dignidade, o seu destino;
- aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos e suas respectivas famílias, pelo carinho e incentivo;
- à Albertina Rossi: num só tempo foi companheira de jornada e amiga de todas as horas;
- à Maria Severina Borges Mendes (e sua filha Sandra), pelo carinho de irmãs na acolhida;
- ao corpo técnico administrativo e docente do Colégio Agrícola Senador "Carlos Gomes de Oliveira" na pessoa do Prof Vicente Bruning, diretor, ao Prof Dr. Dilvo Ristof, ex-Pró Reitor da PREG e à Prof Regiani P. Freitas, ex-Coordenadora de Ensino de I e II Graus, pelo apoio recebido com relação ao meu afastamento para a realização deste curso;
- à coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Lingüística, Prof Dra. Loni G. Cabral;
- à secretária do Curso de Pós-Graduação, Susana Rocha, pelo apoio recebido e amizade;
- aos professores de Lingüística da UFSC, em particular ao Prof Dr. Paulino Vandresen;
- à Marisa Fernandes pela colaboração no uso do VARBRUL e aos bolsistas do VARSUL;
- às amigas M. Alice Tavares, Ina Emmel e Magda C. Pereira pelo carinho e hospitalidade;
- aos colegas contemporâneos dos cursos de mestrado e doutorado pelo companheirismo;
- ao Dr. Luiz Felipe Assef pelos cuidados especiais recebidos com relação a minha saúde;
- a CAPES por seis meses de bolsa concedida;
- ao meu neto Eduardo, maior incentivo para este trabalho, já que posso senti-lo como um anjo, ele que logo mais estará chegando para fazer um bem imenso à minha vida.

SINOPSE

Análise quantitativa do fenômeno da variação entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito do modo indicativo, considerando o uso alternado das formas verbais simples, perífrases (*Ir/Iria* + Infinitivo) e locuções verbais (Auxiliar modal + Infinitivo) com controle de variáveis lingüísticas e sociais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – O FENÔMENO EM ESTUDO.....	13
1. Colocação do Problema.....	13
1.2 Delimitação da Variável.....	16
1.3 Questões e hipóteses	19
CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	24
1. A teoria variacionista.....	24
2. O funcionalismo lingüístico	28
2.1. O funcionalismo segundo Givón.....	28
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	31
1. Caracterização dos informantes	31
2. Tratamento dos dados.....	32
3. Dados excluídos da análise.....	36
CAPÍTULO IV – TEMPO E MODALIDADE	38
1. Tempo e modalidade.....	38
1.1 Sobre o sistema verbal do português.....	38
1.2 O pretérito imperfeito: de temporal a modal.....	41
1.3 A trajetória do futuro do pretérito: de modal a temporal.....	47
1.4 A normatização do emprego do pretérito imperfeito e do futuro do pretérito.....	53
1.5 Sobre a natureza dos tempos verbais.....	55
2. Sobre o ponto de referência.....	59
2.1 Tipos de pontos de referência.....	64
2.2 Sobre a variação dos tempos verbais.....	65
3. Modalidade	69
3.1 A visão da Gramática Tradicional.....	70
3.2 O funcionalismo e o subsistema TAM.....	71

3.2.1 A modalidade segundo Givón	71
3.2.2 Os operadores modais.....	74
3.2.3 A modalidade como categoria do discurso.....	76
CAPÍTULO V – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	78
1. Distribuição geral dos dados	78
1.1 Formas verbais.....	78
2. Valor temporal: localização em relação ao ponto de referência (R).....	83
3. Variável I: <i>valor temporal de futuro do pretérito</i>	90
3.1 Primeira variante: uso do PI de verbos simples, com <i>valor temporal de futuro do pretérito</i>	91
3.1.1 Ambiente sintático.....	91
3.1.2 Paralelismo formal.....	95
3.2 Segunda variante: Uso do FP de verbos simples, com <i>valor temporal de pretérito imperfeito</i>	97
3.2.1 Paralelismo formal.....	97
3.2.2 Referência temporal.....	98
3.2.3 Modalidade	100
3.2.3.1 Modalidade epistêmica.....	101
3.2.3.2 Modalidade deôntica.....	101
3.3 Terceira variante: Uso de <i>la + infinitivo</i> , com o <i>valor temporal do futuro do pretérito</i>	102
3.3.1 Modalidade.....	102
3.3.2 Ambiente sintático.....	103
3.4 Resultado conjunto para as três variantes.....	104
3.4.1 Grupo de fatores lingüísticos	104
3.4.2 Grupo de fatores sociais.....	107
3.5 Conclusões parciais.....	108
4. Variável II: <i>valor temporal de pretérito imperfeito</i>	109
4.1 Primeira variante: uso do PI de verbos simples com <i>valor temporal de pretérito imperfeito</i>	110
4.1.1 Modalidade.....	111

4.2. Segunda variante: uso do FP de verbos simples, com <i>valor temporal de pretérito imperfeito</i>	111
4.2.1 Modalidade.....	111
4.3 Terceira variante: uso de <i>Ia + INF</i> com <i>valor temporal de pretérito</i>	112
4.3.1 Modalidade	112
4.4 Resultado conjunto para as três variantes.....	113
4.4.1 Grupos de fatores lingüísticos	113
4.4.2 Grupos de fatores sociais.....	114
4.5 Conclusões parciais.....	115
5. Variável III com <i>valor temporal de presente</i>	115
5.1 Primeira variante: uso do PI de verbos simples com <i>valor temporal de presente</i>	116
5.1.1 Escolaridade.....	116
5.1.2 Idade.....	117
5.2 Segunda variante: uso do FP de verbos simples com <i>valor temporal de presente</i>	118
5.2.1 Sexo.....	118
5.3 Conclusões parciais.....	118
6 As locuções verbais: auxiliar (modal) + INF.....	119
6.1 Valor temporal.....	121
6.2 Gênero discursivo.....	122
6.3 Paralelismo formal.....	123
6.4 Modalidade	124
6.5 Tipo de auxiliar.....	127
6.6 Conclusões parciais.....	128
CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo tratar a variação entre as formas verbais codificadas em português como pretérito imperfeito e futuro do pretérito do modo indicativo, na fala de Florianópolis, Brasil. Tais formas se alternam tanto em construções com verbo único como em locuções perifrásticas (*Ir + INF*) e em locuções com auxiliares modais. Essas variantes se substituem na representação de diferentes valores temporais: valor temporal de futuro, valor temporal de passado e *valor temporal de presente*, constituindo-se em três regras variáveis distintas. Para cada variável são descritos os contextos preferenciais de uso das respectivas variantes, considerando-se condicionamentos lingüísticos de natureza sintático-semântico-discursiva e condicionamentos sociais. O fenômeno é investigado nas perspectivas funcionalista e variacionista, com base em dados provenientes do projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul).

ABSTRACT This research aims to deal with the variation among tenses codified in Portuguese as “futuro do pretérito” (conditional) and “pretérito imperfeito” (past-imperfect) indicative, in the speech of Florianópolis, Brazil. Such forms alternate themselves in constructions as well as in a single verb form as in periphrastic forms {*IR* + *INF*) and in verb phrases with modal verbs. Those variants are substituted in the representation of different temporal values: temporal value of future, temporal value of past and temporal value of present, being constituted in three different variable rules. For each variable the preferential contexts of use of the respective variants are described, being considered the linguistic conditionings of syntactic, semantic and discursive nature, and the social conditionings. The phenomenon is investigated in Linguistic Functionalism, based on the data from “Projeto VARSUL” (Variação Lingüística Urbana da Região Sul).

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inserida na área da Sociolinguística Quantitativa, tratando de um fenômeno de variação linguística na interface sintaxe e discurso, apoiada em hipóteses de cunho funcionalista/ Através de uma análise sistemática acerca da alternância verbal *-va,-(i)a/-ria* verificada entre os falantes florianopolitanos, buscamos descrever o uso variável das formas de *pretérito imperfeito* e *futuro do pretérito*, em verbos únicos e locuções, identificando os contextos discursivos em que se manifestam.

Esta pesquisa se desenvolve numa perspectiva sincrônica, com base em um quadro teórico-metodológico laboviano, que considera como relevante o uso concreto e heterogêneo da língua a qual se constitui numa atividade de caráter social.

Extraímos a amostra desta pesquisa do Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul). Utilizamos os dados de vinte e quatro informantes nascidos e residentes em Florianópolis, estratificados segundo os seguintes critérios: sexo, idade e escolaridade.

Esta dissertação é constituída de cinco capítulos os quais estão explicitados abaixo.

O primeiro capítulo trata da delimitação do fenômeno em estudo e a caracterização dos contextos de uso de cada uma das formas alternantes.

No segundo capítulo enquadrámos a pesquisa dentro dos fundamentos teóricos da Teoria da Variação e do Funcionalismo Linguístico naquilo que possibilite o tratamento do fenômeno como regra variável através de abordagens específicas para tal.

O terceiro capítulo trata dos passos metodológicos do trabalho que se constituem na caracterização e delimitação do *corpus*, detalhando o tratamento dispensado em sua análise, definindo e exemplificando cada grupo de fatores.

No quarto capítulo tratamos das categorias verbais tempo e modalidade. Nas primeiras seções discute-se o sistema verbal do português, a referência e o valor temporal e

¹ Temos conhecimento de duas dissertações de mestrado, de abordagem variacionista, sobre a alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito: uma delas já concluída em 1997, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, da autoria de Ana Lúcia dos Prazeres Costa, orientada pela Professora Doutora Vera Paredes & Silva, trabalho vinculado ao PEUL (Programa de Estudo sobre o Uso da Língua); outra em andamento, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da autoria da mestranda Lenara Karan, orientada pela Professora Doutora Ana Maria Stalil Zilles, vinculada ao projeto VARSUL.

a variação dos tempos verbais em estudo. Nas demais seções aborda-se a questão da modalidade através de breve enfoque a partir dos estudos encontrados no âmbito da tradição lógica sobre o assunto, até convergir na visão funcionalista de modalidade proposta por Givón.

O quinto capítulo analisa e discute os resultados das análises estatísticas das variáveis lingüísticas e sociais, seguindo-se conclusões parciais.

Por fim concluímos e discutimos os resultados quantitativos naquilo que eles se mostraram relevantes e de acordo, ou não, com nossa expectativa para este trabalho.

CAPÍTULO 1

O FENÔMENO EM ESTUDO

] Colocação do problema

O emprego de verbos flexionados no tempo pretérito imperfeito do modo indicativo em contextos em que o esperado seria o futuro do pretérito, ou em contextos em que também poderia ser usado o pretérito imperfeito, parece ser um fato bastante recorrente no português falado no Brasil. A gramática tradicional prevê o uso de uma forma pela outra, como se pode constatar em Cunha & Cintra (1985), que admitem o emprego do pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito “para denotar um fato que seria consequência certa e imediata de outro, que não ocorreu, ou não poderia ocorrer:

(1) - Se eu não fosse mulher, IA também!” (op. cit., p. 440)

Bechara (1975) usa o mesmo critério. Além disso esses autores consideram também que o pretérito imperfeito pode ser tomado pelo presente (ambos do modo indicativo) em seu uso modal exprimindo polidez, conselho ou advertência do falante em relação ao seu interlocutor.

Já o futuro do pretérito, segundo Cunha & Cintra (1985), emprega-se para designar fatos posteriores à época de que se fala; com valor modal, em afirmações condicionadas referentes a fatos que dificilmente se realizarão em frases interrogativas ou exclamativas para denotar surpresa ou indignação, como forma polida de presente, ou para expressar incerteza sobre fatos passados. (Bechara, 1975, p. 274)

Em termos estritamente temporais (de *teme*), o pretérito imperfeito codifica situações passadas em relação ao momento de fala, enquanto que o futuro do pretérito codifica situações ílituras em relação a fatos passados, porém passadas em relação ao momento de fala. O primeiro se caracteriza como *teme* absoluto e o segundo como *íense* relativo, (cf Comrie, 1990) Ambos guardam suas propriedades temporais próprias.

Em termos de modalidade, percebe-se a superposição de alguns valores modais, de acordo com a descrição apresentada na gramática tradicional; se um fato passado é tido como duvidoso, pode ser codificado com a forma de futuro do pretérito; por outro lado, se um fato futuro é considerado como consequência certa de uma determinada condição, pode ser codificado com a forma de pretérito imperfeito; ambas as formas verbais podem ser usadas pelo presente denotando polidez. Esta superposição de valores naturalmente provoca um emprego variável das formas verbais em questão. Em suma, a variação no uso do pretérito imperfeito *versus* futuro do pretérito é previsível na descrição gramatical tradicional, sendo explicada pelo valor modal associado a cada forma.

Ocorre que no discurso oral encontramos casos de uso variável que aparentemente rompem o padrão estabelecido. Observe-se:

(02) Se tu fosses num supermercado, numa venda, naquele tempo, com um tostão tu TRARIA bastante pão, TRAZIAS os litros de leite, uns leites muito bons, puros, e um café e açúcar, com aquele tostão, que valia muito. (FLP 12, L905)^

No trecho acima, o informante alterna formas de um mesmo item lexical (*traria* e *irazias*) codificando fatos que compõem uma mesma situação - ida ao supermercado; neste caso parece improvável que como consequência da condicionante 'se tu fosses num supermercado', 'trazer pão' seja mais incerto do que 'trazer leite'. Veja-se ainda.

(03) E aí, a gente foi até o juiz pra registrar, e a mãe foi deixar ela me registrar. Quer dizer que aí, se a mãe tivesse me registrado, eu SERIA legalmente filha dela, né? (FLP 3, p. 133)

(04) Eu só não levo pra minha casa porque eu trabalho. Porque senão eu RECUPERAVA aquela criança. (FLP 16, L696)

De acordo com o grau de certeza atribuído ao fato, a expectativa seria, conforme o previsto na descrição gramatical, que em (03) ocorresse o pretérito imperfeito e em (04) o futuro do pretérito, já que pelo contexto discursivo, uma vez a condição satisfeita, a

* Os dados para este trabalho foram extraídos do Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana do sul).

situação expressa na primeira seria categórica (registro implica legalização) e na segunda, incerta (levar a criança para casa não implica recuperá-la). Naturalmente há outros fatores atuando aqui, os quais precisam ser analisados.

Com relação ao emprego de auxiliares modais, observe-se o uso variável:

(05) Eu sempre tive pena da minhas filhas fazer esse trabalho doméstico. Nem a outra também fazia, nem a Andréia. Quando eu achava assim que elas, depois, quando a gente casa, a gente vai fazer isso tudo, né? Tão eu achei que elas não DEVERIAM TER FEITO agora. (FLP 11, L892)

(06) A gente não sabia o que ele PODIA FAZER com a gente (FLP 12, L667)

No primeiro exemplo, o verbo aparece no futuro do pretérito, com valor modal já que o tempo do fato descrito na oração subordinada *{deveriam ter feito}* é anterior ao tempo da opinião expressa na oração principal *{achei}*. Acontece que o valor modal de incerteza tradicionalmente atribuído ao futuro do pretérito não parece compatível com o valor de *deveriam* no contexto acima, em que a informante emite uma opinião passada *{achei}* a respeito de um fato apresentado como perfectivo *{ter feito}*. Já no segundo exemplo, o verbo da oração principal precedido de negação *{não sabia}* antecipa o grau de incerteza associado à situação hipotética, e portanto futura, que se segue; nesse caso, o esperado seria o uso do futuro do pretérito e não do pretérito imperfeito como aconteceu *{podia fazer}*. Estaria, então, em (05) o futuro do pretérito caracterizando a situação como incerta, e em (06) o pretérito imperfeito caracterizando a situação como mais provável? Se sim, não haveria uma certa incompatibilidade entre as formas verbais? Se não, qual o valor associado a cada uma das formas em destaque?

Esta mesma alternância poderia ocorrer no exemplo abaixo, com a substituição de *ia piorar* por *pioraria*, ou *devia piorar*.

(7) Não piorou nem melhorou. Tá a mesma coisa. Pensei que IA PIORAR, porque o pessoal tá sem dinheiro, mais não. (FLP 10, L1304)

Já no exemplo seguinte é impossível este tipo de alternância;

(8) Acho que muitas coisa ali, a Censura não DEVIA DEIXAR PASSAR, principalmente liorário onde tem criança, né? (FLP 16, LI 01)

A única substituição possível seria a de *devia* por *deveria deixar*. Estes dois exemplos são suficientes para mostrar a impossibilidade de generalização quanto ao emprego dos modais, pois os valores associados a *dever* em (7) na variante *devia piorar*, e em (8) são diferentes: no primeiro caso temos um valor de modalidade epistêmica, ou seja, a crença do falante em relação ao fato descrito que se traduz em graus de certeza, neste caso compatível com a perífrase com *ia* e com a forma em *-ria*; já no segundo, o valor associado é de modalidade deôntica/avaliativa, que por se referir ao eixo da conduta, no sentido da obrigação, torna-se incompatível com as formas recém mencionadas.

As questões colocadas no decorrer desta breve exposição mostram que o uso do pretérito imperfeito *versus* futuro do pretérito não apresenta a previsibilidade tradicionalmente registrada.

Neste capítulo procuramos apontar alguns contextos em que se dá a alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito (daqui em diante abreviados por PI e FP, respectivamente), delineando, em traços gerais, o fenômeno a ser investigado.

1.2 Delimitação da variável

Considerando-se o que diz a gramática normativa, pode-se apontar três possibilidades diferentes de variação, a saber: 1) uso do pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito (valor: certeza sobre os fatos futuros); 2) uso do futuro do pretérito pelo pretérito imperfeito (valor: incerteza sobre fatos passados); e 3) uso de uma ou de outra dessas formas pelo presente (valor: polidez). Observando nossos dados, percebemos a ocorrência dessas três possibilidades, mas não tão sistematicamente associadas aos valores modais previstos pela tradição gramatical.

O emprego de verbos flexionados no tempo pretérito imperfeito do modo indicativo em contextos em que o esperado seria o futuro do pretérito, ou em contextos em que também poderia ser usado o futuro do pretérito, parece ser um fato bastante recorrente. O mesmo se dá com ambas as formas pelo presente.

Veja-se, por exemplo:

(9) Se eu tivesse o problema que eu já tive, tivesse no INPS, eu já TINHA MORRIDO, ó, muito tempo. (FLP-16-L 477)

(10) Eu não me lembro quantas moças eram. DEVERIAM SER bem umas trinta moças. (FLP 24, L 407)

(11) Se a minha filha ficasse grávida, não casasse, se ela quisesse optar por querer tirar o filho, eu jamais eu IA QUERER, eu IA QUERER meu neto. Mas uma coisa que ela não quisesse mesmo, que ela própria rejeitasse a criança, eu FARIA isso aí, eu LEVAVA ela lá e TIRAVA o neném e pronto. (FLP-11-L 240)

(12) Eu não podia ir nunca imaginar que eles IAM ME TAPEAR, né? (FLP 23, L181)

Diante dessas diferentes possibilidades de alternância, optou-se, nesta dissertação, por controlar três tipos de variação de PI e FP, associados, respectivamente, a valores temporais de pretérito imperfeito, futuro do pretérito e presente. A variável em questão pode ser melhor visualizada nos diagramas a seguir, que mostram a localização temporal das variantes.

(a) para o pretérito imperfeito:

R

-----S-----^F-----

(ponto de referência)

(tempo do evento)

(momento de fala = presente)

(13) Quando eu *comecei* a ir pra Curitiba, quando o meu irmão casou e foi morar lá, eu DEVIA TER os meus dez, onze anos, por aí. (FLP 22, L 852)

No dado em (13) a situação *devia ter* é cotemporal ao ponto de referência passado *comecei*, e anterior ao momento de fala.

(b) para o futuro do pretérito:

----- R-----^-----S-----F----- (S)-----

(ponto de referência) (tempo da situação) (momento presente)

fiituro do pretérito

(14) *Sejicasse* de comprar o carro depois do dia quinze, aí não DARIA mais. (FLP 10, L 1236)

No exemplo acima, *daria* é fiituro em relação ao ponto de referência passado, *ficasse*, pois a situação descrita localiza-se num momento posterior a ele.

(c) para o presente;

-----S/R/F-----

(tempo da situação)

(ponto de referência)

(momento de fala)

(15) Eu acho que isso aí, que DEVIA TER um certo regime...(FLP-16-L 522)

Aqui, *devia* pode alternar com *deveria* e ambas alternam com *deve*, indicando uma referência temporal presente, simultânea ao tempo da situação e ao momento de fala, modalizada, neste caso, duplamente: pelo tempo verbal e pelo auxiliar modal.

A opção metodológica assumida é, portanto, a de trabalhar com as três possibilidades de variação: o tipo (b) sem restrições; o tipo (a) com exclusão de ocorrências factuais que impedem a substituição de uma forma verbal por outra; e o tipo (c) com exclusão das formas de presente.

Outro aspecto que merece ser destacado diz respeito ao emprego de auxiliares modais, que carregam consigo valores de modalidade epistêmica ou deôntica/avaliativa (Givón,1995). Optou-se por também considerá-los como dados variáveis. O tipo de verbo em análise (se “principal” ou auxiliar) será controlado como uma variável independente.

Outros exemplos a serem apresentados mostram que o uso do PI *versus* FP não apresenta a previsibilidade tradicionalmente registrada. É preciso caracterizar os contextos de uso de cada uma das formas alternantes, especialmente no discurso oral, através do levantamento e controle de variáveis independentes lingüísticas e sociais. Sobretudo, é necessário aprofundar a discussão sobre as implicações de tempo (*iense*) e de modalidade no uso das formas verbais em questão. É o que pretendemos fazer no desenvolver desta dissertação.

1.3. Questões e Hipóteses

As principais questões e hipóteses, inicialmente propostas para nortear esta dissertação, são apresentadas a seguir. O detalhamento de cada questão e hipótese, com os respectivos grupos de fatores controlados é apresentado adiante.

Vamos situar a primeira questão a partir da proposta de Camara Jr. de que as formas em *-ria*, as perífrases com *ia* ou as locuções com *dever*, *poder*, etc., no pretérito imperfeito “são variantes mórficas de unia mesma significação básica” (Camara Jr. 1967, p. 46). Os exemplos anteriormente mencionados mostram a inadequação de se incluir sem restrições certos tipos de alternância entre algumas formas simples, perífrases e locuções (especialmente a última devido seu acentuado caráter de modalidade) para expressar os diferentes valores temporais. Diante de tal particularidade dos verbos modais optamos por abordá-los em separado. Assim, num primeiro momento, trataremos como variantes de uma mesma variável as formas em *-ria*, as perífrases com *ia* INF e as formas em *-vaZ-ia*, conforme se apresentam no exemplo abaixo;

(16) ... ai eu *vi* que não VALIA a pena, eu disse que tinha ido pra trazer ele pra cá, pra ele tentar se curar, porque se ele *estivesse* com queimadura profiinda, né? essas queimaduras horríveis, eu IA TENTAR, no meu serviço, ver se CONSEGUIA pra ele fazer operação, ver de eles DAVAM uma força, né? pra operar, pra não deixar assim, aquelas cicatrizes horríveis que ficam... (FLP 3, L 930)

Hipótese; Tomando como pressuposto o uso alternado das formas de presente, futuro perifrástico com *ir* no presente e futuro do presente para a referência temporal

filtração em relação ao momento de fala, é possível estabelecer uma correlação de uso entre essas formas e as de pretérito imperfeito, futuro perifrástico com *ir* no imperfeito e futuro do pretérito, para a referência temporal futura em relação a um tempo passado. De sorte que, tomando o verbo *sair* como exemplo, temos;

FUT PRES; saio - *vou sair* - *sairei*

FUTPRET: saía - *ia sair* - *sairia*

No segundo caso, objeto de nossa investigação, a expectativa é que a ordem de ocorrência dessas formas em termos de frequência, de maior para menor frequência seja: locução perifrástica > pretérito imperfeito > futuro do pretérito. E que cada uma das formas tenha um contexto definido para se manifestar. A questão decorrente é; em que contextos lingüísticos ocorre preferencialmente cada uma delas?

A segunda questão está centrada nos verbos auxiliares. O tratamento especial dispensado aos modais decorre basicamente da proposta de Givón (1995). De acordo com o autor, os auxiliares modais são “operadores indutores do irrealis, por excelência”, e a modalidade associada a tais verbos tende a começar como avaliativa ou deôntica (habilidade, intenção, propósito, obrigação, necessidade, permissão, preferência), podendo desenvolver-se também um sentido epistêmico de baixa certeza. O traço de incerteza epistêmica é o denominador comum de todos os submodos do irrealis, uma vez que o valor avaliativo/deôntico carrega, em acréscimo ao seu valor deôntico, também um sentido inerente de futuridade, portanto de incerteza epistêmica. A modalidade deôntica é então considerada o caso marcado; como a modalidade epistêmica não precisa ter nenhum sentido deôntico, é o caso não marcado. É possível estabelecer a seguinte associação: se deôntico, então incerteza epistêmica (mas não necessariamente vice-versa), (p. 120-22)

Como é bastante freqüente em nossos dados a ocorrência do chamado auxiliar modal, parece-nos interessante investigar o comportamento desses auxiliares em termos de flexão modo-temporal. Vejam-se os exemplos:

(17) Simplesmente ela olhou a criança, ela não colocou a mão na criança. Eu achei aquilo assim- Eu, sei lá, eu como ser humano que olha muito o outro ser humano, eu

acho que DEVIA SER CASSADO o diploma dela. (FLP 16, L 536) (modalidade epistêmica: baixa certeza)

(18) Ah, foi péssimo. Foi péssimo. A seleção DEVERIA ESTAR um pouquinho melhor, né? (FLP 05, L463) (modalidade deôntica/avaliativa: obrigação, necessidade)

Nossa hipótese é de que o valor modal associado ao verbo (avaliativo/deôntico ou epistêmico) é relevante para o uso da forma de pretérito imperfeito ou futuro do pretérito.

As locuções verbais não se compõem com auxiliar *ir* ou modal, apenas, como se percebe no exemplo a seguir;

(19) ...está todo mundo sem casa, né? está todo mundo sem moradia. Eles ainda *estão* pequenos, né? Mas PRECISAVA TER umas melhores.(FLP 11, LI200)

Um aspecto relevante, em se tratando de auxiliares, tem a ver com as características próprias de cada item lexical. Observe-se o comportamento de *querer* e *gostar* nas frases abaixo:

(20) Porque tu tá recebendo dela o que tu QUERIA RECEBER do teu marido (FLP 16,L1265)

(21) Mas eu GOSTARIA que fosse melhor (FLPIO, L94)

Parece improvável a ocorrência de futuro do pretérito em (20): *quereria receber*; já é um pouco mais previsível a possibilidade de uso do pretérito imperfeito em (21): *gostava que fosse*, na fala de Florianópolis. Seriam inteiramente previsíveis as construções: *gostaria de receber* e *queria que fosse*. Isso nos leva a formular a hipótese de que o significado inerente do item lexical correspondente ao verbo auxiliar é relevante para a alternância dos tempos verbais em questão.

A terceira grande questão refere-se à configuração morfossintática das frases relacionadas. Em períodos compostos por subordinação, a alternância de tempos aparece via de regra em relações condicionais e em construções de discurso indireto, como em:

(22) Então ele disse que IA embora pra São Paulo TRABALHAR lá... (FLP11, L961)

(23) Mas o tratorista que esteve ali que ele estava cavando o terreno do lado, aí ele disse que IA BOTAR a cerca no chão e tal e disse que IA BOTAR a casa no chão (FLP 05, L377)

No caso específico das condicionais, é interessante controlar a ordem das orações para verificar seu possível efeito sobre a escolha do tempo verbal.

A hipótese aqui é que o estatuto sintático das orações condiciona o emprego da morfologia verbal.

Observe-se ainda que, no caso de subordinação, um modal pode apresentar-se no pretérito imperfeito, independentemente do tempo do verbo da oração principal;

(24) Eu acho que é isso aí, que DEVIA TER um certo regime (FLP 16, L522)

A quarta questão focaliza as orações em cadeia. Propomo-nos a testar o princípio do paralelismo segundo o qual "marcas levam a marcas e zeros leva a zeros". (Poplack, 1979, p. 80) Considere-se o exemplo:

(25) E; Ganhando na loteria, o que você IRIA FAZER?

F; Tá, ganhando na loteria, eu IA CONHECER primeiro era o Pantanal. IA CONHECER era Pantanal. Um dos meu sonhos é ir no Pantanal, Depois, conhecer o Rio, conhecer a Bahia, lá em cima, no Nordeste. Depois conliecer um pouco aqui do Brasil, né? IA pro exterior (FLP 10, LI347)

No trecho acima, temos a forma inicial IA CONHECER (repetida logo após), como exemplo de paralelismo.

Observe-se a forma verbal contida na pergunta do entrevistador - IRIA FAZER. Há que se controlar o possível 'efeito gatilho' produzido pela fala do interlocutor que está monitorando a entrevista. No exemplo acima, o informante usa o pretérito imperfeito para responder ao estímulo contendo futuro do pretérito. O mesmo já não se verifica no exemplo abaixo onde se mantém a mesma forma verbal;

(26) E: E o que deveria ser feito?

F: Eu até achava que mais divulgação sobre a natureza, aqui em Florianópolis. O pessoal DEVERIA CONSCIENTIZAR mais pessoa sobre a preservação à natureza (FLP 10, LI368)

Nesse caso, é importante controlar também a possível influência da fala do entrevistador sobre a fala do entrevistado.

Outra questão de natureza discursiva tem a ver com o grau de formalidade que permeia o discurso. Mesmo em se tratando de entrevista sociolinguística, era que se pressupõe que a interação seja o mais natural possível, pode-se controlar eventuais indícios de maior ou menor formalidade associados à temática em foco (religião, trabalho, lazer...) ou ao tempo decorrido no desenrolar da entrevista. Supõe-se que contextos mais formais sejam mais propícios ao emprego do ílxturo do pretérito.

(27) E na época quem arrumou pra mim no Maia foi o Nelson Amin, pra fazer o exame lá dentro, pra ver se eu FICAVA. Ele conseguiu pra me encaixar no quadro de 35 homens, que eu...(FLP 4, L 827)

(28) Mas eu GOSTA- não, GOSTARIA que fosse melhor. Que eu trabalho na oficina. Serviço muito pesado, né? Era menos preocupação. (FLP 10,L 93)

(29) ...na Quinta-feira TINHA QUE CONFESSAR a gente TINHA QUE IR ao confessionário...(FLP 24, L 533)

Os dados em (27) e (29) aparecem em contextos menos formais por se tratar apenas de relatos sobre experiências pessoais já vividas, ao passo que em (28) o informante emite uma opinião, o que mostra um cunho mais formal naquilo que ele argumenta.

Por fim, há que se investigar se o fenômeno em estudo é sensível à influência de variáveis sociais. Das variáveis controladas - sexo, idade e escolaridade - acreditamos que a última deva ser mais relevante para o fenômeno em questão, por conta do estatuto de padrão gramatical atribuído, muitas vezes, à forma de futuro do pretérito, especialmente quando se trata de correlação de tempos verbais em orações subordinadas.

CAPÍTULO II

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este capítulo apresenta os pressupostos teóricos encontrados nas áreas da Sociolinguística Quantitativa e do Funcionalismo Lingüístico necessários ao enquadramento do fenômeno em estudo tido como regra variável. A orientação teórica na condução do trabalho advém basicamente da linha de investigação desenvolvida por Givón, (1990; 1993; 1995) Dubois, (1984) entre outros, tendência essa centrada em aspectos da coerência discursiva, do processamento das informações e de mecanismos de origem cognitiva, discursiva e estrutural aí envolvidos. Alinhamo-nos a pesquisadores que investigam a variação de fenômenos sintáticos controlando variáveis sociais, discursivo-pragmáticas, semânticas e estruturais em seus estudos, como Lavandera (1978), Bentivoglio (1987), Silva-Corvalán (1988), Paredes & Silva (1988), Gryner (1990), Górski (1996; 1997), entre outros.

1. A teoria variacionista

O modelo de análise quantitativa iniciado por Labov (1966) e aprimorado por Cedergren e Sankóif (1974) tem por objeto a variação dos sistemas lingüísticos. Esta variação é condicionada por fatores lingüísticos e sociais os quais podem ser analisados à luz do quadro teórico-metodológico da Teoria da Variação.

A teoria variacionista postulada por Labov (1972a; 1978; 1994) leva em conta a *dimensão histórica da língua*, os *estratos sociais* (classes A,B,C e intermediárias) e a *dimensão geográfica*, considerando que variação lingüística se traduz por *maneiras diferentes de dizer as mesmas coisas*, (op. cit., 1972 b, p. 8) O estudo variacionista se dá através do levantamento exaustivo de dados do vernáculo, obtidos em determinada comunidade, a fim de que se possa desenvolver descrição detalhada da *variável* e *variantes* (envelope de variação), com análise dos possíveis fatores condicionadores (lingüísticos e sociais) para posterior encaixamento da variável no sistema lingüístico e social da

comunidade e projeção histórica da variável no sistema sociolingüístico através da formulação de regras gramaticais variáveis, (op. cit.)

Conforme a concepção laboviana rerepresentada por Tarallo (1986), as línguas apresentam heterogeneidade em si. A Teoria da Variação tornou possível o reconhecimento de que falantes de uma mesma comunidade lingüística estão predispostos a operar com regras variáveis, considerando-se que a língua natural pode apresentar formas alternantes desde que elas se dêem em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. O autor propõe que se investigue o “caos aparente” levando-se em conta que a variação pode ser sistematizada e aí cabe o papel do pesquisador. Sua tarefa consiste em identificar a variação, através de rigorosa coleta e seleção de dados do vernáculo dos falantes de uma comunidade os quais contribuem para a regularidade das variantes em uso. Além disso deve definir com critério a variável e variantes que se constituem no envelope de variação, levantando possíveis fatores condicionantes lingüísticos e sociais.

Outro aspecto importante a ser considerado é a inserção da variável no sistema lingüístico e social da comunidade e sua projeção no mesmo. E isso consiste na concretização da tarefa do pesquisador que somente se esgota numa criteriosa análise quantitativa que confirme suas hipóteses.

Entre os trabalhos pioneiros na Sociolingüística Variacionista estão aqueles realizados na área de fonologia. Labov é precursor na aplicação de métodos de análise lingüística quantitativa. Ele comprova que existem fortes evidências de correlação entre os usos lingüisticamente diferenciados e a estratificação social dos falantes.

Os trabalhos desenvolvidos por Labov (1978; apud Coan, 1997, p. 24) comprovam que não é possível entender o desenvolvimento de uma mudança lingüística fora da vida social da comunidade em que ela ocorre, pois pressões sociais estão continuamente operando sobre a linguagem, não de um ponto remoto do passado, mas como uma força social imanente agindo no presente.

Qualquer interação lingüística envolvendo comportamentos variáveis exige uma metodologia interpretativa para que se estabeleça a equivalência semântico e/ou funcional das formas, sejam elas socialmente estratificadas ou não. A atividade que integra os aspectos sociais e lingüísticos tem tido um caráter cumulativo com análises cada vez mais

sofisticadas, levando o investigador a ampliar os níveis de análise, incluindo fatores de ordem semântica e discursiva no controle dos fenômenos investigados.

Tal alargamento da abordagem variacionista para níveis estruturalmente mais altos que o fonológico não é isento de problemas como pode constatar, por exemplo, na polêmica de Lavandera-Labov (1978).

Lavandera (1978) aponta a inadequação de estender a noção de variável sociolingüística a outros níveis de análise, diferentes do fonológico, indagando sobre os limites da técnica sociolingüística, argumentando que “*As unidades para além do nível fonológico têm cada uma um significado*” e questionando nestes termos a possibilidade de variação: “*cada construção sintática tem seu próprio significado, como é possível que haja variação, se por variação entendemos duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma coisa?*” (op. cit., p. 181) As críticas da autora estenderam-se ainda em relação ao significado mais amplo, englobando significação social e estilística no mesmo nível do significado referencial. Labov (1978), entretanto, separa os níveis, dizendo que o significado representacional mais restrito não está no mesmo plano da identificação (significado social) e acomodação (significação estilística), isto é, o autor sugere que num primeiro momento devemos submeter nossa análise lingüística ao exame do seu significado referencial para então submetê-la às funções de identificação e acomodação. Isto posto, pode-se considerar como variantes formas que apresentem matizes semânticos distintos, desde que correspondam ao mesmo significado representacional, conforme entendido por Labov.

Já Bentivoglio (1987) não compartilha plenamente de nenhuma das duas posições: a variacionista e a anti-variacionista, pois segundo ela essas posições parecem extremadas. O que importa é a contribuição para o conhecimento da língua que estamos estudando.

A autora considera que no nível morfológico há variantes incontestáveis (morfema de plural, por exemplo, mas no âmbito morfossintático “se quisermos encontrar contextos iguais, como fazemos em fonologia, deveríamos renunciar antes de começar”, (op. cit., p. 14-19)

Para Callou et al. (1991), a questão que se coloca não está exatamente na equivalência de formas do ponto de vista de dizerem a mesma coisa, mas no fato de

determinadas formas ou construções, que guardam entre si uma equivalência no nível referencial, cumprirem do ponto de vista discursivo-pragmático papéis diferentes. As autoras propõem mudança de perspectiva: os estudos em vez de partirem de fenômenos bem delimitados gramaticalmente, com variação inequívoca, deveriam investigar diferentes formas de expressão para indicar um mesmo processo; indeterminação, modalização, hipótese etc. Para elas a mudança de perspectiva torna a abordagem variacionista mais complexa. Há de se trabalhar com outros grupos de fatores que não são os tradicionais, como os de natureza discursiva; distância do referente, mudança de referente, status informacional, gênero discursivo, paralelismo, etc. Segundo elas, essas são dificuldades que representam um desafio antes que um empecilho.

Ainda segundo as autoras, a abordagem variacionista exige do pesquisador uma investigação aprofundada na busca dos diversos condicionamentos de um determinado fenômeno, busca que muitas vezes não estabelece fronteiras entre os diversos níveis de análise (fonético, prosódico, morfológico, sintático-discursivo).

Como vantagem da metodologia, apontam que; *“e/a permite uma avaliação mais precisa, menos impressionista, obrigando o lingüista a buscar categorizações mais objetivas. Neste sentido, os números não valem por si mas funcionam como ponto de referência para a interpretação.”* (op. cit. p.20)

Pode-se dizer que “os resultados empíricos comprovam que, além de permitir a identificação dos contextos semânticos - pragmáticos relevantes, o processamento eletrônico permite controlar o efeito de cada parâmetro, o que é vital quando se trata de fatores inter-relacionados”. (Lavandera 1978, apud Gryner 1990, p. 52)

Procuramos conciliar as considerações dos vários autores acerca dos estudos variacionistas ao inscrevermos neles nossa pesquisa. Seguimos mais de perto as abordagens de Callou et al. (op. cit.), as quais apontam interessantes vantagens da metodologia, mesmo envolvendo maior complexidade quando se trata de fenômenos sintático-discursivos; este é o nosso caso.

A despeito do caráter de subjetividade que parece estar presente na escolha de uma forma ou de outra do tempo verbal, submetemos os dados apresentados nessa dissertação a um tratamento objetivo e sistemático, estabelecendo correlações estatísticas entre as

variantes que se alternam paradigmaticamente e semanticamente de acordo com os fatores correlacionados a cada variante. Desse modo, essa dissertação se inscreve na área da Sociolingüística Quantitativa, caracterizando-se como estudo de um fenômeno de variação lingüística que se situa na interface sintaxe/discurso. Segue a linha geral das investigações de fenômenos sintático-discursivos, alargando o conceito de regra variável para abrigar como variantes construções que, embora não apresentem estritamente o ‘mesmo significado’, apontam para uma equivalência referencial e podem ser revertidas para outra forma de construção, como é o caso de alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito do modo indicativo.

2. O funcionalismo e a lingüística

No desenvolvimento desta pesquisa, assumimos uma concepção funcionalista de gramática como um conjunto de estratégias que funcionam como “instruções de processamento mental”, empregadas para se produzir uma comunicação coerente (Givón, 1993, p.01; 1991, p. 07). Estas estratégias são resultantes da atuação de princípios basicamente icônicos que, em cada domínio, combinam-se com convenções estruturais aparentemente mais arbitrárias, gerando “motivações em competição” (Dubois, 1984). A fimção básica da linguagem envolve três domínios funcionais; do significado lexical, da informação proposicional e da coerência textual, sendo a gramática o instrumento usado para codificar articuladamente os dois domínios maiores (Givón, 1993; 1995).

2.1 O funcionalismo segundo Givón

Alguns princípios funcionalistas básicos propostos por Givón (1990) nos interessam mais de perto no decorrer desse trabalho, entre eles os princípios da iconicidade e da marcação.

Dentro do processo comunicativo, o princípio da iconicidade tem por base a relação entre dois planos; o da função, voltada para o conteúdo da informação e o da forma que remete à expressão do que é transmitido. O autor postula que entre esses planos a relação

nem sempre é unívoca em virtude do caráter tanto polissêmico como homonímico das línguas e por essas sofrerem transformações em sua forma ao longo do tempo, acarretando conseqüentemente alteração no conteúdo do que é transmitido.

É a função que caracteriza o uso da língua para certos propósitos comunicativos uma vez que o emissor, na interação com seu receptor que, estabelecendo o contexto discursivo, se utiliza de formas lingüísticas que possam transmitir sua mensagem. Nela são levados em conta tanto os aspectos semânticos e pragmáticos como textual - discursivos necessários à eficiente comunicação que se estabelece através do contexto.

Os princípios de iconicidade são assim relacionados por Givón (1990; 1991); quantidade de informação e conseqüente quantidade de codificação; proximidade de informação relacionada ao processamento cognitivo e proximidade das unidades no plano da codificação; e ordenação que orienta a informação linearmente segundo sua semântica e pragmática.

Esses princípios norteiam nossa investigação quando nos referimos ao paralelismo formal, ao ambiente sintático, entre outros fatores que se constituem no resultado do processamento cognitivo das informações situados na memória do falante.

Sobre a marcação, Givón (1990) estabelece três critérios básicos: a) estruturas maiores e mais complexas são mais marcadas e por isso essa categoria é menos freqüente devido a sua complexidade; b) a freqüência com que aparecem as estruturas marcadas tende a ser menor que a das categorias não-marcadas; c) devido à dificuldade de processamento mental, as estruturas mais complexas, ou seja, mais marcadas, exigem maior esforço cognitivo, priorizando as construções não-marcadas.

Assume-se que eventos ocorridos em tempo e espaço real, ou que estão ocorrendo no momento de fala, são mais salientes na mente do falante que eventos que não se realizam, ou que poderão ocorrer no ílituro. De acordo com Givón, as bases para esta asserção podem ser encontradas em propriedades da percepção humana e da memória, uma vez que eventos diretamente experienciados ou testemunhados são mais memorizáveis do que os não vivenciados. Informações estocadas na memória sobre eventos reais são mais salientes, melhor estocadas e mais facilmente reativadas do que informações sobre eventos potenciais, hipotéticos ou ficturos. Segundo o autor, a alta freqüência do *realis* no discurso do dia-a-dia

pode também refletir sua alta relevância sócio-cultural; eventos que acontecem ou que estão acontecendo provavelmente afetam mais a vida das pessoas do que eventos hipotéticos futuros. (Givón, 1995, p. 56; 1993, p. 180)

A questão da marcação, discutida nos parágrafos anteriores, ganha um lugar de destaque na perspectiva funcionalista, pois se constitui, num dos pontos de sustentação da gramática, através do chamado “princípio meta-icônico da marcação”, segundo o qual “categorias que são cognitivamente marcadas (i.e., complexas) tendem a ser marcadas estruturalmente) (1991b, p. 106). Naturalmente tal princípio se constituirá numa das diretrizes para o estudo que aqui se propõe.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

Este capítulo traz os passos metodológicos para essa pesquisa. Começamos com a caracterização do *corpus* analisado dos informantes selecionados. Mostramos em seguida nosso procedimento com relação à análise quantitativa à qual submetemos nossos dados e a forma como se estabelece o controle das variáveis independentes, lingüísticas e sociais. Em seção à parte tratamos da exclusão de certos dados e justificamos as razões para tal procedimento.

1. Caracterização do *corpus*

No banco de dados do Projeto VARSUL - Variação Lingüística Urbana na Região Sul - está disponível o *corpus* pertinente ao nosso trabalho. O Projeto VARSUL vem, desde 1990, organizando um Banco de Dados informatizado, a partir da documentação do português falado nas áreas urbanas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (cf Manual do usuário. Banco de Dados Lingüísticos VARSUL. Organizadores; Clarice Bohn Kniese & Iara Bemquequer Costa, 1995).

Os dados do Projeto VARSUL são coletados seguindo a orientação laboviana, sendo realizadas entrevistas gravadas em estilo semi-distenso, com duração de uma hora cada, com moradores enraizados em cada uma das cidades consideradas. O entrevistador procura criar uma situação mais distensa possível, tratando de assuntos relacionados com a cidade do entrevistado, sua vida, seu trabalho, seus valores, suas crenças, e outros temas pelos quais o informante manifeste interesse. Cada região está equilibradamente representada na amostra constituída por doze células¹ de dois componentes. Na seleção dos entrevistados são controladas duas faixas etárias (25 a 49, e mais de 50 anos), sexo (masculino e feminino).

¹ Cada célula compõe-se de dois informantes que correspondem ao sexo masculino e feminino equivalentes aos diferentes níveis de escolaridade (primário, ginásial e colegial) e diferentes faixas etárias (25 a 49 anos e acima de 50 anos).

três graus de escolarização (até 4, até 8 e até 12 anos de escolarização), perfazendo assim uma amostra de 24 informantes por localidade, 96 por Estado e 288 na Região Sul.

Mesta pesquisa, são analisadas entrevistas de vinte e quatro informantes florianopolitanos, estratificados segundo o sexo, idade e escolaridade, totalizando aproximadamente vinte e quatro horas de gravação (uma hora por informante), conforme a distribuição abaixo, por células sociais;

Escolaridade	25 a 49		+ de 50		(idade)
	M	F	M	F	(sexo)
Primário	2	2	2	2	
Ginasial	2	2	2	2	
Colegial	2	2	2	2	

2. Tratamento dos dados

O tratamento estatístico dispensado aos dados da pesquisa provém da metodologia da Teoria da Variação, cujos recursos envolvem a identificação da variável dependente (conjunto de variantes sob análise) e de grupos de fatores co-ocorrentes. Os dados são submetidos a tratamento estatístico através da utilização do pacote VAEJBRUL 2S, versão de 1988 (Pintzuk). Os cálculos indicam freqüências, percentagens e pesos relativos associados a cada fator, e mostram o nível de significância atribuído ao poder condicionante de determinado fator para a aplicação ou não de uma dada regra. A proposta de se tratar quantitativamente os dados visa ao estabelecimento de correlações a partir de uma variável de referência e de parâmetros que atuam interativamente, e à avaliação da ação de diferentes motivações na configuração do fenômeno investigado.

Os tipos de questões e hipóteses formuladas definem um tratamento inicialmente qualitativo, seguido de um tratamento quantitativo dos dados que são codificados de acordo com os grupos de fatores postulados. Os dados foram selecionados e codificados de modo a

identificar as variáveis independentes ou grupos de fatores que co-ocorrem com a variável dependente *-va/-(i)a/-iria* em contextos de fala.

Abaixo, relacionamos, rapidamente, os grupos de fatores controlados como supostamente condicionantes da variação entre as formas do pretérito imperfeito e futuro do pretérito do modo indicativo. Cada um dos grupos será posteriormente detalhado e exemplificado.

VARIÁVEL DEPENDENTE

Pretérito imperfeito

Futuro do pretérito

VARIÁVEIS INDEPENDENTES

a) Grupo de fatores lingüísticos

Valor temporal

O valor temporal de PI, FP e Presente não é depreendido relativamente ao momento da fala; antes, tem a ver com o ponto de referência do dado e sua localização no eixo temporal. Nossa expectativa é que a forma PI seja mais recorrente, independente do valor temporal representado.

Referência temporal

A referência temporal é estabelecida a partir do momento de fala, localizando-se a situação do dado como anterior, cotemporal ou posterior ao momento da enunciação. Assume-se que eventos que ocorreram em tempo e espaço real, ou que estão ocorrendo no momento da fala, são mais salientes na memória do falante do que eventos que não se

realizaram ou que podem ocorrer no futuro. Assim, a expectativa é que as formas do passado (PI) estão mais disponíveis na memória do falante.

Modalidade

A modalidade, segundo Givón (1995), é a categoria que codifica a atitude do falante acerca da informação proposicional, especialmente seu julgamento *epistêmico* (de verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência) e *deôntico* ou *avaliativo* (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação, propósito), (op. cit., p. 117-23)

Forma verbal

Câmara Jr. (1967) afirma que as formas em *-ria*, as perífrases com *-ia* e locuções verbais são variantes morfológicas de mesma significação básica, conforme seja a intenção de dar informação real, possível ou imaginária. O autor admite a possibilidade de variação que também vai depender do estilo do falante conforme "o propósito de quebrar a monotonia formal e, mais ainda, o de acentuar certas diferenças modais". (op. cit., p. 46)

Verbo auxiliar

Givón (1995) trata os auxiliares modais postulando que eles são indutores *do itrealis* e que tendem a começar como Avaliativo/Deôntico ou sentido Epistêmico de baixa certeza (denominador comum dos submodos *irrealis*). O valor Deôntico também carrega sentido inerente de flituidade, de incerteza Epistêmica. A modalidade Epistêmica não precisa de sentido Deôntico. O autor reconhece a modalidade *irrealis* como categoria marcada em relação a *realis*, considerando que os modais carregam tanto a modalidade deôntica como a epistêmica sendo que a primeira é marcada em relação a última, (op. cit., p. 121)

Conjugação

A conjugação verbal pode provocar alternância entre as formas verbais PI e FP do modo indicativo, em função do grau de maior ou menor saliência fônica entre as formas alternantes.

Paralelismo formal

Diversos trabalhos vêm apontando o processo de *paralelismo formal* como uma variável influente na configuração da fala (nas ocorrências em cadeia, *imperfeito* levaria a *imperfeito* e *fuíuro do pretérito* levaria *SL futuro do pretérito*, todos do modo indicativo). Parece que ativada uma determinada forma, ela se torna disponível na memória do falante que tende a repetir o uso dessa forma verbal na continuação do discurso.

Ambiente sintático

A alternância de tempos verbais aparece em geral na configuração morfossintática das frases relacionadas, especialmente nos períodos compostos por subordinação, em relações condicionais e nas construções de discurso indireto. De acordo com Leão (1961), as orações de períodos hipotéticos formam uma unidade sintática e lógica. O período hipotético poderia ser considerado uma estrutura, na qual há uma correlação sintática entre o tempo e a modalidade dos verbos contidos nas orações de prótase e apódose dos períodos subordinados.

Gênero discursivo

Parece que na *argumentação* o uso do futuro do pretérito é mais saliente do que o uso do pretérito imperfeito, visto que o informante expõe seu ponto de vista e opina sobre os fatos. Já na *narração* é possível que seja mais freqüente o uso do PI, uma vez que as narrativas privilegiam a referência temporal passada.

Tópico discursivo

Mesmo em se tratando de pesquisa sociolinguística, em que se pressupõe que a situação de gravação seja a mais informal possível, pode-se controlar eventuais indícios de maior ou menor formalidade associados à temática em foco (religião, trabalho, lazer...). O tópico discursivo pode ser responsável pelo grau de formalidade estabelecido no contexto discursivo, atuando sobre o uso das formas verbais em estudo.

Duração da entrevista

O controle do tempo decorrido pode mostrar interferência no grau de formalidade que permeia o desenrolar da entrevista, refletindo-se na alternância das formas verbais.

b) fatores sociais

Por fim, há que se investigar se o fenômeno em estudo é sensível à influência de variáveis sociais. Estas são as variáveis controladas:

Sexo

Idade

Escolaridade

Informante

3. Dados excluídos da análise

Deixaram de ser consideradas ocorrências do seguinte tipo;

a) ocorrências de fatos habituais

Como estamos tratando apenas ocorrências que permitam uso variável de PI e FP, não são analisados os dados em que o informante fez uso do PI ao relatar fatos habituais ocorridos no passado, como neste exemplo;

(1) Então a gente *brincava* de esconder, somente à noite, né? A gente VIMHA da aula, então a gente TRATAVA de brincar de esconder. (FLP 12, L 254)

É improvável que o informante utilize o futuro do pretérito ao relatar fatos habituais ocorridos com ele mesmo no passado.

b) ocorrências com o verbo *querer*

Foram encontradas 109 ocorrências com o verbo *querer*, as quais foram consideradas apenas para efeitos de contagem geral, uma vez que não houve nenhuma ocorrência no futuro do pretérito. Num segundo momento elas foram retiradas análise.

c) ocorrências com o verbo *gostar*

Encontramos em nossos dados apenas 11 ocorrências com o verbo *gostar*, todas categoricamente no FP, o que nos levou a excluí-las da análise após a primeira rodada estatística.

d) ocorrências com o verbo *ir*

Foram consideradas as ocorrências tanto com o verbo *ir* de movimento quanto com a mesma forma usada em construções perifrásticas. Não tivemos nenhuma construção em que o verbo *ir* fosse seu próprio auxiliar (ia/iria ir). Mas houve 03 ocorrências de perífrases com o auxiliar *ir* seguido do verbo *querer* (ia/iria querer); desconsideramos que a perífrase equívale ao uso da forma de futuro do pretérito (quereria). Estas também foram excluídas dos nossos dados a exemplo das ocorrências com o item lexical *querer* nas locuções.

CAPÍTULO IV

TEMPO E MODALIDADE VERBAL

1. Tempo e modalidade verbal

Este capítulo relaciona-se às categorias verbais. Diante das dificuldades para dissociar os valores temporal, aspectual e modal, procuraremos desenvolver breve abordagem diacrônica que contemple cada categoria naquilo que for mais relevante para o estudo do PI e do PF. Este capítulo tem como objetivo apresentar uma síntese do sistema verbal do português, segundo o postulado por Camara Jr., entre outros autores. Mostramos a visão da gramática normativa sobre o assunto, destacando as formas verbais em estudo. Abordamos a referência e o valor temporal, traçando a natureza dos tempos verbais, o ponto de referência e a variação entre PI e FP. Também é tratada a questão da modalidade segundo a visão tradicional e de acordo com a visão givoniana que nos dará subsídios para situarmos a modalidade no âmbito do funcionalismo. Tratamos, dentro do subsistema gramatical TAM (tempo/aspecto/modalidade) noções gerais a modalidade *hrealis*. Ainda, segundo Givón, abordamos sucintamente as modalidades proposicionais, dando destaque à epistêmica e à deôntica ou avaliativa, assunto mais relevante para a nossa pesquisa. Ainda, com base na visão funcionalista, propomos mostrar o comportamento do verbo *ir*, na trajetória para a gramaticalização, como verbo de modalidade. Também fazemos breve referência à modalidade que permeia a categoria discursiva.

Neste capítulo visamos destacar aspectos importantes encontrados em bibliografias específicas em conjunto com os dados, os quais nos levam à delimitação e dão suporte às hipóteses testadas, às variáveis controladas, à condução da análise dos dados e discussão dos resultados.

1.10 sistema verbal do português

De acordo com Camara Jr.(1972), o modo indicativo apresenta dois sistemas verbais possíveis; um, próprio da língua oral, que se constitui na oposição entre presente e pretérito, marcados pelo momento de fala, para constituir-se no passado, e o outro que opõe presente e pretérito, superpondo noções de futuro, (op. cit., p. 89-91) No primeiro

caso, o presente constitui-se presente, futuro ou um tempo sem definição; mas o pretérito se subdivide: a) em relação ao tempo passado, tornando-se anterior a esse tempo, constituindo-se no mais-que-perfeito, e b) em relação ao aspecto assinalando a imperfectividade na realização do processo, caracterizando o pretérito imperfeito, em oposição ao pretérito perfeito. Este sistema pode ser melhor ilustrado no quadro abaixo (op. cit., 1985, p.129):

IMPERFEITO	Amabas		Amas
	(amavas)		(amas)
PERFEITO	Ama(eu)ras	Ama(ui)sti	PRESENTE-FUTURO
	(amaras)	(amaste)	
	II	I	
	PRETÉRITO		

Quadro 1

Segundo o autor (op. cit.), o ponto de partida para o sistema do português está no latim vulgar no qual predomina o uso do presente pelo futuro, “desde que não houvesse uma motivação modal específica para levar o falante a outro uso”. Neste sistema de oposição binária (presente e pretérito) o pretérito imperfeito indicava a irrealidade através do emprego metafórico desse tempo (op. cit., 1972, p.91).

Podemos observar, no quadro 1, que aspectualmente o presente compartilha da imperfectividade de PI mas “no plano temporal, é o pretérito imperfeito que se opõe ao presente” (op. cit. 1985, p.131).

No segundo sistema, o futuro se superpõe ao presente e ao pretérito (imperfeito); o futuro do presente ultrapassando o momento da enunciação, sem delimitação temporal, e o futuro do pretérito delimitando-se pelo tempo de fala, podendo ultrapassá-lo conforme o critério do falante, no ato da comunicação. Trata-se, neste caso, de um pretérito posterior a outro passado, considerando-se como referência o momento atual. A noção de futuro surgiu com caráter modal, caracterizado pelo uso coloquial que imprime na situação o sentido de dúvida, desejo ou vontade. A partir daí o futuro tomou o valor temporal na escrita literária, transformação essa concretizada pela disciplina gramatical.

Camara Jr. constata no latim vulgar um “futuro modal, que numa elaboração categórica mais refinada conduziu as línguas românicas a um novo futuro temporal” (op. cit., 1985, p. 130). Nos quadros a seguir ilustramos como se deu a inserção do futuro no sistema da língua: (op. cit., 1985, p.130-1):

VOLITIVO	amare habebam>	Amare habeo>
FATUAL	Amabam	Amo
	PRETÉRITO (FUTURO)	PRESENTE (FUTURO)

Quadro 2

IMPERFEITO	Amava	Amaria	Amo	Amarei
PERFEITO	Amei			
MAIS-QUE-PERFEITO	Amara			
	PRETÉRITO	FUTURO	PRESENTE	FUTURO

Quadro 3

O autor chama a atenção para o fato de que funcionalmente estas formas apresentam diferenças: o futuro do pretérito tem uso menos freqüente que o futuro do presente, pois: “Decorre principalmente da circunstância de que a visualização de um momento, já passado, como futuro em relação a outro momento passado, que lhe foi anterior – em vez de simplesmente passado em relação ao presente -, só se impõe em casos particulares da expressão lingüística” (op. cit., 1967, p. 39). Ao tratar de um futuro perspectivado a partir do passado, o falante se situa no presente e a partir daí leva em consideração um processo ocorrido posteriormente ao outro momento pretérito sobre o qual já havia se reportado. Nesse segundo sistema, o uso metafórico para a expressão da irrealidade cabe ao futuro do pretérito. (1972, p. 91) Nesses dois sistemas pode-se reconhecer uma função comum a duas formas: tanto o PI como o FP são considerados de uso metafórico. E essas formas ao serem tomadas com sentido de irrealidade, estabelecem a variação no sistema verbal do português, especialmente na oralidade, através da oposição binária quanto ao uso do PI.

Há, portanto, previsão de variação no sistema verbal do português. No terreno da irrealidade, se considerarmos a variável, especialmente na oralidade, a relação estabelecida

neste sistema de oposição binária, em que uso do presente se alinha ao futuro do presente e o pretérito imperfeito se alinha ao futuro do pretérito. Veja-se a correlação mostrada por Camara Jr. (op. cit., 1985, p. 32);

Acho que ele vem por Acho que ele virá _____
Achei que ele vinha por Achei que ele viria _____

1.2 0 pretérito imperfeito; de temporal a modal

De acordo com a ilustração feita através do quadro 1, o imperfeito tem valor temporal de passado, diferenciando-se do pretérito perfeito pelo aspecto imperfectivo, não delimitado em seu desenvolvimento. Acontece que o pretérito imperfeito muitas vezes deixa de ser usado com o valor temporal e passa a ser empregado pelo futuro do pretérito, como vimos anteriormente. Camara Jr. (1967) explica que no latim clássico, o uso do pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito expressava a irrealidade, traduzida pelos verbos modais de obrigação, possibilidade etc., e essa relação das formas, mais tarde se estendeu a qualquer tipo de verbo que apresentasse esse sentido, conforme exemplifica;

(1) Quid magis his rebus poterat mirabile dici? (Lucrécio[^])

Que mais admirável que essas coisas se poderia referir? (literalmente - se *podia*...)

(2) *At ille* (isto é, Clovis, dirigindo-se a São Remy, que o induzia à conversão) *ait:*

Lihenier te, sanctissimepater, audebam, sed... (Gregório de Tours[^])

Mas ele disse; De boa vontade, santíssimo pai, te atenderia (literalmente - te *atendia*..), porém... (op. cit., p. 73)

No emprego dos verbos contidos nos enunciados existe uma distinção binária pretérito/presente, que precede a superposição da categoria de futuro. Para o autor, este mesmo fenômeno se repete no português, tanto de acordo com valor temporal (contido em orações do tipo; *ele disse que vinha*), como em orações de correlação condicional (como em; *se eu fosse ele, não ia lá*), (op. cit.)

[^] ERNOUT, THOMAS, F. *Syntax Latine*. Páris, 1951. p. 209.

[^] MULLER, H., TAYLOR, P. *A Chrestomaty of the Vulgar Latin*. Boston, 1932. p. 150.

Para Camara Jr., a alternância entre o imperfeito e o futuro do pretérito está associada à informalidade do discurso coloquial e popular que se constitui não só no sistema verbal binário como também para marcar “com a atualização de um futuro, uma maneira concreta ou palpável, por assim dizer, de considerar a hipótese expressa, em vez de esfumá-la na distância” (op. cit., p.74). O autor encontra nas crônicas de *A Semana* de Machado de Assis[^], trechos que servem para ilustrar o modo de formulação do irreal, como no exemplificado abaixo (op. cit.):

(3) Eu, se fosse Presidente da República, *promovia* a reforma da Constituição, para o único fim de chamar-me governador. *Ficava* assim um governador cercado de presidentes [...] (grifo nosso)

Camara Jr. relaciona essa alternância de formas à que ocorre entre o presente e o futuro, considerando que “a neutralização entre futuro e presente, com o uso do presente para os fatos ílituros, acarreta o uso do pretérito imperfeito em vez do futuro do pretérito” (ex.: *ele canta amanhã*, *ele cantava no dia seguinte*). A mesma correspondência se dá entre o futuro do pretérito e pretérito imperfeito cujo emprego atemporal dos tempos verbais reflete a categoria de modo. (op. cit., 1970, p. 189)

O autor admite a existência de vínculos entre as categorias de tempo e modo ao afirmar que “não há como difiandir o tempo verbal e o modo”, sendo que o tempo remete à ocorrência do evento considerado a partir do momento de fala e o modo assinala o julgamento do falante e sua atitude diante do que é enunciado, de acordo com os seus objetivos, para que se estabeleça uma eficiente comunicação (1972, p. 88). Respalado em **86110**^{“*}, destaca que o “emprego metafórico”, comum em português, se dá através de um emprego modal dos tempos verbais.(apud Camara Jr.,1967) Nos termos de Jespersen[^], justifica que esse uso se deve à relação entre o traço de irrealidade e o passado: “o uso não-temporal mais importante das formas pretéritas é assinalar irrealidade ou impossibilidade”, o que “se encontra em desejos e orações condicionais” (apud op. cit., 1967:62).[^]

[^] MACHADO DE ASSIS. *A Semana*, coligida por Mário de Alencar. Rio: Garnier. p. 17.

[^] BELLO, CUERVO, R;J. *Gramática de la Lengua Castelliana*. Buenos Aires: Anaconda. 1943. p. 161.

® JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. London, 1929. p. 265.

® A título de ilustração, vale reportar o registro de Pontes (1990, p.48) sobre o fato de que as crianças, em suas brincadeiras, usam o pretérito para se transportar ao /ttundo da fantasia, como em “Vamos brincar de

Em estudo específico sobre "Os períodos hipotéticos iniciados por *se*", Vaz Leão (1969, p.33), apoiada nos estudos de gramática latina, reconhece três tipos deles na língua portuguesa, conforme a condição estabelecida pela prótase e o contexto lingüístico, dessa forma; a) período hipotético do real - em que se reconhece a realidade do fato e a condição é, foi ou deve ser realizada efetivamente (para o uso dos tempos no modo indicativo, sem necessidade de concordância entre eles; b) período hipotético do potencial em que a condição é eventual, possível, podendo haver a realização do fato (para o emprego do subjuntivo, o qual estabelece "consecutio temporum et modorum", com ambos os verbos no presente, ou com o pretérito perfeito do subjuntivo na oração subordinada); e c) período hipotético do irreal - o qual inviabiliza a possibilidade de realização do processo, mesmo que haja consequência temporal e modal, com as duas orações codificadas no mesmo tempo e no mesmo modo (com uso do imperfeito do subjuntivo para o passado). Esses tempos lingüísticos representam o uso da norma culta do período clássico. Porém no latim havia a possibilidade de inversão das orações relacionadas para fins estilísticos. Deste uso vale destacar um; o uso do PI pelo imperfeito do subjuntivo para constar que condição correspondia à irrealidade no presente.

Segundo a autora, a expressão do irreal e o potencial, em oposição ao real, era característico do latim arcaico, enquanto que no latim vulgar a oposição sintática era feita pelo real e o potencial, ao irreal. No latim vulgar, a marca do imperfeito *-sse*, caracterizando o subjuntivo, correspondia ao período hipotético que admitia variações aceitas como "virtualidades da língua". (op.cit.,p.36)

A evolução dos esquemas que representam as relações condicionais no "modus irrealis" podem ser ilustradas abaixo (p.43-50);

- (a) *Si cantasset, hene fecisset* - latim clássico, com dois imperfeitos do subjuntivo.
- (b) *Si cantasset, hene facere habebat* - latim vulgar, com perífrase.
- (c) *Si cantasset, hene faciebat* - difundido na linguagem popular em quase toda a Romênia e usado com efeitos estilísticos na língua literária.
- (d) *Si cantabat, hene faciebat* - inovação na sintaxe românica, oral e popular.

polícia e ladrão. Eu *era* a polícia, você *era* o ladrão", mesmo artifício utilizado por Chico Buarque na canção: "Agora eu *era* o rei...".

Convém notar que no esquema c) falta a conseqüência modal, mas as duas formas verbais aparecem no mesmo tempo, de maneira que a oração condicionada se ajusta ao imperfeito do subjuntivo da oração condicionante. Por extensão, haveria equilíbrio entre prótase e apódose. Isso se explica pela atração de modos e tempos evidenciados no esquema (d), que estende o pretérito imperfeito do indicativo até a prótase. A justificativa para o uso variável nesses esquemas está centrada na correlação temporal e modal entre os verbos da prótase e da apódose, verificado através da sintaxe.

A autora observa que, no português atual, nem sempre o mesmo esquema traduz irrealidade e exemplifica (op. cit., p.86):

- (4) Se eu tivesse asas, voaria para lá.
- (5) Se eu fosse você, agiria dessa maneira.
- (6) Se eu tivesse dinheiro, repartiria com você.
- (7) Se quisesses, ainda chegarias a tempo.

Nos dois primeiros períodos as condições são irrealis, impossíveis; a do terceiro é improvável mas não impossível; e a do quarto é possível, com mais probabilidade que a anterior - no entanto, o esquema sintático é o mesmo. Isso leva a autora afirmar que “a realidade ou irrealidade está no contexto e não no molde da frase” (op. cit.): *eu ter asas* ou *eu ser você* são coisas irrealis em qualquer tipo de período hipotético.

Além disso, um mesmo fato hipotético pode ser representado por esquemas diferentes (op. cit.):

- (8) Se ele viesse amanhã, voltaria com ele.
- (9) Se ele viesse amanhã, voltava com ele.

Em ambas as prótases há um fato possível, potencial que é *ele vir amanhã*. A diferença, segundo a autora, é que o fato condicionado pode ser visto como conseqüência mais ou menos certa da condição anunciada. Neste caso, “o conteúdo lógico da declaração é o mesmo, com leves matizes intencionais que revelam o estado de espírito do indivíduo que fala”, (op. cit., p.88)

Num esquema como *Se 4 imperfeito do subjuntivo*, referindo-se ao presente e ao futuro, são previstos três tipos de apódose: com futuro do pretérito, pretérito imperfeito do indicativo e imperfeito do subjuntivo, conforme exemplificado (op. cit., p.93-5):

(10) Se houvesse o divórcio, muito bem, ele *seria o* primeiro a desejá-lo. (grifo nosso)

(11) Se fizesse um gesto suspeito, *matava-o* incontinenti. (op. cit.)

(12) Se ele ainda fosse um Europeu, civilizado, talvez eu *acreditasse*. Mas um Brasileiro... (op. cit.)

A apódose pode ter um auxiliar modal quando no mesmo esquema os fatos hipotéticos não se realizaram.:

{\2) *Poderia tê-lo* matado, se quisesse, (op. cit.)

Ao tratar dos valores modais e pragmáticos do pretérito imperfeito, tidos como extensões dos valores temporais-aspectuais, Matos (1996) destaca os seguintes valores (op. cit., p.462-72):

a) habitualidade - aquele evento que é considerado como repetido ou como característico de um intervalo de tempo, como em:

(14) O Rui detestava o quartel. Se estava livre, *vinha* a casa passar o fim de semana.

(15) Em 1974, *eclovia* a revolução de Abril.

Neste enunciado o imperfeito caracteriza o ano de 1974 (tema), e o evento revolução transforma-se o em uma propriedade característica deste ano.

b) probabilidade - quando o imperfeito exprime o valor hipotético em contextos variados, de enunciados condicionais hipotéticos e contrafactuais, epistêmico-doxástico e fabulativos

' Os quatro exemplos apresentados são extraídos de FRIEIRO, E. (1936) *O Cabo das Tormentas*. Belo Horizonte: Os Ainigos do Livro.

(onírico, fictivo, fantástico), nos termos de Fonseca* se verifica uma “ramificação (transposição) do próprio marco de referência.}”, que possibilita “pressupor marcos de referência hipotéticos porque não coincidentes com a instância enunciativa [...]” (Fonseca apud Matos op. cit., p.471).

(16) Se eu estivesse livre, *ia* passar o fim-de-semana em casa. (com condicional hipotética) - esse valor não pode ser confundido com o habitual acima.

(17) Se me tivessem dado o fim-de-semana, *ia* a casa passar o fim-de-semana, (com condicional contrafactual)

(18) Quando é que o Rui *chegava*? (valor epistêmico-doxástico: quando se faz referência a um conjunto de crenças e conhecimentos tidos como anteriores à enunciação)

(19) Passei a noite a sonhar. *Viajava* num barco e *era* o capitão, (valor onírico)

(20) Eu *era* a polícia e tu *eras* o ladrão, (valor lúdico)

c) expectativas - se os valores se relacionarem a planificação e iminência, com o imperfeito marcando um contraste ou contradição:

(21) A; Queres ir comigo à praia?

B; *Ia* ao cinema com uns amigos, (valor de planificação: ação programada que não aconteceu no momento da fala)

(22) (Para o amigo atrasado:) Já me *ia* embora, (valor de iminência: ação programada antes da enunciação e prestes a desenrolar-se mas que é anulada)

d) hipocorístico - quando o valor modal tem a função de atenuação da obrigação nos pedidos e ordens, incluindo-se aqui o imperfeito de cortesia:

(23) Desejava...?

*Quer*ia um daqueles, por favor.

* FONSECA, F.I. *Deixis, tempo e narração*. Porto: Fund. Engº Anlónio de Almeida, 1992. p. 198.

1.3 A trajetória do futuro do pretérito; de modal a temporal

A evolução da categoria de tempo para a categoria de modo pode ser recuperada através da retrospectiva feita por Camara Jr. que traça o percurso histórico da forma verbal *-ria*. O autor observa que o termo ‘condicional’ rotulou por um longo período esse ‘modo’ de realização de um processo ao invés do ‘tempo’ da sua ocorrência, em decorrência de construções dessa natureza: *Se eu fosse rico, compraria uma casa.* (1967, p.4-8) Como se pode constatar, tanto a prótase, e como conseqüência a apódose, são enunciados hipotéticos e por esta razão alguns gramáticos passaram a chamar as formas em *-ria* de ‘modo irreal’. O autor observa que essa confusão terminológica teve como critério apenas a noção modal de irrealidade e a categoria de tempo foi desconsiderada. Para ele, qualquer forma verbal revelou interferência de ambas as categorias (modo e tempo), resultando num caráter modal em decorrência do próprio caráter temporal. Camara Jr. afirma ainda que existe uma correspondência sintática de caráter temporal entre os verbos da prótase e apódose, de modo que construções como: *Se eu tiver dinheiro, comprarei uma casa,* ou: *Se queres a paz, prepara-te para a guerra* mostram a possibilidade do esquema condicional admitir outras formas verbais. Para o autor, *-ria* tem emprego unicamente temporal nas orações (integrantes) em que o verbo da principal está no passado; *Disse que viria sem falia,* que nesse caso preserva o paralelismo com o futuro do presente em enunciados como; *Diz que virá sem falta.* Por essa razão, Camara Jr. adota de Said Ali⁹ o postulado de que o “futuro do pretérito é denominação que se há de tomar ao pé da letra”, com a ressalva de que “há sempre uma significação básica a depreender, e outras dela decorrem, a rigor, por transferência ou metáfora”(op. cit., p. 12).

Na concepção do autor, as formas de futuro são “criações secundárias, resultantes de formas, de início modais” (idem, p.21), de maneira que existe um valor modal na origem do futuro pois “o impulso lingüístico que criou um futuro gramatical não foi o de situar o processo como posterior ao momento em que se fala, mas o de assinalar uma atitude do sujeito falante em relação a um processo assim posterior ao momento da enunciação” (op. cit., p. 25). As formas perifrásticas com auxiliar modal de vontade, desejo, intenção, obrigação etc., são “um ponto de partida virtual para a criação de um futuro do pretérito”.

⁹ SAID ALI, M. (1969) *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 3^a ed. Rio, p. 126.

porque o estabelecimento do auxiliar no presente possibilita a noção de temporal de futuridade {*quero sair, preciso sair*) do mesmo modo que no pretérito é fixada a mesma noção temporal de futuro {*queria sair, precisava ir*} (op. cit., p. 41). No português corrente, esse paralelismo existe entre construções com o auxiliar *ir* no pretérito imperfeito {*ia sair*}, semelhante às formas perifrásticas com modais, para a oposição ao flituro do presente {*vou sair*} (op. cit., p. 42).

Camara Jr. considera que as formas em *-ria* se consolidaram com um valor temporal a partir de um impulso de expressão modal, de maneira que “o conceito imanente, embora secundário, de tempo futuro nas formas criadas para acentuar uma atitude psíquica em relação ao que está por vir, vai-se desprendendo e afirmando através da gramaticalização dessas formas” (op. cit., p.28).

O autor se refere ao latim vulgar com suas formas perifrásticas de futuro construídas com *habeo* (hei) que mais tarde gerou uma forma perifrástica de pretérito, auxiliada por *haheba* (havia), tomada juntamente com o pretérito imperfeito simples para conotar a noção modal, própria dessa forma. Essas locuções evoluíram na mesma direção pela necessidade de ambas estabelecerem o sentido modal, conforme visto anteriormente, suprimindo o presente indefinido e criando-se uma nova categoria que resultou em um futuro a partir do passado. Através da gramaticalização, surgiu, então, o futuro do pretérito com o caráter temporal, apesar do seu uso mais limitado que o flituro do presente o qual sempre ultrapassa o momento de fala, como vimos anteriormente na seção 1.1. (op. cit., p. 43-5)

Se nos situarmos no momento atual, encarando o flituro a partir de um momento pretérito (valor temporal), podemos nos reportar a um processo de três modos diferentes:

a) que algo realmente ocorreu {*Ele disse que viria* - e cumpriu a promessa}; b) que algo ainda pode ocorrer {*Ele disse que viria/virá* - amanhã}; c) que o fato não se concretizou devido erro na previsão {*Ele disse que viria* - e não apareceu}. Em a) temos um processo que caracteriza um futuro do pretérito meramente temporal, que revela o conhecimento do falante acerca do que é dito (ou ouvido, ou pensado, ou conhecido), manifestado através do discurso indireto; em b) é possível o uso do flituro do presente pois o processo pode ser encarado propriamente como futuro em relação a um passado, isto é, *ele pode vir ou não*; mas em c) temos o sentido de irrealidade assinalada pela ausência de valor temporal (op. cit., p.45-6). Do ponto de vista sincrônico, o flituro do pretérito apresenta três funções de caráter semântico, distintas entre si; “1) um flituro puramente temporal na informação

objetiva; 2) um flituro com gradações modais, aflorando cada uma delas, com nitidez, na base da situação e do contexto; 3) um futuro intemporal, ou ‘metafórico’, francamente transposto para modo” - sendo que a segunda flinção é que reflete a motivação inicial para a criação das formas futuras (p.33). Convém reiterar que as formas verbais em *-ria*, além de expressar tempo, apresentam uma gradualidade modal de acordo com a situação que pode ser representada tanto de forma potencial ou eventual como para conotar a irrealidade.

Para Camara Jr., existe, então, no português, a possibilidade de alternância das formas em *-ria* e a perífrase com *ia* ou locução com *dever*, *poder*, etc., no pretérito imperfeito, as quais o autor considera como “variantes mórficas de uma mesma significação básica, que às vezes, até, alternam num dado texto sob impulsos estilísticos” (op. cit., p.46). Essa afirmação é ilustrada por ele através deste trecho:

“A resposta de Hermengarda foi digna de uma neta dos godos; dizia-lhe que brevemente *seria* com ele; porque *preferia* um covil de feras habitado por Pelágio às delícias de Tarraco sobre a qual não *tardaria*, talvez, a pesar o férreo jugo dos mosselemanos. Com os bucelários que lhe deixara, ela *ia atravessar* a Espanha, encaminhando-se a Légio, onde *devia chegar* dentro de poucos dias.”*® (grifo nosso)

Analisando nossos dados, constatamos que aparecem entre eles tanto formas verbais simples alternando a flexão *-va/-ia ~ -ria*, como construções perifrásticas com o auxiliar *ir* (*Ja/lria* + INF) ou com modais (ex.: *devia/deveria* + INF), e isso revela que o fenômeno investigado não é tão simples como o que tratam os últimos parágrafos. Além do que, deve-se analisar com critério que tipo de construções com auxiliar modal podem ser incluídas junto das demais como variantes de uma mesma variável. (Este aspecto será discutido mais diante.) Vejam-se os exemplos;

(24) ...ele nunca me *disse* que eu IA CASAR com ele e nem que não CASAVA.

(FLP 19, L 178)

(25) Eu *acho* que é isso aí, que DEVIA TER um certo regime. (FLP 11, L522)

(26) Ali *foi* péssimo (...) a seleção DEVERIA ESTAR um pouquinho melhor, né?

(FLP 05, L 463)

(27) Então eles *acharam* que ali CABERIA SER o nome dele. (FLP 07, L 359)

¹⁰ HERCULANO, ® *Eurico, o Presbítero*. Ed. D. Lopes. Lisboa, p. 162-3.

Nos exemplos acima, a forma mencionada em (24) realmente alterna com *iria casar* e ainda com as formas *casaria* e *podia/poderia casar*, em (25), com *ia ter*, *deveria ter* e *teria-*, nos dois casos o fenômeno se repete e ambas as situações mantêm a significação modal básica e a caracterização do uso temporal de futuro, respectivamente. Esta mesma alternância não pode ser totalmente possível em (26) e (27). Embora a substituição pelas formas *devia estar* e *cabia ser* alteraria, respectivamente, os pontos de referência, o mesmo não ocorreria na alternância com as respectivas formas *estava/era* uma vez que dessa maneira haveria mudança do ponto de referência de cada situação.

Segundo Camara Jr. o emprego de *-ria* reúne dois contextos básicos: o discurso indireto e a condicionalidade. No primeiro caso, o autor considera que o futuro do pretérito está ligado ao que ele chama de “passado objetivado”, entendido da seguinte maneira; o narrador projeta o passado num intervalo temporal próprio, anterior ao momento de fala, “destacando e objetivando um segmento pretérito em seu espírito”. O autor observa; “com tal atitude, se impõe um futuro para tudo que é passado, do ponto de vista atual, mas era futuro no momento passado que o narrador está ubiquamente considerando”. Em consequência, se dá o futuro do pretérito também para os casos em que há futuro da perspectiva do momento atual, ou seja, para as situações futuras em relação ao pretérito, porém não delimitadas temporalmente pelo momento da enunciação, portanto possíveis ou não de realização, (op. cit., 1967, p.52) Este é um uso que se pode caracterizar como temporal.

Nossos dados podem melhor exemplificar isso;

(28) [O informante faz considerações sobre o “Plano Collor”] ...*elefalou* que não MEXERIA na poupança, né? (FLP 07, L 597)

(29) *Tinha* a intuição que ele [o ex-presidente Collor] não IA FAZER coisa boa. (FLP 09, L 581)

Nos casos apresentados acima, os informantes projetam uma situação no passado (as promessas de campanha do candidato) e a partir do momento de fala consideram, respectivamente, a situação descrita como posterior ao passado e futura em relação à delimitação estabelecida pelo momento de fala.. A situação hipotética pode ser inferida no

contexto atualizado pelo verbo *dicendi* (pode ser através de verbos de cognição - *tinha a intuição* equivale a *achava*) durante o ato comunicativo.

Camara Jr. (1967), considera inevitável a qualquer evento futuro, a dependência de uma condição, mesmo que implícita, pra que se dê a realização do fato. Assim sendo, as formas em *-ria* pressupõem um elemento no contexto, ainda que vago ou implícito, que o torne condicionante o qual não precisa ser estabelecido pelas conjunções condicionais como *se*, por exemplo. Nas passagens abaixo, o autor ilustra essa necessidade (op. cit., p.56-60);

(30) “... ouvira do açougueiro que poderia pagar o dito preço mas que *o quilo seria mal pesado*” (Machado de Assis, A Semana) - grifo nosso

A oração em destaque é considerada uma apódose condicionada, decorrente da primeira integrante (interpretada como; *se pagasse o dito preço então o quilo seria mal pesado*).

(31) Imaginemos, porém, que o alferes tem podido galgar pela imaginação um século e despachar-se cirurgião-dentista. Era o mesmo herói e o ofício era o mesmo; mas *traria outra dignidade* (Machado de Assis, A Semana) - grifo nosso.

Nesse exemplo, a situação imaginada corresponderia à condicional; “se o alferes, galgando pela imaginação um século, se despachasse cirurgião-dentista...”, sendo a forma em *-ria* um futuro relativo a um pretérito imaginário, de modo que a irrealidade de tal forma fica condicionada pela irrealidade da primeira ocorrência. Outros exemplos dessa natureza foram encontrados em nossa amostra;

(32) [...] enquanto o professor daquela época não, ele morava com o pai, ele estava satisfeito com aquilo ou [se fosse casar] ia casar, FAZIA uma casinha. (FLP 21, L 1159)

(33) [...] tinha a brincadeira de jogar no buraco. TINHA QUE PULAR o buraco, quem não *pulasse* TINHA QUE SER JOGADO no buraco. E eu sempre era jogada o buraco, né? (FLP 01, L224)

Os exemplos acima apontam para dois tipos de períodos hipotéticos; em (32) temos uma condicional construída com prótase implícita, sem o uso de conjunção nem o uso do imperfeito do subjuntivo. Já em (33) a conjunção *se* não aparece mas a marca do subjuntivo (-sse) sugere a hipótese.

(34) Se eles *puderem* ainda ACABAVAM com o restinho aqui por perto da casa. (FLP 10, L1388)

(35) O marido dela só DEIXAVA ELA IR se eu *fosse*, e o meu marido só DEIXAVA EU IR se *eh fosse*. (FLP 09, L 738)

No dado contido em (34) a condição primeiramente é estabelecida na prótase, preparando antes o sentido hipotético da apódose. Já em (35) a condicionada está anteposta.

(36) ...é a liistória do possuído. O meu avô quando sabia [...] acabava com a história. TIRAVA a cinta e despossuía na hora, né? (FLP 01, L 835)

(37) Minlia avó sempre dizia que a gente devia sempre se alimentar bem. [...] [Quando comesse] Não PRECISAVA COMER a mesa inteira, né? (FLP 01, 987)

Nos exemplos acima, temos orações condicionantes cujas prótases podem ser *quando*, como em (36), cujo sentido de irrealidade contido na primeira oração é extensivo a todo o contexto. No caso de (37) a oração pode ser encarada da mesma forma que a oração anterior, considerando-se que ambas revelam a idéia de condição.

Porém, há em nossos dados, casos de condicionantes com prótase implícita que não são encaixadas. Conforme visto anteriormente na ilustração de Camara Jr., a condição pode

ser estabelecida através de expressões do tipo “assim sendo”, “então”, “dessa maneira”, “dessa forma” ou mesmo pode estar implícita no contexto, como ilustramos abaixo:

(38) O homem que a gente comprava lenha não trazia, [*se fosse assim*] a gente TINHA QUE SAIR pro mato pegar lenha... (FLP 08, L 1150)

Para Camara Jr., a construção condicional e a significação da irrealidade se juntam à natureza hipotética das formas em *-ria*, havendo sempre a objetivação de um momento do passado (explícito ou implícito, fatural ou imaginário), dando origem a um futuro que pode ser, potencialmente, modal ou temporal, (op. cit., p.67) De um modo geral, pode-se dizer que o valor temporal do futuro é reconhecido mediante a relação da forma verbal *-ria* com um ponto de referência passado anterior. Já o valor modal está na expressão da irrealidade. Conforme o autor, devido ao freqüente uso metafórico do futuro do pretérito para expressar o sentido de irrealidade, por muito tempo, esta forma foi chamada condicional. (Camara Jr., 1972, p.91).

Convém lembrar que, quando falamos em trajetória de modal a temporal, não foi nossa intenção dizer que o valor modal tenha tomado o lugar do valor temporal, mas apenas enfatizar a base modal do futuro do pretérito. Logicamente, no processo de gramaticalização, ampliaram-se as funções e outros valores passaram a existir em paralelo ao futuro do pretérito. Por isso, tanto o pretérito imperfeito como o futuro do pretérito podem expressar valores temporais e modais. Mas é preciso que reconheçamos cada um desses usos se nossa intenção é realizar uma análise de dados, de forma criteriosa para que ela se torne significativa. Por isso tentamos tratar em separado, quando isso foi possível, as categorias de modo e tempo.

1.4 A normalização do emprego do pretérito imperfeito e do futuro do pretérito

As gramáticas normativas não apresentam, de forma sistematizada, os diferentes valores associados ao emprego das formas verbais em português. De acordo com o objetivo do nosso trabalho, procuramos informações recorrentes em duas gramáticas nas quais o

assunto é melhor explicitado e segundo o estabelecimento dos valores temporal, modal e aspectual, procurando ir ao encontro das possibilidades de variação, conforme a visão dos autores consultados.

A gramática normativa prevê o uso do pretérito imperfeito (PI) com valor temporal para descrever situações passadas, de situações cotemporais, de ações passadas habituais ou repetidas, de fatos passados concebidos como contínuos ou permanentes, ou de localização temporal vaga como nos contos de fada. Com o valor modal, está previsto o emprego deste tempo pelo futuro do pretérito, quando se deseja expressar fato categórico, e pelo presente, como forma de polidez. Já o futuro do pretérito (FP) emprega-se com o valor temporal para designar fatos posteriores à época de que se fala; com o valor modal é usado em afirmações condicionadas referentes a fatos que dificilmente se realizarão, em frases interrogativas ou exclamativas para denotar surpresa ou indignação, como forma polida de presente, ou para expressar incerteza sobre fatos passados (cf Cunha & Cintra, 1985, p. 440; Bechara, 1975, p. 274).

Cunha & Cintra observam que o valor aspectual é característico do PI pois este valor consiste basicamente em “designar um fato passado, mas não concluído”, além dos valores aspectuais básicos de continuidade e duração do processo verbal (op.cit., p. 450). Said Ali (1971, p. 313) também destaca o aspecto (imperfectivo) de ação prolongada ou repetida com limites imprecisos de início ou término, associado ao pretérito imperfeito.

Os gramáticos destacam ainda a previsão do uso alternado das formas de PI e FP apenas no âmbito de valores modais relativos a fato categórico ou incerto e polidez. Esses autores não registram a possibilidade de intercâmbio dessas formas com valor temporal. Voltaremos a este assunto mais adiante.

Said Ali (1969) questiona a posição de alguns gramáticos quanto a competência do emprego de PI, principalmente quando estes consideram que a função básica dessa forma é expressar ação simultânea a outra ação passada. Segundo o autor, enunciados como; *Quando a vi, chorei* (para ações momentâneas), ou *Quando a via, chorava* (para atos repetidos) não justificam essa hipótese, (op. cit., p.314) Sem deixarmos de ponderar uma e outra parte, assumimos nesta dissertação que a cotemporalidade é um traço inerente à natureza temporal do pretérito imperfeito, conforme será discutido em seções posteriores.

Considerando o uso de FP como expressão de dúvida ou incerteza sobre a realização efetiva de ações, Said Ali destaca que essa forma verbal completa as

combinações que existem em português com *poder* ou *dever* mais infinitivo, (op. cit., p.321) Mais uma vez fica enfatizado o caráter modal que envolve as formas passíveis de alternância.

Mesmo que a gramática normativa preveja o fenômeno de variação em determinados contextos gerais, é preciso definir em que situações específicas pode ocorrer a escolha alternada de uma forma ou outra. É imprescindível que ao definirmos nosso envelope de variação, o façamos de forma criteriosa e objetiva.

1.5 Sobre a natureza dos tempos verbais

Nesta seção discutiremos as noções de tempo absoluto/relativo, dêitico/anafórico, primário/secundário, por meio de abordagens lingüística e cognitiva da referência temporal, emergindo daí a noção de ponto de referência, necessária à definição de tempo verbal como uma categoria discursiva caracterizada basicamente pela cotemporalidade.

Dentre as categorias gramaticais, é o tempo verbal (*tensé*) que expressa a referência temporal na língua, juntamente com outros componentes lexicais. De acordo com os descritivistas clássicos, podemos tratar da significação temporal dos verbos, classificando-os em tempos absolutos e relativos”, perspectivados, respectivamente, a partir do momento de fala (ou da escrita) e a partir de outro tempo qualquer. De acordo com Matos (1996, p. 437), esta distinção feita pela lingüística moderna substitui a oposição que corresponde aos tempos dêiticos e tempos anafóricos. Lyons (1977, p. 689) estabelece a distinção entre tempos verbais primários (dêiticos) e tempos verbais secundários (derivação dos primeiros). É o tempo verbal primário que “gramaticaliza a relação entre o tempo da situação descrita e o ponto zero do contexto dêitico” (op. cit., p.678) uma vez que este faz parte *do frame* dêitico da referência temporal. Segundo o autor, existe claramente uma ligação entre tempo verbal secundário e projeção dêitica - através do envolvimento do falante, a situação por ele referida se projeta no tempo, dando-se num mundo tal que o ventos tanto surgem no passado como no futuro (op. cit., p.690). Por isso, tem-se dois extremos; um tempo absoluto/dêitico/primário; e um tempo relativo/anafórico/secundário - conforme a perspectiva adotada pelo falante.

” Segundo Matos (1996.-437), esta distinção remonta pelo menos à gramática de Port-Royal.

De acordo com o momento de fala é que os tempos dêiticos estabelecem a referência temporal, dividindo-se em; tempos simultâneos, anteriores ou posteriores ao momento da enunciação (estão incluídos aqui o presente, o pretérito perfeito e o futuro do presente). Já os tempos anafóricos precisam estabelecer sua referência temporal a partir do contexto lingüístico, ancorando essa referência num tempo diferente do momento da enunciação e para isso eles exigem um antecedente para sua interpretação. Por essa razão, os tempos anafóricos são considerados não-autônomos do ponto de vista referencial (caso do pretérito mais-que-perfeito, do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito do indicativo). (cf Matos, op. cit.)

Matos analisa especificamente o PI e discute alguns problemas acerca do caráter desta forma verbal como tempo anafórico, em virtude dos diversos conceitos de anáfora e de dêixis em razão do seu emprego no âmbito da referência dos tempos verbais. Desse modo nos deparamos com uma ampla visão da dêixis que abarcaria todos os tempos assim considerados, e nesse caso a anáfora seria considerada dêixis indireta que, nos termos de Fonseca (1992)¹², se estabeleceria no texto, o que, conforme Houweling¹³, leva os tempos verbais a indicar a referência temporal como dêiticos ou como anafóricos. Esse hibridismo remete ao postulado por Reichenbach¹⁴, para quem os tempos gramaticais são essencialmente anafóricos uma vez que o momento de fala seja considerado o antecedente último, tanto da dêixis como da anáfora. (Matos, op. cit., p.438-9)

O autor questiona a natureza dos tempos verbais considerados dêiticos; se inerentemente ou contextualmente. Apoiado em Moens¹⁴ que observa no pretérito perfeito uma referência pré-estabelecida tanto contextual como cotextualmente. Matos conclui que “não é o verbo que estabelece a deiticidade dos enunciados; são estes que, sendo dêiticos, pela presença de elementos inerentemente dêiticos (caso dos advérbios de tempo), atribuem valores dêiticos ao verbo” (op. cit., p.441), assumindo aqui a visão de que os tempos verbais têm essencialmente valor anafórico.

O autor, baseado numa visão cognitiva de anáfora, transcende o âmbito textual, admitindo que “o referente que funciona como antecedente da anáfora não tem necessariamente de ser (co)textual, podendo ser um referente que se presentifica na

¹² FONSECA, F.I. (1992) *Deixis, tempo e narração*. Porto: Fund. Engº Antônio de Almeida, p. 191

¹³ HOWELING, F. “Deictic and Anaploric Tense Morphemes”. In: V. Lo CASCIO; C. VET (eds.) *Temporal Structure in Sentence and Discourse*. Foris: Dordrecht. pp. 161-191.

¹⁴ REICHENBACH, H. (1966) *Elements of Symbolic Logic*. McMillan: Nova Iorque. (P ed. em 1947)

percepção e memória dos falantes apesar de não referido discursivamente” (op. cit., p.442). Quanto a dêixis, ele a define nos termos de Kleiber^^ como “a introdução na memória imediata [...] de um referente novo”.

O que vimos até agora nos leva a seguinte constatação: temos uma abordagem clássica e outra cognitiva; a primeira relaciona dêixis/anáfora ao status informacional novo/dado ou conhecido, respectivamente. No que se refere a abordagem cognitiva, Moens* postula: “Os tempos verbais se referem a uma entidade temporal previamente introduzida e criam uma nova entidade temporal que pode ser usada para referência subsequente” (apud Matos, op. cit, p.440). Neste caso. Matos adverte que não devemos tomar ao pé da letra a noção cognitiva, visto que tempos verbais considerados dêiticos, como o presente, por exemplo, valeriam como anafóricos em razão do intervalo (vínculo) temporal já estar contido no presente durante o espaço discursivo (op. cit., p.442).

Matos, apoiado em Kamp^*, que propõe o quadro da teoria das Estruturas de Representação do Discurso, toma por base a concepção de Reichenbach acerca do significado temporal que resulta do envolvimento de três pontos: o ponto de fala, o ponto do evento e o ponto de referência. A esse modelo Matos situa também as questões aspectuais e uma visão discursiva de referência temporal. O autor aponta a necessidade de uma reclassificação dos tempos que tenha por base seu valor funcional no discurso. Diante disso, considera primordial a noção de ponto de referência, deixando de lado a distinção entre dêixis e anáfora (essa distinção é procedente do domínio da referência nominal). Matos propõe que estabeleçamos uma nova definição do ponto de referência de Pl, ao invés de caracterizá-lo como tempo anafórico. Dessa forma estabelece tanto interpretações modais como pragmáticas pois, segundo sua hipótese, o tempo verbal não guarda em si mesmo a capacidade de introduzir novos referentes no discurso, ou seja, de designar vínculos temporais, mas apenas localiza eventos ou estado em relação a outras situações; o

¹⁵ MOENS, M. (1987) *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Universidade de Edinburg. p. 18.

¹⁶ KLEIBER, G. (1993) “Lorsque l’ anaphore se lie aux teitips grammaticaux”. In: C. VETTERS (ed.^ *Le temps, de laphrase au texte*. Presses Universitaires de Lille. p.131.

¹⁷ MOENS, M. (op.cit., p. 15)

¹⁸ KAMP, H. (1979) “Events, Instants and Temporal Reference”. In: U. EGLI *et al* (eds.^ *Semantics from different points of view*. Berlin, pp.376-417; KAMP, H. «& REYLE, U.(1993^ *From discourse to logic: Introduction to modeltheoreic semantics of natural language, formal logic and Discourse Representation Theory*. Kluwer: Dordrecht; entre outros.

tempo verbal, portanto, exige um ponto de referência de base lingüística ou contextual. (op. cit. p.454-5) Sua hipótese apoia-se em Comrie¹⁹, nestes termos;

[...] estritamente falando, referência de tempo absoluto é impossível, uma vez que a única maneira de localizar uma situação no tempo é relativa a algum outro ponto no tempo já estabelecido; o momento presente é, em princípio, apenas um entre um número infinito de tais pontos que poderiam ser escolhidos como ponto de referência, embora desempenhe um papel fundamental na definição de sistemas de *tense* das línguas do mundo. (Comrie apud Matos, op. cit., p. 456)

Matos observa que podemos introduzir novos referentes temporais tanto de forma não-lingüística (através da anáfora cognitiva), como de forma lingüística (por meio dos advérbios de tempo, que a seu ver são “fundamentalmente os responsáveis pela referência temporal” tomando toda a referência temporal sob sua dependência. O autor acrescenta que atribuir aos tempos gramaticais a competência de indicar referência temporal seria atribuir “exclusivamente ao verbo aquilo que de fato é função de interação do verbo com outras expressões lingüísticas”, (op. cit., p.456)

Nesta dissertação adotamos uma visão funcional da categoria de tempo e constatamos que há pelo menos três maneiras de se estabelecer a categoria de tempo: a) pela referência temporal que localiza a situação em relação ao momento de fala, através de indicadores de tempo tais como os adverbiais e por meio do ponto de referência que serve de ancoragem para a situação; b) conforme codificação das formas verbais indicadoras de tempo, de acordo com os recursos textuais/discursivos (considerando-se que a função básica do PI consiste em exprimir descrições estáticas (quadros de referência) e processos inacabados, constituindo-se em pano de fundo no desenvolvimento das narrativas, mostrando o caráter aspectual de imperfectividade e temporal de simultaneidade); c) a análise dos tempos verbais só pode ser feita no contexto devido a diversidade nas configurações temporais.

Neste sentido, procuramos encarar o tempo verbal como um sistema, principalmente quando se trata de ponto de referência. Ao estudar a variação entre tempos verbais pretérito perfeito e pretérito mais-que-perfeito, Coan (1997) estabelece diferenças entre os diversos tipos de referência verbal. Isso contraria de certa forma o proposto por Lyons (1977, p.678) que encara o tempo como uma categoria semântica da sentença, cuja referência temporal

¹⁹ COMRIE, B. (1985) *Time*. Cambridge: Cambridge University Press. p.36.

²⁰ Tradução da pesquisadora.

pode ser dada pelo advérbio, por elementos dêiticos ou que contenham traços semânticos presentes nos itens lexicais - mas o tempo verbal é visto com uma categoria discursiva, uma vez que são envolvidos na análise elementos que ultrapassam o nível sentencial, especialmente a noção de ponto de referência. Assumimos a perspectiva funcionalista que, além de considerar o tempo como uma categoria morfológica, não se restringe apenas à flexão, levando em conta o caráter discursivo inerente às formas verbais.

2. Sobre o ponto de referência

Assumimos, como Coan (op.cit.)²¹, que o falante estabelece vínculos temporais em relação ao momento de fala, o tempo da situação e o ponto de referência, de maneira que o ponto de referência no enunciado é necessário ao reconhecimento do segmento onde se ancora a situação em foco, elucidando aquilo que é dito.

Matos destaca que, na relação entre PI e o seu ponto de referência, nem sempre este aparece explícito e sendo assim há necessidade de que esse ponto de referência seja acessível no discurso, conforme formulado pelo *princípio de acessibilidade de R*, nos termos de Tasmowski-De Ryck²²: “se R não for explicitado, deve ser possível reconstituí-lo com base em conhecimentos comuns ou através de cadeias de associações regulares ou dedutíveis do contexto” (Matos, op. cit., p.458).

A visão de Matos sobre o valor temporal do PI pode ser sintetizada nestes termos; temporalmente, a função de PI consiste em estabelecer uma associação com um ponto R que tem que ser identificado (reconstruído) a partir do contexto situacional ou lingüístico (op.cit., p.469).

Ikeda (1992) também discute alguns pontos a respeito dos elementos selecionados como básicos para caracterizar o PI, como a oposição dêixis/anáfora, a necessidade de ponto de referência, o aspecto e a falta de delimitação temporal, entre outros, os quais levam a autora a assumir que o PI “presentifica-se em relação ao R, ao mesmo tempo em

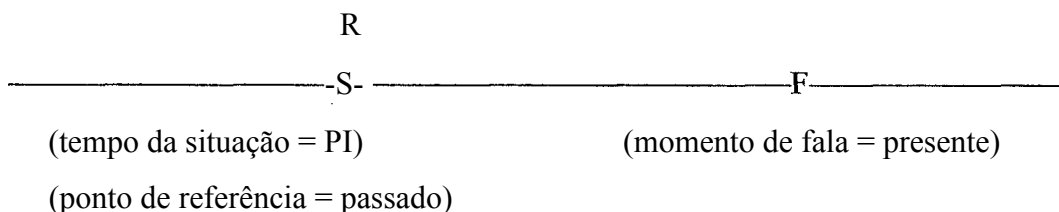
²¹ COAN, M. (1997), em sua dissertação de mestrado sobre a variação entre o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito, parte da estrutura de três pontos proposta por Reichenbach (op.cit.) e propõe algumas modificações no que se refere ao ponto de referência. Diferentemente do autor, Coan considera que o momento de fala é o ponto de referência para situações codificadas no pretérito perfeito simples, sendo as marcas adverbiais, quando presentes, apenas especificadoras de tempo (Reichenbach considera, neste caso, o advérbio como ponto de referência).

²² TASMOWSKI-DE RYCK, L. (1985) “L'imparfait avec et sans rupture”. *Langue Française*, 67.

que o especifica, num processo que poderíamos chamar de ancoragem do I em R” (op. cit., p.53). Para ela, o PI se ancora sempre em um ponto de referência que pode ser dado; a) pelo pretérito perfeito somente (considerado incompleto); b) pelo pretérito perfeito + advérbio de tempo (considerado completo); e c) pelo advérbio de tempo (acrescido da anterioridade indicada pelo PI) (op. cit., p.59).

Podemos notar que Ikeda, a exemplo de Matos, propõe que se identifique um ponto de referência para o PI. O que difere entre os dois é que Matos alarga as possibilidades de identificação desse elemento de especificação, remetendo-o para o âmbito extra-lingüístico. Por outro lado, Ikeda insiste na relação de “presentificação” estabelecida entre o PI e seu ponto de referência, relação esta que por convenção chamamos de cotemporal. Retomaremos este assunto (a natureza do ponto de referência quanto ao seu caráter (extra)lingüístico) quando tratarmos dos tipos de ponto R. A partir de agora, nos deteremos na localização temporal do ponto R com relação aos tempos verbais (PI e FP), considerados neste trabalho.

A localização temporal do PI pode ser melhor visualizada no seguinte diagrama:



R = ponto de referência

S == tempo da situação^^

F = momento de fala

Explicitando a linha temporal: o PI é o tempo verbal que codifica uma situação S (evento ou estado) passada em relação ao momento de fala F e cotemporal a outra situação também passada, à qual se ancora tomando-a como ponto de referência K.

Exemplificando;

²³ Ponto da situação, S corresponde ao que Reinchembach denomina de ponto do evento E. Utilizamos a mesma notação de Coan (1997) para indicâr o dado variável.

(39) O ser humano, *antigamente*, TINHA a cabeça mais atrasada, né? (FLP 16, L 251)

Em (39) temos um exemplo de dado factual não sujeito à variação. Dados como este não foram incluído em nossa análise.

(40) A gente *faz* economia e com aquele dinheiro a gente PODEI SE MANTER.
(FLP 12, L 134)

Neste caso, *podia se manter* é passado tendo como ponto de referência um evento também passado, **fazia**, cotemporal e incluído no intervalo de tempo da situação codificada no imperfeito.

Tomando como base a argumentação de Matos (op. cit.) acerca da caracterização dos tempos verbais em função do ponto de referência, bem como as colocações de Ikeda (op. cit.), transpomos o que foi dito sobre o PI para o FP, com os devidos ajustes. Assim, podemos caracterizar temporalmente o futuro do pretérito como o tempo verbal que codifica uma situação cujo início é passado em relação ao momento de fala (podendo ou não estar limitada temporalmente por este momento), porém posterior a outra situação na qual se ancora como ponto de referência. Observe-se o diagrama:

_____ _R-----s------(S)-----
(ponto de referência = passado) (tempo da situação = FP) (momento de fala = presente)

Explicitando a linha temporal: o FP é o tempo verbal que codifica uma situação S (evento ou estado) passada e posterior a outra situação também passada, à qual se ancora tomando-a como ponto de referência R (podendo se projetar para além do momento de fala).

Exemplificando:

(41) Ela pensa em desistir, mas eu incentivo muito, né. Incentivo tanto que até *fui capaz de dizer* pra ela que FARIA [o vestibular] também, pra ela ficar incentivada.
(FLP 17, L 1053)

No exemplo acima, *faria* é futuro em relação ao ponto de referência passado (**fui capaz de dizer**), e passado em relação ao momento da enunciação.

Ao retomarmos os tempos verbais começando por sua característica básica que está presente no sentido de ponto de referência (conforme postulado por Matos e adotado nesta dissertação), chegamos no seguinte consenso; em termos estritamente temporais (de *tensè*), o PI codifica situações passadas em relação ao momento de fala e **cotemporais** a outras situações também passadas, enquanto que o FP igualmente codifica situações passadas em relação ao momento de fala, porém **posteriores** a outros fatos passados. Assim é que, o ponto R do pretérito imperfeito é simultâneo a este tempo verbal enquanto o ponto R do futuro do pretérito é anterior a este! Na análise dos dados, o que vai determinar que forma variante está sendo utilizada em substituição a outra é, em última instância, o ponto de referência.

O ponto de referência pode ser localizado no mundo real ou num mundo possível, o que nos leva a pressupor a existência de marcos de referência hipotéticos. Segundo Matos, há casos em que a âncora referencial deve ser buscada no contexto lingüístico ou situacional (op. cit., p.471). Isso é fácil de verificar no exemplo seguinte, no qual o autor insere explicitamente uma hipótese e o ponto de referência toma a forma de uma condição;

(42) “É, e depois *vinha* o cão e eu *queria* ver”

(43) “É, e (se fosses espreitar a moradia) depois *vinha* o cão e eu *queria* ver”.

No caso apresentado, *vinha* é posterior a *fosses*, revelando, portanto, valor temporal de FP. Segundo o autor, este é um uso “fabulativo” com referência a um mundo possível, sugerido nesse enunciado que mantém uma dimensão temporal (ainda que parcialmente) (op.cit.,p.462). O imperfeito adquire aqui a função de um “modal secundário” com valor hipotético e seu ponto de referência assume a forma de uma condição (condicional oculta) (op. cit., p.470).

O imperfeito pode criar um referencial de possíveis transitando para valores do *irrealis*. No caso do exemplo acima, a âncora referencial deixa de ser cotemporal e a relação que se estabelece é de anterioridade com a forma verbal da situação proposta, dando-se desta forma um futuro do passado (neste caso, temos valor de futuro do pretérito). Apesar da vagueza com que é caracterizada a modalidade, existe a possibilidade

de identificação da variável está sendo considerada através do ponto de referência, ou seja, pelo reconhecimento do valor temporal da forma verbal em pauta.

Vale reiterar que as gramáticas normativas prevêm ainda um outro emprego dos tempos verbais em questão, com valor temporal de presente e valor modal de polidez. É o que se pode verificar em;

(44) [sobre a preservação da natureza em Florianópolis] Eu até ACHAVA que mais divulgação sobre a natureza, aqui (FLP 10-L 1371)

(45) ...mas eu *acho* que isso FICARIA hoje em torno bem, bem dos quinhentos reais...(FLP02-L718)

Os exemplos (44) e (45) indicam uma referência temporal **presente**, o que pode ser melhor visualizado no diagrama a seguir;

S/R/F

(tempo da situação)

(ponto de referência)

(momento de fala)

Explicitando a linha temporal: o Presente é o tempo verbal que codifica imia situação S (evento ou estado) presente, cotemporal ao momento de fala, ao qual se ancora tomando-a como ponto de referência R.

Nos casos apresentados dá-se uma extensão do princípio de acessibilidade de R que, segundo Matos, em se tratando das condicionais, coloca o ponto R na dependência do interlocutor como se pode observar em; “Se me faz favor...” “Se for possível...”. Assim o imperfeito, através do valor modal e pragmático de cortesia e polidez, (ou o futuro do pretérito) atenua, por exemplo, pedidos e ordens, (op. cit., p. 471)

2.1 Tipos de pontos de referência

Mesmo que nossa proposta não tenha como objetivo analisar minuciosamente o ponto de referência, nessa seção apresentamos e discutimos alguns exemplos de diferentes tipos de ponto R. Achamos adequado apresentar essa especificação, considerando que esta noção é decisiva para a seleção adequada dos dados em análise nesta dissertação. Classificamos três tipos de pontos de referência; verbal, adverbial e contextual.

Exemplificando:

(46)... aí eu disse: “Eu não te quero mais dentro de casa, e se não saíres saio eu. Eu passo a mão nas crianças e saio, saio por aí. Nós vamos morar até debaixo da ponte, em qualquer lugar, mas [...]” ele *viu* que não TINHA mais jeito ele pegou e foi embora. (FLP 03, L752)

Neste caso o ponto de referência **viu** é anterior a *linha*. Além disso a situação codificada pelo imperfeito revela o valor aspectual de *tinha* que é imperfectivo, enquanto **viu** é perfectivo. Temos assim o ponto de referência **verbal**.

No exemplo abaixo, o ponto de referência na qual ancora a situação em destaque é a expressão adverbial **no outro dia**:

(47)Era assim. A gente já se reunia: “ó, amanhã nós vamos no mato tirar lenha”. Aí [se fosse assim] a gente, *no outro dia*, LEVANTAVA cedo, LEVAVA comida, e IA lá e TRAZIA lenha. (FLP 16, L 1181)

Neste caso, temos a cotemporalidade marcada pela especificação da referência temporal dada por um adjunto adverbial que localiza o tempo da situação. Então temos o ponto de referência **adverbial**.

Nos casos em que o ponto de referência não aparece explicitado, é preciso buscar uma âncora referencial no contexto, prevendo-se a possibilidade de marcos de referência hipotéticos, conforme já mencionado. Observem-se os exemplos:

(48) [Narração do informante sobre seus planos antes do casamento] Já ganhava melhor. Pelo seguinte: porque *{se casasse}* casava como marinheiro e *(Se fosse)* IA destacado por um lugar aí, VIAJAVA na terceira classe. Mulher lá não. Eu, *(se casasse)* como sargento, VIAJAVA na primeira classe. (FLP 6, L623)

No dado acima a condição está implícita, tornando-se necessário que o marco de referência hipotético seja reconstruído através de apelos cognitivos (= se fosse assim), estabelecendo-se o ponto de referência **contextuai**.

2.2 Sobre a variação dos tempos verbais

É fundamental a identificação da referência temporal e do ponto de referência de uma forma verbal para o reconhecimento do valor temporal dessa forma verbal, no contexto discursivo. Isso porque a morfologia flexional não é a responsável pela atribuição nem pela referência temporal (situada a partir do momento de fala) nem do valor temporal (depreendido em relação ao ponto de referência). Se fosse assim, não haveria dúvida em atribuímos referência temporal passada às formas verbais destacadas nos enunciados abaixo, uma vez que pretérito imperfeito (-va/-ia) e futuro do pretérito (-ria) são considerados como tempos verbais passados em relação ao presente;

(49) Só que eu não *quis ter* um filho só. Eu por mim eu TERIA uma carrada. Gosto muito de criança. (FLP 17, L 725)

(50) Se eu *tivesse* dinheiro pra comprar um Ap eu IA lá... (FLP 21, L 551)

(51) Se eu *fumasse* um cigarro, esse cinzeiro aqui não FICAVA, de jeito nenhum. (FLP 3, L 604)

(52) ...*se chamassem* as pessoas, também, de repente FICARIA assim movimentado, meio barulhento e muito tumultuado, né? (FLP 17, L 572)

Acontece, porém, que apenas em (49) e (51) temos **referência temporal passada**, delimitada pelo momento de fala. Em (50) e (52), a **referência temporal é não-passada** ou, mais especificamente, é futura relativamente ao momento da enunciação, pois se inicia no passado e se estende para além do tempo da situação, não sendo delimitada pelo

momento de fala em que o enunciado foi produzido. Tais referências são depreendidas no contexto discursivo. Nesse caso, o momento de fala é muito importante para o reconhecimento da referência temporal.

Podemos ter então, nos enunciados acima, casos de alternância no uso das formas verbais correspondentes a PI e FP tanto para codificar **referência temporal passada** como para representar **referência temporal não-passada**. Observe-se que o falante poderia ter escolhido a forma alternante em cada enunciado, conforme os exemplos abaixo:

(49a) Só que eu não *quis ler* um filho só. Eu por mim eu TINHA uma carrada.

Gosto muito de criança. (FLP 17, L 725)

(50a) Se eu *tivesse* dinheiro pra comprar um Ap eu IRIA lá... (FLP 21, L 551)

(51a) Se eu *fumasse* um cigarro, esse cinzeiro aqui não FICARIA, de jeito nenhum.

(FLP 3, L 604)

(52a) ...se *chamassem* as pessoas, também, de repente FICAVA assim

movimentado, meio barulhento e muito tumultuado, né? (FLP 17, L 572)

No que diz respeito ao valor temporal, identificado relativamente ao ponto de referência, vejamos os exemplos representados;

(53) Fui embora pra casa, tirei a roupa e tal e não *disse* nada em casa, né? Ah, senão

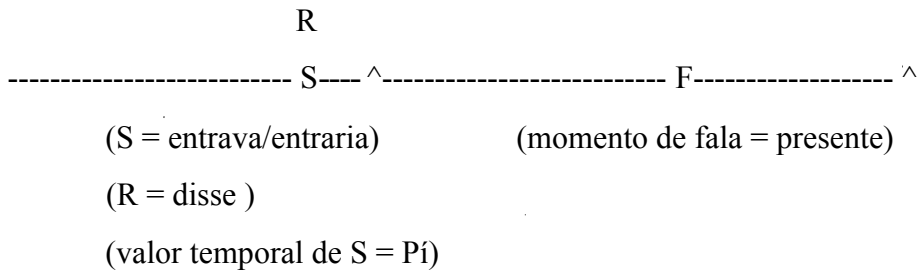
ENTRAVA na lenha. (FLP, 12, L 228)

Neste caso, o falante poderia ter usado outra forma verbal, a saber, a do futuro do pretérito para codificar a mesma informação:

(53 a) Fui embora pra casa, tirei a roupa e tal e não *disse* nada em casa, né? Ah,

senão ENTRARIA na lenha.

Observe-se que o fato de ter alterado a forma verbal não implica mudança no diagrama temporal, que continua localizando *entraria* como passado tendo como ponto de referência uma situação cotemporal.



Estamos então diante de um fenômeno de variação em que o FP é empregado em lugar do PI, ou seja, em que se mantém o valor temporal de PI determinado pela relação de cotemporalidade das formas variantes com o respectivo ponto R. O emprego do FP nesses contextos teria, segundo as gramáticas normativas, um valor modal, expressando incerteza sobre fatos passados. Falaremos de modalidade posteriormente, em uma seção específica para tal.

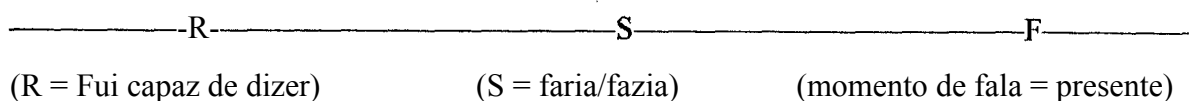
Ocorre, porém, que não é apenas esta a possibilidade de alternância entre as referidas formas verbais. Encontramos também casos em que a variação se dá ao contrário, sendo o PI usado com valor de FP. É o que discutimos a seguir, rerepresentando o exemplo.

(54) Ela pensa em desistir, mas eu incentivo muito, né. Incentivo tanto que até *fui capaz de dizer* pra ela que FARIA [o vestibular] também, pra ela ficar incentivada.

Freqüentemente encontra-se o pretérito imperfeito em contextos como o acima, o que implicaria, neste caso, a ocorrência de;

(54a) Ela pensa em desistir, mas eu incentivo muito, né. Incentivo tanto que até *fui capaz de dizer* pra ela que FAZIA [o vestibular] também, pra ela ficar incentivada.

Veja-se que a localização de *faria* no diagrama temporal não se altera, mantendo ainda o valor temporal de ílituro do passado.



(valor temporal de S = FP)

Trata-se agora de um outro fenômeno de variação: o da substituição de FP por PI, como já referido acima. Segundo atestam as gramáticas normativas, a escolha do PI nesses contextos indica que se quer exprimir fato categórico. (Retomaremos este ponto adiante.) Tal variação é nítida no exemplo rerepresentado abaixo;

(55) Se tu fosses num supermercado, numa venda, naquele tempo com um tostão tu TRARIAS bastante pão, TRAZIAS os litros de leite, uns leites muito bons, puros, e um café e açúcar, com aquele tostão, que valia muito. (FLP 12 L 905)

No trecho acima, o informante alterna as formas de um mesmo item lexical {*rarias* e *irazias*) codificando fatos cujo valor temporal é de FP, os quais compõem um mesmo cenário - ida ao supermercado.

Vê-se, pelos exemplos (53) e (54), que apesar de ambos os tempos verbais guardarem suas propriedades temporais próprias, formas alternadas de um mesmo item lexical podem codificar fatos que compõem uma mesma situação, como se percebe em (53a), (54a) e (55).

Há variação ainda entre a escolha de PI e FP para codificar situações cujo ponto de referência coincide com o tempo de fala. É o que se pode perceber nos exemplos rerepresentado s:

(56) [Sobre a preservação da natureza em Florianópolis] Eu até ACHAVA que mais divulgação sobre a natureza, aqui. (FLP 10-L 1371)

(57) ...mas eu *acho* que isso FICARIA hoje em torno bem, bem dos quinhentos reais...(FLP02-L718)

Nos dois enunciados acima há possibilidade de alternância {*achava/acharia; ficaria/ficava*), ambos os pares alternando ainda com a respectiva forma do presente do indicativo (*acho; fica*). Veja-se o diagrama;

----- S/R/F-----^

(S = achava/ficaria)

(R = F momento de fala)

(valor temporal de S = presente)

Segundo o exposto extraímos a seguinte constatação: o uso alternado de PI ~ FP contempla de fato três regras variáveis, de acordo com a configuração temporal representada nos diagramas. A primeira regra variável corresponde ao valor temporal de pretérito imperfeito, caso em que as formas alternantes ancoram-se num ponto de referência **passado cotemporal** (FP é usado em lugar de PI); a segunda regra diz respeito a valor temporal de futuro do pretérito, caso em que as formas variantes vinculam-se a um ponto de referência **passado anterior** (PI é usado em lugar de FP); e a terceira regra é relativa a valor temporal de presente, cujas formas alternantes apóiam-se num ponto de referência **presente cotemporal** (PI ou FP é usado em lugar de Presente).

Estamos considerando que a formulação acima, na verdade, corresponde a uma sistematização em termos de regra variável, fenômeno que a gramática normativa prevê de forma assistemática, como se pode ver no que retomamos sucintamente da seção 3.1.2 desta dissertação; a gramática normativa prevê o emprego do pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito quando se quer exprimir fato categórico; do futuro do pretérito pelo pretérito imperfeito para se expressar incerteza sobre fatos passados; do pretérito imperfeito ou do futuro do pretérito pelo presente como forma de polidez. Note-se que o valor atribuído à variação é sempre modal; fato categórico ou incerto, ou forma de polidez. Apesar de haver um consenso sobre o uso variável das formas verbais em estudo, baseada apenas na modalidade - o que é bastante discutível, o registro verificado em tais gramáticas não apresenta sintomas de estigmatização dessas variantes. Por essa razão necessitamos de um rigoroso controle na determinação dos contextos de uso de uma forma ou outra, em cada uma das três situações de variação, através do controle de grupos de fatores diversos, o que será feito no capítulo 5.

3. Modalidade

Esta seção é dedicada à modalidade, uma categoria relacionada com o contrato entre o falante e o ouvinte no ato da comunicação. Começamos discorrendo brevemente

sobre o que trata a Gramática Tradicional (GT) com relação à modalidade vinculada a PI e FP, para em seguida, apresentarmos uma visão funcionalista da linguagem que prevê implicações da modalidade na interação comunicativa.

3.1 A visão da Gramática Tradicional

Ao analisarmos a GT constatamos que as formas verbais em português recebem tratamento assisteniático acerca dos diferentes valores (temporais, modais e aspectuais). No que se segue, apresentamos uma rápida visão do que encontramos em relação ao valor modal.

Para Cunha & Cintra (1985) o **modo indicativo** codifica fatos expressos pelo verbo nos tempos presente, passado e futuro, denotando a realidade da situação. No entanto esses autores admitem que o PI pode ser substituído pelo FP, principalmente em situações de fala, para exprimir dúvida ou incerteza, e pelo presente com o sentido de polidez (cf op. cit., p. 442). Como se pode observar, essas propriedades são típicas do **modo subjuntivo** que se caracteriza por codificar fatos irrealis, incertos ou duvidosos. O FP também é uma forma codificada no modo indicativo que se comporta como se pertencesse ao subjuntivo, por caracterizar “o modo do não assumido” (*irrealis*) em oposição ao indicativo e isso não é observado pelos autores. Bechara (1975) também admite que o PI “pode substituir, principalmente na conversação, o FP, quando se quer exprimir um fato categórico”. O autor ainda acrescenta que o pretérito imperfeito pode ser usado com valor modal quando relacionado a fatos condicionais ou hipotéticos ou para atribuir ao presente o sentido de polidez, (op. cit., p. 274). Todos os autores admitem a possibilidade de alternância, associando-a, basicamente, a valores de maior ou menor certeza como em:

- (58) a) “Sem a sua interferência, eu ESTARIA PERDIDO,
b) Sem a sua interferência, eu ESTAVA PERDIDO.” (op. cit.)

Nos casos apresentados acima, destaca-se o valor de certeza atribuído pelos diferentes autores à forma do PI em oposição à incerteza associada ao FP.

Cunha & Cintra ainda registram o uso de uma forma pela outra no emprego dos verbos modais, *como poder, dever, querer, desejar, etc.*:

(59) Que palavras um sujeito PODIA USAR para responder ao Vieirinha?" (op. cit.)

Também para Said Ali (1969) o FP tem a possibilidade de caracterizar modalmente as situações descritas por verbos isolados ou em combinação com alguns modais nas locuções (verbo modal + infinitivo), podendo essa forma exprimir dúvida ou incerteza sobre os fatos descritos (op. cit., p. 321)

Como podemos verificar, GT menciona apenas que o PI pode caracterizar um fato incerto ou provável apesar da sua codificação em um tempo que pertence ao modo do real, ou seja, o indicativo. Assim, tanto o PI como o FP, tomados em sentido liipitético, passam à condição de *irrealis*.

3.2 O funcionalismo e o subsistema TAM

Segundo Givón (1993), a função básica da linguagem envolve três domínios funcionais: do significado lexical, da informação proposicional e da coerência textual, sendo a gramática o instrumento usado para codificar articuladamente os dois domínios maiores. O subsistema TAM (fó«5e-aspecto-modalidade) envolve, funcionalmente, esses três domínios e, estruturalmente, morfemas presos e verbos auxiliares. A gradação funcional dos domínios se reflete no subsistema gramatical TAM, sendo possível que uma mesma unidade gramatical codifique um feixe de funções, (op. cit., p. 143) Embora as categorias TAM sejam interconectadas, duas delas mostram-se mais relevantes para o fenômeno que estamos investigando: *tempo e modalidade*. Nesta subseção tratamos da última.

3.2.1 A modalidade segundo Givón

A modalidade é a categoria reconhecida como a manifestação do falante diante do conteúdo que ele transmite (ou que enuncia). Segundo Givón (1995), essa categoria revela a intenção do falante acerca da informação proposicional, especialmente seu julgamento epistêmico (de verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência) e deôitico ou

avaliativo (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação). Conforme o autor, a modalidade interage com diferentes domínios gramaticais. A asserção *realis* ('verdade factual', na lógica tradicional) é mais freqüente, podendo aparecer na maioria dos contextos gramaticais. A asserção *irrealis* ('verdade possível') correlaciona-se ao tempo futuro, aos auxiliares modais, a complementos oracionais de verbos de modalidade e a cláusulas adverbiais, especialmente as condicionais. (op. cit., p. 117) A modalidade *realis* corresponde à construção não-marcada nas línguas, em oposição à modalidade *irrealis*. Assim como o *irrealis* é a modalidade marcada em relação ao *realis*, o submodo *irrealis* deontico/avaliativo é marcado em relação ao epistêmico. Isso porque, conforme Givón, todo avaliativo implica epistêmico (já que o primeiro carrega também um sentido de futuridade). (1995, p. 120)

Nessa dissertação os domínios gramaticais acima mencionados, que caem sob o escopo do *irrealis*, são considerados, uma vez que a alternância entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito envolve naturalmente a noção de *fiituro* e a presença de verbos auxiliares, e se verifica fortemente em cláusulas com relação de subordinação.

Considerando as modalidades proposicionais, Givón salienta o envolvimento do falante e sua atitude diante da proposição, através da qual se reconhece o tipo de informação contida em uma cláusula, a qual pode carregar um dos tipos de julgamentos acima referidos, (p. 169)

O autor se reporta à filosofia clássica para resgatar do âmbito da lógica quatro modalidades epistêmicas formais: verdade necessária, verdade factual, verdade possível e não-verdade as quais correspondem, no contexto comunicativo natural, respectivamente, à pressuposição, asserção *realis*, asserção *irrealis* e asserção negação. (1995, p. 114)

A interpretação comunicativo-pragmática da modalidade epistêmica é apresentada a seguir, (op. cit.)

Pressuposição; a proposição é assumida como verdadeira, seja por definição, concordância prévia, convenção culturalmente compartilhada, ou por ter sido já enunciada pelo falante sem discordância do ouvinte.

Asserção *realis*: a proposição é asseverada fortemente como verdadeira, mas passível de receber discordância do ouvinte, embora o falante tenha evidências para defender sua crença.

Asserção *irrealis*: a proposição é asseverada fracamente como possível, provável ou incerta (sub-modo epistêmico), ou necessária, desejada ou indesejada (sub-modo avaliativo/deontico). O falante não dispõe de evidências para defender sua asserção e a discordância por parte do ouvinte é até esperada.

Asserção negação: a proposição é asseverada fortemente como falsa, comumente contradizendo a crença do ouvinte.

Nessa dissertação estamos considerando a asserção *irrealis*, cuja proposição é tomada como possível ou provável, ou como necessária ou desejada. Nela o falante não está preparado para contestar as convicções fundamentadas em outras crenças. Procuramos identificar em nossos dados situações as quais revelem a atitude do falante diante do conteúdo que ele expressa e apresentamos alguns exemplos típicos de modalidade epistêmica e deontica.

Começemos ilustrando a modalidade epistêmica (eixo da crença);

(60) São pessoas assim, que *acham* que não HAVERIA NECESSIDADE DE IR...

(FLP 14, L 570)

(61) Ele *prometeu* não está cumprindo ainda. PODERIA AINDA CUMPRIR... ele *falou* que não MEXERIA na poupança, né? (FLP-07-L 590).

Nos dados (60) e (61) temos as situações codificadas por locuções verbais (*haveria necessidade de ir e poderia ainda cumprir*) as quais correspondem, respectivamente, à crença dos informantes acerca do seu conteúdo proposicional. Ainda em (61) temos uma forma simples do verbo codificado no futuro do pretérito, cujo valor modal caracteriza o sentido *irrealis* daquilo que o informante enuncia como verdade.

Como exemplos de modalidade deontica (eixo da conduta) temos;

(62) Olhe, isso aí *é* uma coisa que a gente, para julgar, TINHA QUE ESTAR... a gente TINHA QUE ESTAR SABENDO, né? Participando, que se... Mas alguém

DEVERIA PENSAR bem nisso aí... DEVERIA. Que existe coisa que não tem perdão. (FLP 14, L 347).

(63) Então ele *disse* que IA embora pra São Paulo trabalhar lá, que ele tinha uns parentes lá em São Paulo... (FLP-11-L 691)

(64) Não paro. *É* de ano a ano. Este mês até esse ano eu QUERIA TIRAR uma...uma...tirar uns quinze dias, e não deu pra tirar. (FLP-10-LI 101).

(65) Ele *disse* que ele IA AJUDAR muito o assalariado, que ele IA TIRAR aquele salário de fome. (FLP-07-L597)

As modalidades deônticas referem-se ao eixo da conduta, ou seja, à linguagem das normas, àquilo que se deve fazer. Os modos deônticos se referem também a conceitos que constituem a face subjetiva: disposições do sentimento, no caso dos valores, disposições normativas, no caso dos imperativos, (op. cit)

3.2.2 Os operadores modais

Procuramos reconhecer os contextos em que ocorrem as formas de PI e FP em locuções, estas constituídas por auxiliares modais mais infinitivo do verbo principal. É bastante freqüente em nossos dados a ocorrência do chamado auxiliar modal. Givón (1995), considera que os auxiliares modais, em línguas nas quais eles são por excelência uma categoria gramatical distinta da modalidade dos verbos, são operadores indutores do *irrealis*. Segundo o autor, inicialmente esses verbos estão associados ao sentido deôntico/avaliativo de habilidade, intenção, propósito, etc., mas o sentido epistêmico de baixa certeza desenvolve-se eventualmente, independentemente da modalidade do verbo e através dessa distinção gramatical, adquire o status de auxiliar modal (p. 121)

Com relação ao emprego dos auxiliares modais, observe-se o uso variável;

(66) Eles DEVIAM DE ALARGAR [a Baía Sul, em Florianópolis] porque TERIA emprego aí pro pessoal. (FLP 6, L 692)

(67) A gente não sabia o que ele PODIA FAZER com a gente. (FLP 12, L 667)

Imo exemplo em (66), o verbo que codifica a situação *{deviam alargar}* se refere ao eixo da conduta e percebe-se que a proposição é afetada pelo sentido epistêmico contido no valor modalidade epistêmica inerente a situação *podia fazer*. Acontece que o valor modal de incerteza tradicionalmente atribuído ao futuro do pretérito não parece compatível com o valor de *deveriam* no contexto acima, em que o informante emite uma opinião a respeito de um fato apresentado com o sentido de obrigação. Já no segundo exemplo, o verbo da oração principal precedido de negação (não sabia) antecipa o grau de incerteza associado a situação hipotética, e portanto futura, que se segue *{podia fazer}*. Então, em (67) a forma verbal parece caracterizar a situação como incerta, e em (66) o PI caracterizaria situação como mais provável. Acreditamos que o valor modal associado a cada uma das formas em destaque revela traços semânticos comuns a ambas as modalidades.

No trecho abaixo, as formas mencionadas são passíveis de alternância, mantendo a significação modal básica. Esta mesma alternância poderia ocorrer no exemplo abaixo, com a substituição de *ia piorar* por *pioraria*, ou *devia/deveria piorar*:

(68) Não piorou nem melhorou. Tá a mesma coisa. *Pensei* que IA PIORAR porque o pessoal tá sem dinheiro, mas não. (FLP 10, L 1304)

Já no exemplo abaixo é impossível este tipo de alternância;

(69) *Acho* que muita coisa ali a censura não DEVIA DEIXAR PASSAR, principalmente horário onde tem criança, né? (FLP 16, L101)

A única substituição possível em (69) seria a de *devia* por *deveria*. Estes dois exemplos são suficientes para mostrar a impossibilidade de generalização quanto ao emprego dos modais, pois os valores associados a *dever* em (68) e (69) são diferentes. No primeiro caso temos um valor de modalidade epistêmica, neste caso compatível com a perífrase *ia* e com a forma em *-ria*; já no segundo, o valor associado é de modalidade deontica/avaliativa, incompatível com as formas recém mencionadas.

Segundo Givón (1995) os modais carregam a modalidade epistêmica ou deontica e a última é marcada em relação à primeira, (op. cit.) A modalidade deontica implica noção de

ílituridade, carregando o traço de incerteza epistêmica o que não acontece necessariamente com a modalidade epistêmica em relação à deôntica.

De acordo com o princípio da marcação, assumimos como Givón que devido a sua complexidade cognitiva, a modalidade deôntica é marcada em relação à epistêmica.

Podemos distinguir entre modalidade epistêmica (tomada do eixo da crença) e modalidade deôntica (relativa ao âmbito da conduta), através do contexto discursivo e pragmático em que ocorre o dado. Assim, compare-se;

(70) ...aquilo ali pra mim não DEVIA TER [...] DEVIAM TER FEITO um orfanato.
(FLP 15, L 436)

(71) Mas alguém DEVERIA PENSAR bem nisso aí. DEVERIA. Que existe coisa que não tem perdão. (FLP 14, L 354)

Em (70) o modal *deviam* apresenta valor epistêmico de crença enquanto em (71) o valor modal de *deveriam* é deôntico (sentido de obrigação). Como podemos perceber, a modalidade representa a intenção do falante na interação com seu interlocutor.

Givón (1995) chama a atenção para o caráter do auxiliar de tempo ílituro que o verbo *ir* apresenta a par de seu valor como verbo de movimento espacial e como verbo de cláusulas de finalidade. Compare-se os exemplos;

(72) a. Verbo de movimento; “She is going to Chicago”

(73) b. Cláusula de finalidade; “She is going there to buy a house”

(74) c. Auxiliar modal de futuro; “She is going to leave him”

O sentido de propósito deôntico verificado em b. é responsável pelo eventual surgimento de um significado fiaturo. Assim, o surgimento de um sentido epistêmico a partir de um deôntico coloca par a par o *ir* e os demais modais no inglês, (op. cit., p. 121)

3.2.3 A modalidade como categoria do discurso

Em seu estudo sobre a “Modalidade e Gramaticalização; estratégias discursivas na fala carioca”. Costa (1995) postula que através do discurso o falante ‘propõe’ as

possibilidades ou não de realização de uma situação, estabelecendo-se a partir daí os graus de aceitação daquilo que é enunciado, (op. cit., p.25) A autora considera que os tempos e modos verbais são recursos gramaticais de que o falante se utiliza para, através das proposições, caracterizar o conteúdo do seu discurso que se estabelece tanto com o sentido de obrigação, (necessidade, certeza) como com o sentido hipotético (provável ou possível).

Assim, a modalidade é interpretada de um ponto de vista discursivo-pragmático em termos de metas comunicativas dos dois participantes da negociação comunicativa: falante e ouvinte. É a categoria que representa o meio pelo qual o falante estabelece sua interação comunicativa, elegendo de acordo com fatores cognitivos e sócio culturais, a modalidade que melhor se adapta às suas reais finalidades interacionais por ocasião do processo discursivo.

Esta é a concepção de modalidade adotada neste trabalho.

CAPÍTULO V

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo está organizado conforme descrito a seguir. Num primeiro momento, apresentamos a distribuição dos dados analisados, discutindo hipóteses gerais acerca das formas de uso preferencial (verbos simples, ou perífrases ou locuções) e dos tempos verbais preferencialmente empregados (PI ou FP). A seguir, tratamos do valor temporal das ocorrências em estudo, mostrando a distribuição das mesmas conforme seu emprego com valor de futuro do pretérito, de pretérito imperfeito ou de presente; a partir de então, isolamos três variáveis lingüísticas centradas respectivamente nos valores temporais mencionados. Para cada uma dessas variáveis apresentamos resultados estatísticos relativos ao emprego de diferentes variantes (formas de ílituro do pretérito e de pretérito imperfeito de verbos simples, bem como de perífrase), isolando seus fatores condicionantes. Por fim, tratamos dos casos de locução verbal com auxiliar modal.

1. Distribuição geral dos dados

Foram codificadas 895 formas verbais, considerando-se a possibilidade de alternância entre o uso de PI e de FP (em verbos simples e em perífrase e locuções), em situações com diferentes valores temporais (de futuro do pretérito, de pretérito imperfeito e de presente). Num primeiro momento os dados foram computados em seu conjunto numa rodada estatística geral, para se ter um panorama das ocorrências em estudo. Os resultados mais representativos a nosso ver, pertinentes a formas verbais e valor temporal, são apresentados nas duas subseções seguintes.

1,1 Formas verbais

Observemos inicialmente o total de ocorrências das formas temporais de pretérito

imperfeito e de futuro do pretérito, em dados como os que exemplificamos abaixo:

(1) E - Até tem uma lei, agora, que quer mudar o nome da cidade, né?

F - É, pois é, já ouvi falar isso.

E - Pra Desterro. O que tu achas disso?

F - Não, eu ACHARIA até que não era uma coisa assim, que o povo fosse ficar, né? como dizer, assim incomodado com isso, vamos dizer assim, né? um português bem claro. Porque já era chamado de Desterro, né? e se *continuasse* Desterro, é uma coisa que já tinha sido, né? chamado, então, não ERA um nome, assim, que todo mundo IA FICAR aborrecido, porque TIRAVAM o nome de Florianópolis e PASSAVAM pra Desterro. (FLP, 12 L 1355)

(2) Ela IA FICAR uma semana, mas eu não agüentei passar dos três dias e fui buscar ela. (FLP 9, L 117)

No exemplo em (1), o informante emite uma opinião cotemporal ao momento da enunciação, empregando as formas *acharia* e *era*, verificando-se a alternância (FP e PI), ambas as formas utilizadas com o *valor temporal de presente* nos dados considerados. Depois ele usa as formas *la ficar*, *tiravam* e *passavam* que, se substituídas (*iria ficar* e *ficaria*), (*iam/iriam tirar*, *tirariam*) e (*iam/iriam passar*, *passariam*), continuariam tendo, respectivamente, as mesmas propriedades temporais de futuro do pretérito. Os dados em (2) podem alternar com *iria ficar/ficaria*, sem alterar o *valor temporal de passado* atribuído pelo ponto de referência **agüentei**, que lhe é cotemporal.

Apresentamos a distribuição geral dos dados analisados.

Tabela 1; Distribuição das formas verbais PI e FP

Fator	Freq.	%
PI	742	83
FP	153	17
Total	895	100

A grande maioria dos dados concentra-se no uso de PI (83%), conforme esperado. Note-se que a tabela acima retrata todas as ocorrências testadas, independentemente de sua forma verbal (verbo simples, perífrase ou locução) e de seu valor temporal (de futuro, de passado e de presente) conforme exemplificado acima. À medida que prosseguirmos na análise, esses dados vão sendo considerados em suas especificidades. A seguir detalhamos os diferentes tipos de formas verbais controlados, observando inicialmente as frequências de uso.

No que se refere ao tipo morfológico das formas verbais utilizadas, foram controlados os fatores: locução perifrástica (auxiliar Ir + V), locução verbal (modal + V) e verbo principal sozinho. As principais hipóteses testadas em relação a esse grupo foram as seguintes: a) maior frequência de locuções (modal + V) e menor frequência de verbos simples, independentemente da morfologia modo-temporal, ficando a perífrase numa posição intermediária; b) maior incidência de perífrase (ir no pretérito imperfeito + V infinitivo) do que de verbo simples no futuro do pretérito, por paralelismo às formas de representação do futuro do presente (ia fazer - faria; vou fazer - farei); c) uso mais frequente da morfologia de futuro do pretérito nos verbos simples e menos frequente nas perífrases e locuções. São mostrados a seguir os resultados da primeira hipótese com relação à maior e menor frequência das formas verbais, que se confirma através dos números abaixo:

Tabela 2: Distribuição das formas verbais (locução *versus* perífrase *versus* verbo simples)

Fator	Freq.	%
locução (modal)	453	51
Verbo simples	275	31
Perífrase (Ir)	167	18
Total	895	100

Os números acima confirmam em parte nossa primeira hipótese: a locução verbal constituída de auxiliares, em sua maioria modais, seguidos de verbo no infinitivo é o tipo de forma verbal mais recorrente (51% dos casos), o que era esperado devido à diversidade de auxiliares nesta função (querer, dever, poder, precisar, ter que ...). Já a perífrase verbal é a forma menos freqüente (18%), contrariamente à expectativa inicial. O verbo simples é a segunda forma mais recorrente (31%). (Provavelmente este resultado se deva à inclusão de dados com *valor temporal de passado*, fato que será averiguado posteriormente.)

A segunda hipótese relativa às formas verbais (maior incidência de perífrase com *ia* em relação a verbo simples em *-ria*) é confirmada pelos números abaixo;

Tabela 3: Distribuição das formas verbais (perífrase *versus* *-ria*)

Fator	Freq.	%
Perífrase { <i>Ia</i> + INF)	159	68
V simples em <i>-ria</i>	76	32
Total	235	100

Há praticamente o dobro de ocorrências de perífrases com *Ia* em relação a verbo simples com morfologia de futuro do pretérito, o que mostra a produtividade da perífrase. Observe-se porém que, do total de 275 ocorrências de verbo simples (tabela 2), apenas 76 são de FP em oposição a 199 de PI.

Em relação à presença de morfologia de futuro do pretérito, observa-se o seguinte;

Tabela 4: Distribuição da morfologia modo-temporal (PI vs. FP) nas diferentes formas

Fator	PI		FP	
	Total/aplic.	%	Total/aplic.	%

Verbo simples	275/199	72	275/76	28
Locução Verbal	400/343	85	453/69	15
Perífrase Verbal	163/155	95	167/08	5
Total	895/740	83	895/153	17

A terceira hipótese relativa às formas verbais também se confirma. Numa leitura vertical da tabela, verifica-se que em 153 ocorrências de FP, 76 (50%) correspondem a verbos simples, 69 (15%) aparecem em locuções e 08 (5%) em perífrases. O percentual maior de *-ria* associado a verbo simples se justifica na medida em que as locuções já trazem em seus auxiliares uma modalidade *irrealis*, portanto a flexão *-ria* marcaria duplamente a forma em seu valor de futuridade. Por outro lado, a baixa ocorrência de marca formal *-ria* em perífrases é o esperado, uma vez que a combinação *la* INF correlaciona-se a verbo simples em *-ria* (codificando futuro do pretérito) na mesma medida em que *Vou* INF correlaciona-se a *-rei* (codificando futuro do presente). Assim sendo, as oito ocorrências de *Iria* + INF, conforme exemplificado abaixo, poderiam ser interpretadas como formas de hipercorreção.

O exemplo abaixo pode ilustrar nossa observação:

(3) Então, a mãe fazia, botava água a ferver, aí jogava a água dentro daquele alguidar e fazia aquele loque, loque de pirão d'água. Não porque não tinha o feijão, é porque eles *achavam* que IA FAZER – IRIA PESAR muito no estômago, PODIA FAZER mal durante a noite, dar uma dor no estômago, uma dor de barriga, uma dor no figo, coisa parecida. (FLP 2, 1067)

(4) E – Tu és, assim, uma pessoa humanitária, né? pelo que se pode perceber, né?

F – Sou. Dentro dos limites.

E – Ah, como é que é isso?

F – Não, o dentro dos limites que eu quero dizer é o seguinte: é que às ve – É ah, como ela olhou. Ela já IA OLHAR e RIR. Ela já IRIA OLHAR e SORRIR. Que eu peço o seguinte: “não me faça isso!” Então eu gosto de pedir uma vez. Dou a segunda chance, na terceira eu dou um berro. (FLP 2, L 626)

Especificando os auxiliares mais recorrentes nos dados analisados encontramos: *querer* (124 ocorrências categóricas em PI), *gostar* (17 ocorrências categóricas em FP), *ter que*, *poder* e *dever*. Nos resultados mostrados a partir daqui, ficam excluídos os 141 dados de comportamento categórico (*querer* e *gostar de* + INF), já que passamos a discutir os resultados para regra variável considerando também os pesos relativos associados.

A tabela a seguir mostra a correlação entre as diferentes formas verbais e o uso de PI (em oposição a FP).

Tabela 5: Formas verbais e o uso de PI

Fator	Total/aplic.	%	PR
Perífrase	167/159	95	.91
Locução	312/260	83	.39
Verbo simples	275/190	72	.29
Total	754/618	82	

Este grupo de fatores foi o segundo selecionado pelo programa computacional como estatisticamente significativo em relação ao fenômeno em análise, considerando-se o conjunto total de dados, com exclusão apenas dos de uso categórico. Os resultados continuam mostrando a polarização entre perífrase (maior uso de PI com .91) e verbo simples (menor uso de PI com .29). Em outras palavras, o verbo simples propicia a flexão em *-ria* ao passo que a perífrase inibe tal marca.

2. Valor temporal: localização em relação ao ponto de referência (R)

As formas de PI e FP podem ser usadas ou com o *valor temporal de futuro do pretérito*, ou de *pretérito imperfeito* ou de *presente*, conforme a respectiva localização nos diagramas reordenados e rerepresentados abaixo, considerando-se sua ancoragem ao ponto de referência:

(a) *Valor temporal de futuro do pretérito:*

—————R—————S—————F—————(S)—————
 (ponto de referência = passado) (tempo da situação = FP) (momento de fala = presente)

Abaixo exemplificamos as possibilidades de uso alternante de PI e FP com o *valor temporal de futuro*, de acordo com o emprego das diferentes formas verbais (forma simples e perífrase com *Ir* + INF).

(5) ... geralmente aqui você vê o seguinte: você vai numa feira. Tudo bem. Você tem certeza que está comprando direto do colono? Do agricultor? São poucos os agricultores que têm, os criadores de suínos, de aves. Então estão ali os atravessadores. Que se você *fosse* comprar do agricultor, do colono, aquele que sua a camisa pra botar a safra em ponto de vender pra população, você COMPRARIA por menos da metade do preço, tranqüilamente – (FLP 2, L 706)

(6) [Sobre a possibilidade da informante mudar de residência] Ir embora daqui mesmo, eu por causa da filha, né? Mas se *fosse* ir embora, mesmo, eu IA embora pra fora do Brasil. (FLP 16, L 1130)

(7) E - D. Lezir, se a senhora ganhasse na loto, que que a senhora *ia* fazer?

F - Olha, se eu *ganhasse* bastante dinheiro, uma parte eu IRIA AJUDAR os pobres.

E - E a outra parte?

F - A outra parte aí depois eu IA RESOLVER que que IA FAZER (FLP 15, L1118)

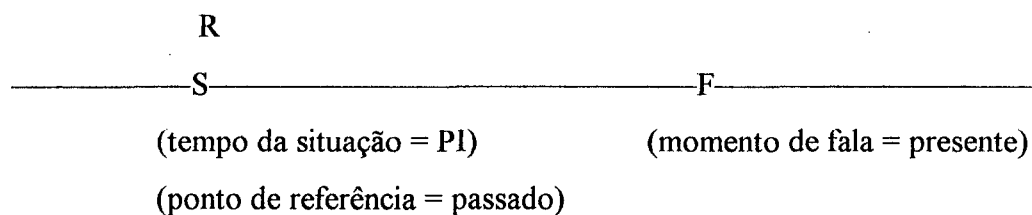
O dado em (5) apresenta *valor temporal de futuro*, atribuído pelo ponto de referência *fosse comprar*, anterior à situação codificada por *compraria*, correspondendo à forma simples de futuro do pretérito.

Em (6), se apresenta um verbo simples na forma de pretérito imperfeito (*ia*) que tem

também *valor temporal de futuro*, pois o ponto de referência **fosse** também é anterior à situação descrita. Convém lembrar que nesse caso o verbo “ir” está sendo empregado com o sentido pleno de movimento. Em (7) aparece três vezes a perífrase formada com *Ir* + os verbos *ajudar*, *resolver* e *fazer*, respectivamente, no INF. Novamente temos um ponto de referência anterior às respectivas situações (*ganhasse*), caracterizando o *valor temporal de futuro*.

Portanto, não é a forma verbal que codifica a situação (pretérito ou futuro) que estabelece o valor temporal do dado. O ponto de referência, neste caso anterior a cada situação, torna o dado com *valor temporal de futuro*.

(b) *Valor temporal de pretérito* imperfeito



Em nossos dados também encontramos contextos em que independentemente da forma verbal empregada (imperfeito ou futuro do pretérito) o valor temporal da situação é de passado. É o que mostramos através dos seguintes exemplos:

- (8) Quando a questão *era* de namoro, a gente sempre IA CONVERSAR com ela.
(FLP 24, L 487)

O dado acima foi codificado na forma de perífrase (*ia conversar*), cotemporal ao respectivo ponto de referência passado **era**, por isso seu valor temporal é de pretérito imperfeito.

- (9) Aí eu *disse*: "Eu vou telefonar pra Graça e vou perguntar para ela se a gente pode ir passar o final de semana lá, aí nós só viemos amanhã à noite", SERIA no

Domingo. (FLP 3, L 655)

Em (9) a situação está codificada por uma forma verbal no futuro do pretérito. No entanto, a referência temporal do dado em questão é disse, cotemporal, isto é, simultânea ao tempo da situação (seria), atribuindo-lhe também *valor temporal de passado*.

(10) Quando eles IAM CASAR, ele morreu. (FLP 3, L 247)

O dado contido em (10), codificado pela perífrase formada pelo verbo “ir” (no pretérito imperfeito) + INF, tem como ponto de referência a expressão adverbial quando, cotemporal à situação *iam casar*, o que também lhe confere *valor temporal de passado*.

O *valor temporal de pretérito* imperfeito também independe da forma verbal com que o dado é codificado, bastando que seu ponto de referência seja cotemporal à situação descrita.

(c) *Valor temporal de presente* :

-S/R/F-

(tempo da situação)

(ponto de referência)

(momento de fala)

A exemplo dos valores temporais acima elucidados, podemos atribuir *valor temporal de presente* a uma situação de acordo com o seu ponto de referência, indiferentemente da forma verbal que descreva o fato. Podemos ilustrar o que estamos afirmando através dos seguintes exemplos:

(11) E - Eu era guri, eu saía, ia ao cinema, comia pipoca, comprava bala, pagava o ônibus, ainda tinha troco.

E - Quanto, mais ou menos, seria isso hoje?

F - Puxa, agora é que você já me deixou meio confuso, mas eu *acho* que isso FICARIA hoje em torno bem dos quinhentos cruzeiros, pra você sair, chupar bala, comprar pipoca... (FLP 2, 718)

Em (11), a forma/*icaná* codifica uma situação que tem *valor temporal de presente*, pois o tempo da situação é coincidente ao ponto de referência e o momento de fala em que o informante emite uma opinião.

No seguinte exemplo o informante empregou a mesma forma verbal simples (*era*) no pretérito imperfeito, também coincidente com o ponto de referência (*passa*) e o momento de fala, atribuindo *valor temporal de presente* à situação codificada. Vejamos:

(12) ...diz que ele estava com os dentes todos cheios daquela flanela que ele tinha mordido. Aí, ela disse pra ele; “Ah, *eras* tu que ERA o lobisomem que sempre *passa* aqui de noite?” “Oh mulher, ERA nada”. “ERA sim, que os teus dentes estão cheios da flanela da minha saia que está toda rasgada.” (FLP 8, L 490)

Em (12) temos um dado caracterizado pela simultaneidade entre o tempo da situação, ponto de referência e o momento de fala, o que equivale ao *valor temporal de presente*.

Esses exemplos mostram que seja qual for a forma do verbo (PI ou FP) com que se codifica uma situação, lhe pode ser atribuído valor temporal ou de *pretérito imperfeito*, ou de *futuro do pretérito* ou de *presente*, de acordo com o ponto de referência do dado em análise. Este ponto será retomado oportunamente.

Observe-se que tal valor não é depreendido relativamente ao momento de fala, antes tem a ver com o ponto de referência do dado em questão e com sua localização no eixo temporal. A expectativa é que a variante PI seja mais recorrente em todas as situações, independentemente do valor temporal a que estiver associada.

A tabela seguinte mostra como se distribuem os dados em análise:

Tabela 6: Valor temporal e uso das formas PI e FP

Fator	PI		FP	
	Total/aplic.	%	Total/aplic.	%
Pretérito imperf	235/206	88	235/29	12
Futuro do pret.	422/344	82	422/78	18
Presente	97/68	70	97/29	30
Total	754/618	82	754/136	18

O PI aparece com a seguinte frequência de uso de acordo com os diferentes valores; de pretérito imperfeito (com um ponto R passado cotemporai) = 88%; de futuro do pretérito (com um ponto R passado anterior) = 82%; e de presente (com um ponto R presente correspondente ao momento da enunciação) = 70%. Tais resultados confirmam a hipótese de que PI seria a forma preferida em todas as situações. Por outro lado, percebe-se uma incidência maior de uso de FP quando o valor temporal é de presente (30%), em relação ao próprio valor de futuro (18%) e ao valor de pretérito (12%).

Esses três valores correspondem, na verdade, a três variáveis diferentes, uma vez que usar PI em lugar de FP (diagrama a) é diferente de usar FP em lugar de PI (diagrama b) e é diferente também de usar PI ou FP em lugar do presente (diagrama c). Por esta razão, daqui em diante os resultados serão pertinentes a cada uma destas três situações de variação.

Foram realizadas rodadas estatísticas separadas para:

Variável I; PI ~ FP com *valor temporal de futuro do pretérito* (ponto R anterior);

Variável II; PI ~ FP com *valor temporal de pretérito imperfeito* (ponto R cotemporai);

Variável III; PI ~ FP com *valor temporal de presente* (ponto R correspondente ao momento de fala).

Antes de passarmos aos resultados, convém explicitarmos alguns aspectos de ordem metodológica. Na variável I, ao se realizar o teste de substituição das variantes (fazia ~ faria ~ ia fazer ~ iria fazer, por exemplo), alguns dados mostraram uma certa ambigüidade quando da alternância pela forma verbal no pretérito imperfeito, ocasionando a possibilidade de dupla interpretação em relação ao ponto de referência do verbo em questão. Vejam-se

por exemplo:

(13) Eu quase não jogo mesmo, né? Se *desse* assim da gente saber o número certo de jogar pra ganhar, a gente JOGAVA, mas o dinheiro já é tão pouco que não dá pra nada. (FLP 9, L 553)

(14) A gente faz a mesma coisa. E íngua também, eu *sabia* benzer e ‘zipra’ eu IA BENZER. Eu IA BENZER, mas ... eu esqueci. (FLP 8, L 629)

No dado em (13) o valor temporal da situação é de *fuluro do pretérito*. Ao substituírmos /o^{avii} pov *jogaria* e ainda se alternarmos esses mesmos dados pelas perífrases *ia/iria jogar*, continuamos a manter, para os dois casos, o mesmo ponto de referência (desse), anterior à situação descrita. Já em (14), com o dado *ia benzer*, a alternância só é possível com *iria benzer* e *benzeria*. Na substituição por *benzia*, a interpretação é que essa forma pode aherar o sentido da situação, que passa a ser passada e coterporal ao seu ponto de referência.

Procedemos da mesma forma com a variável II. Observou-se, por exemplo, que em (15) não há ambigüidade nas substituições, mas em (16) há mudança de significado quando se usa a forma de pretérito imperfeito.

(15) Então a oração era assim; “Toca na roca, enfie borracha na boca. Não me entre nessa casa nem na comarca toda.” Então a gente *rezava* pros filhos da gente, SERVIA pra vizinhança toda. (FLP 8, L 393)

(16) Eu tentei a segunda porque eu queria um outro rapaz, né? Mas aí não deu, aí logo *liguei*. Eu *liguei* com vinte, *la FAZER* vinte.(FLP 16, L616)

O dado em (15) pode alternar com *serviria*, com *ia/iria servir* sem que se altere a relação de coterporalidade estabelecida pelo ponto de referência *rezava*. Já em (16) *ia fazer* alterna com *iria fazer* e com *faria*, mas na substituição por *fazia*, o dado adquire o caráter de factualidade coterporal.

Ao testarmos a alternância entre as formas PI e FP para a variável III, também

constatamos ambigüidade de sentido de algumas situações descritas, tanto para as formas simples como para as perifrases. Vejamos;

(17) A gente sempre guardava uma economia e com aquela economia, devido aos juros, a gente podia se manter. ...mas, ó, pra mim, eu ACHAVA que estava melhor antes. (FLP 12,L 134)

(18) Como tu me perguntaste se eu TINHA planos para o futuro. No momento eu nem tenho. (FLP 11, L 151)

No dado em (17) podemos substituir *achava* por *acharia* e por *acho*. Em todas as substituições se mantém o *valor temporal de presente*, com o ponto de referência correspondendo ao momento de fala, uma vez que o informante está emitindo uma opinião no presente. Já a alternância por *ia/iria achar* provocaria ambigüidade de sentido. Nesse caso estava se transformaria num ponto de referência anterior à situação descrita, atribuindo-lhe *valor temporal de futuro do pretérito*. Em (18) temos um dado com *valor temporal de presente* e que no teste de substituição por *teria*, não altera o sentido da situação em função do ponto de referência que pode ser encontrado no contexto, ou seja, a expressão adverbial e no momento. É impossível a alternância com a perífrase quando se trata do *valor temporal de presente*.

Observação: Encontramos 48 ocorrências como exemplificamos acima, das quais 28 aparecem em perífrase verbal com *valor temporal de futuro*, 15 em verbos simples, (9 das quais na forma de Pl) e 5 em locuções (sendo 4 na forma de FP). Esses dados, apenas parcialmente intercambiáveis, foram excluídos das rodadas estatísticas que se seguem. Como as locuções verbais apresentam um componente adicional de modalidade em relação a verbos simples e perifrases com auxiliar *Ir*, receberão um tratamento à parte. Os resultados apresentados a seguir dizem respeito a formas de verbos simples e perifrases. Começemos com a variável I, *valor temporal de futuro do pretérito*, uma vez que esta é a que contempla o maior número de dados.

3. Variável 1; *valor temporal de futuro do pretérito*

A tabela abaixo mostra a distribuição dos dados em suas formas variantes (verbos simples de Pl, verbos simples de FP, perífrases com *Ia* INF e perífrase com *Iria* + INF).

Tabela 7: Distribuição dos dados com valor de futuro

Formas	N.º	%
V simples em Pl	126	45
V simples em FP	48	17
<i>Ia</i> + INF	96	36
<i>Iria</i> + INF	6	2
Total	276	

Ao longo da análise, trabalhamos com duas variáveis dependentes; num primeiro momento tratamos como variantes as formas de pretérito imperfeito *versus* futuro do pretérito, abordando conjuntamente verbos simples e perífrases; num segundo momento testamos os grupos de fatores em relação a cada uma das formas utilizadas, a saber, pretérito imperfeito de verbo simples, futuro do pretérito de verbo simples e perífrase de *Ia* INF (a perífrase *Iria* INF teve apenas oito ocorrências no *corpus* analisado, seis delas com *valor temporal de futuro do pretérito*, e foi excluída da rodada estatística). Como os resultados referentes ao segundo momento de análise foram os mais significativos do ponto de vista estatístico, estes é que são apresentados a seguir.

Temos, então, como variável dependente: Pl de verbo simples ~ FP de verbo simples ~/« + INF

Cada uma das três variantes acima apresentou condicionamentos estatisticamente significativos. Vamos começar com o emprego da variante Pl de verbos simples em oposição às demais formas, a seguir apresentamos os resultados para emprego de FP e por último de perífrase. Finalmente mostramos resultados de uma rodada ternária, considerando os fatores significativos para as variantes em estudo.

3.1. Primeira variante: Uso de PI de verbos simples com *valor temporal de futuro do pretérito*.

Os dados foram agrupados em uma variável dependente binária assim constituída; PI *versus* FP + *Ia* INF

Os grupos de fatores estatisticamente significativos para o emprego de PI com *valor temporal de futuro do pretérito* (PI em lugar de FP) foram; *ambiente sintático e paralelismo*.

3.1.1 Ambiente sintático

Este grupo de fatores foi selecionado em primeiro lugar na rodada estatística em que PI era o valor de aplicação. A hipótese principal em relação a este grupo de fatores diz respeito às orações condicionais tidas como contexto natural para o uso de futuro do pretérito. Nossa expectativa era que a anteposição da prótase para o ambiente condicionante + condicionada em período hipotético canônico (cf Leão, 1961) favorecesse o uso da forma de PI (ex.; Se pudesse comprava uma casa.), uma vez que a condição previamente anunciada já prepara o terreno da «irrealidade», portanto tal modalidade já estaria assegurada independentemente da forma verbal que codificaria a situação da apódose (Karan, 1998)\ Estamos considerando que a ordem do período hipotético (prótase + apódose) seja mais icônica devido não só à seqüência temporal como também à lógica da situação. Exemplo;

(19) Se ele me *pedisse* um maço de cigarro, que dissesse pra evitar de ter um vício, tipo desse, eu DARIA um maço de cigarro na mão dele.(FLP 17, L 1291)

A hipótese relativa ao ambiente sintático das condicionais prevê que a condicionante pode estar somente implícita. Para Camara Jr. (1967) todo evento futuro depende de uma

' KARAN, L. (1998) desenvolve pesquisa acerca da variação entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Porto Alegre/Panambi - RS e adota o critério de Leão em seu estudo sobre as orações hipotéticas.

condição a qual não precisa ser necessariamente estabelecida pelas conjunções condicionais como *se*, por exemplo, podendo ser vaga ou implícita (op. cit., p.56). Temos a mesma expectativa para o uso de PI, tanto em relação às condicionantes explícitas quanto às implícitas. Exemplificando a condicionante implícita;

(20) Aí quando fiii a 3º Sargento, aí, sim, aí me casei. Já ganhava melhor. Pelo seguinte; porque eu casava [se eu *casasse*] como marinheiro IA destacado por um lugar aí, VIAJAVA na 3ª classe. Mulher lá não. Eu [Se eu *fosse*], como Sargento VIAJAVA na 1ª classe, TINHA direito a tudo, TINHA direito a camarote, essa coisa toda. (FLP 6, L 623)

No desdobramento da primeira hipótese que está associada ao princípio da iconicidade (cf. Givón,1990) temos que se a condicionante se distribui linearmente anteposta, o verbo da condicionada viria com a forma de PI. Mas se essa ordem se altera para a distribuição condicionada + condicionante, a nossa expectativa é que caberia ao FP a ênfase de denotá-la. (Ex.; **Compraria** uma casa se pudesse). Temos em nossos dados exemplos como esse;

(21) ...pra mim SERIA o vício mais felise ~~se~~ *fosse fumar* cigarro do que partir pra outros vícios. (FLP 17, L 1279)

Um outro fator controlado relativo à configuração morfossintática das frases relacionadas é o da **oração encaixada em discurso indireto**. Neste grupo de fatores estão sendo contempladas as orações objetivas que estão presentes em discurso indireto como complementos de verbo dicendi e verbos de cognição (ambos conjugados tanto no passado como no presente). A questão a ser respondida é acerca dos contextos lingüísticos preferidos para a ocorrência das formas PI e FP. Nossa expectativa é que esse fator iniba a forma de PI e privilegie a forma simples de FP e as formas em *Ja* INF Vejamos os exemplos;

(22) Ela pensava em desistir [de fazer o vestibular], mas eu incentivo muito, né? Incentivo tanto que eu ?*Áé fui* capaz de dizer pra ela que FARIA também, pra ela ficar incentivada. (FLP 17, L 1127)

(23) Eu pensava que IA MELHORAR, porque não vão comprar carros novos. (FLP 10, L 1309)

Consideramos como fator **independente** orações tanto principais como coordenadas as quais demonstram real independência, tanto sintática como semântica. Vejamos o exemplo abaixo ;

(24) O casamento, naquele tempo, a gente *casava* na igreja e depois a gente IA CASAR no cartório. (FLP 15, L 907)

Os resultados para este grupo de fatores são apresentados a seguir.

Tabela 8: Ambiente sintático e uso de F1 com verbos simples
(valor temporal = futuro do pretérito)

Fator	Total/aplic.	%	PR
Condicionante + condicionada	138/82	59	.64
Condicionante implícita	44/20	45	.46
Independente	40/13	32	.37
Encaixada em DI	43/10	23	.25
Condicionada + condicionante	5/1	20	.23
Total	270/126	47	

Do total de 270 ocorrências de dados com *valor temporal de futuro*, passíveis de ser codificadas por uma das três formas: PI e FP de verbos simples *o la* + INF, encontramos 126 dados de PI, o que equivale ao percentual de 47%, ou seja, quase a metade dos dados é

representada por PI em detrimento das demais formas. A hipótese sobre as condicionais foi parcialmente confirmada: PI é a forma mais recorrente (59%) para o fator cuja ordem canônica é **condicionante + condicionada**, tendo seu uso favorecido (.64); a **condicionante implícita** com peso relativo .46 ficou numa posição intermediária. O fator oração **encaixada em discurso indireto** inibe o uso de PI (.25), favorecendo o uso das outras formas como era esperado. O último resultado para o fator **condicionada + condicionante**, com peso relativo .23, está dentro da nossa expectativa uma vez que, apesar dos poucos dados, a quebra da iconicidade na ocorrência de apódose + prótase favorece o uso de FP e perífrase.

Costa (1997), em seu trabalho sobre *A variação entre PI e FP no português informal do Rio de Janeiro*, apresentou apenas resultados percentuais para o mesmo grupo de fatores. O fator **oração independente ou principal** favoreceu o uso de PI (49%), quase a metade desse uso, inibindo o uso das demais formas. Para o fator **condicionante + condicionada** o resultado foi de apenas 35% para o uso do PI, desfavorecendo o uso dessa forma. No caso do fator **condicionada + condicionante** os resultados se assemelham aos que obtivemos; este fator mostrou-se o ambiente favorável ao uso de FP, enquanto houve apenas 18% de uso de PI.

Diante desses resultados, concluímos parcialmente que o ambiente preferido para o uso de PI são as orações condicionais em sua forma canônica (condicionante + condicionada). Esse uso é desfavorecido no ambiente **condicionada + condicionante** onde o FP tem uso mais freqüente. O fator **encaixada em discurso indireto** também inibe o uso das formas simples de PI e favorece o uso da perífrase, confirmando nossa expectativa.

Pode-se dizer que, uma vez ativado o domínio do *irrealis* através da enunciação hipotética que caracteriza a condicionante *Se...*, não há necessidade de assinalar o valor de futuro na forma verbal, daí a preferência pelo uso de PI. Já quando a condicionante é posposta, é preciso marcar o domínio da irrealidade previamente, por isso o emprego mais acentuado de FP nestes contextos. Os enunciados de discurso indireto, por sua vez, podem freqüentemente receber uma interpretação diferenciada ao trazerem o verbo da oração subordinada em PI, o que pode implicar uma relação de cotemporalidade com o ponto de referência, ocasionando um *valor temporal de passado* e não de futuro. Talvez por isso a

forma preferida seja de perífrase, evitando-se assim uma possível ambigüidade. A forma FP seria também esperada neste contexto.

3.1.2 Paralelismo formal

Este grupo de fatores foi o segundo selecionado na rodada em que a variante PI foi valor de aplicação para o *valor temporal de futuro*.

Muitos trabalhos variacionistas têm apontado a importância do princípio do paralelismo formal, que trata das ocorrências em cadeia da mesma forma lingüística, como um fator relevante no contexto discursivo. De acordo com Scherre (1988), o paralelismo pode se dar entre uma oração e outra anteriormente considerada, em diferentes fenômenos lingüísticos, o que em nosso estudo equívale à presença das formas PI ou FP no discurso precedente do informante ou na fala do entrevistador. A autora diz, nos termos de Poplack[^], que 'posição e marcas precedentes' se traduz pelo modo como se dá esse paralelismo, interpretado como "marcas levam a marcas e zeros levam a zeros". Segundo Scherre, isso faria com que o Informante continuasse usando a forma já ativada, em virtude do paralelismo ocasionado no discurso. Outra possibilidade de ocorrência do paralelismo pode ser controlada através do efeito «gatilho» para verificar se o informante tenderia a usar a mesma forma contida no seu próprio discurso ou na fala (pergunta) do entrevistador (op. cit., p. 392).

Nossa hipótese em relação ao paralelismo é que, nas ocorrências em cadeia, PI levaria a PI e FP levaria a FP, todos do modo indicativo, como podemos mostrar nesse exemplo:

(25) Ele viu que aqui não TINHA mais ambiente. Aqui não TINHA mais ambiente porque tudo LEMBRAVA ela. (FLP 11, L 653)

O efeito «gatilho» foi controlado em nossos dados, porém não se revelou significativo, sendo por este motivo amalgamado com outros fatores. Assim mesmo convém

ilustrar esse fenômeno através do seguinte exemplo:

(26) E - H se fosse votar hoje, em quem você votaria?

F - Se *fosse* votar hoje, VOTARIA nele também. Mas eu VOTARIA nesse, como é que tu falaste? (FLP 19, L 666)

Na tabela a seguir, o fator 'forma anterior de PI' inclui também os casos de perífrase *Ia INF*. Tais fatores foram amalgamados por apresentarem resultados muito próximos.

**Tabela 9: Paralelismo formal e uso de PI com verbos simples
(valor temporal = futuro do pretérito)**

Fator	Total/aplic.	%	PR
Forma anterior de PI	105/63	60	.63
Isolada ou 1 ^o de uma série	142/58	41	.34
Forma anterior de FP	23	22	.19
Total	270/126	47	

Esse grupo de fatores aponta maior frequência (60%) para o fator **forma anterior de PI** com peso relativo .63, o que favorece as ocorrências em cadeia ('imperfeito leva a imperfeito'). O resultado foi o esperado. Já o fator **forma anterior de FP** obteve peso relativo .19, inibindo o uso de PI e favorecendo o uso das outras formas, corroborando nossa expectativa.

Costa (op. cit.) obteve resultados equivalentes quanto à distribuição do uso de PI. Nos dados do Rio de Janeiro, para o fator **forma anterior de PI**, o emprego dessa forma foi de 74% e peso relativo .84, inibindo o uso de FP. Já o fator **forma anterior de FP** inibe o uso de PI (18%) com peso relativo .34, favorecendo o uso de FP.

Nossa conclusão parcial é que nossos resultados também atestam o princípio de que "marcas levam a marcas e zeros levam a zeros", o que confirma o esperado de que PI leva a

^ POPLACK, S. *The motion the plural in Puerto Rican: competing constraints on /s/ deletion*. In Labov, W. (ed.) *Locating iii time and soace*. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1980. P. 55-67.

PI e FP leva a FP.

3.2 Segunda variante: Uso de **FP** verbos simples, com *valor lemporal de fuliuro do pretérito*.

Convém lembrar que os dados foram arranjados de modo que temos uma variável binária; FP *versus* PI + *la* INF

Grupos de fatores selecionados: *paralelismo formal e referência temporal* A *modalidade* foi o candidato seguinte a ser escolhido e será também comentada dada a sua recorrência com as demais variantes.

3.2.1 Paralelismo formal

Uma rodada que tomou FP como valor de aplicação mostrou que o primeiro grupo de fatores selecionado foi o paralelismo formal, confirmando o poder condicionante desta variável independente. Vejam-se os resultados;

**Tabela 10: Paralelismo formal e uso de FP com verbos simples
(valor temporal = futuro do pretérito)**

Fator	Total/aplic.	%	PR
Forma anterior de FP	23/15	65	.90
Isolada ou 1 ^o de uma série	142/30	21	.67
Forma anterior de PI	105/03	03	.19
Total	270/48	18	

Tomando FP como valor de aplicação, mantém-se a equivalência aos resultados

obtidos para o grupo de fatores *paralelismo formal* e o uso de PI. Vimos, assim, confirmada nossa expectativa; o fator **forma anterior de FP** favorece em 65% o uso futuro do pretérito com peso relativo .90, portanto 'FP ieva a FP'. Já o fator **forma anterior de PI** inibe o uso de FP (.19), favorecendo o uso de outras formas, como era esperado.

Estes resultados também podem ser comparados aos de Costa (op. cit.) para a rodada em que ela tomou o FP como valor de aplicação. O fator **forma anterior de FP** favorece o uso de FP com 75% de uso dessa forma e peso relativo .84, inibindo o uso de PI. Já o fator **forma anterior de PI** favorece o uso da perífrase com peso relativo .67, o que, segundo a autora, possivelmente se deva ao paralelismo do auxiliar *ir* em vista da sua forma apresentar-se no passado com sentido de futuramente.

3.2.2 Referência temporal

Este grupo de fatores foi incluído em nossa análise para testar se a referência temporal tem influência no uso da forma FP com o *valor temporal de futuro*.

A referência temporal (discutida anteriormente) é estabelecida em relação ao momento da enunciação, podendo uma situação ser anterior (passada), posterior (futura) ou simultânea (presente) ao tempo de fala. Assim, o ponto central para localizar a referência temporal é a dêixis, ou seja, a referência ao próprio ato de fala (cf Lyons, 1977, p. 437). Para o autor, o falante projeta a situação no tempo, estabelecendo a ligação entre o tempo verbal secundário e a projeção dêitica em relação ao surgimento dos eventos. Em nosso estudo, consideramos que o informante pode estar falando de coisas inteiramente passadas, delimitadas temporalmente pelo momento de fala; ou pode estar falando de coisas passadas ou presentes perduráveis para além do momento da enunciação. Foram controlados então dois fatores: referência temporal passada e referência temporal não-passada. O contexto discursivo é muito importante para distinguir os tipos de referência temporal. Vejamos os exemplos:

(27) Ele, *tinha*, eu acho, uns 70 anos. Ele IA FAZER aniversário em dezembro. Ai todo o ano eu dava um presentinho pra ele. (FLP15,L 1165)

(28) Eu sempre *disse* pro meu marido que o dia que eu *morresse*, eu IA ACEITAR
(FLP 11 L 367)

Observe-se que em (27) a situação ocorreu no passado e sua delimitação terminal antecede o momento de fala. Já em (28) a situação aceitar a morte projeta-se para além do momento de fala.

Inserimos esse grupo de fatores com a seguinte expectativa: se o dado em análise for **passado** em relação ao momento de fala, as formas de PI estariam mais disponíveis, caso em que o Informante usaria mais o PI. Se a referência temporal do dado for **iião-passada** (presente ou futura) em relação ao momento de fala, o falante empregaria mais FP. Tal expectativa se confirma nos resultados abaixo:

**Tabela 11: Referência temporal e uso de FP com verbos simples
(valor temporal = futuro do pretérito)**

Fator	Total/aplic.	%	PR
Não-passado	96/37	39	.78
Passado	174/11	06	.33
Total	270/48	18	

O fator **não-passado** teve peso relativo .78, favorecendo o uso de FP, confirmando nossa hipótese inicial. Já o fator **passado** mostra-se inibidor de FP (.33), confirmando que o contexto preferencial para a forma de FP é a referência temporal não-passada.

Costa (1997) dá um tratamento diferenciado para a questão da referência temporal, destacando as noções semânticas subjacentes ao momento da enunciação. Apoiada em Silva-Corvalán, ela estabelece um grupo de fatores chamado **tempo e factualidade**, não separando construções irrealis de 'passado' das de 'não-passado'.(op. cit., p. 126) Costa optou por controlar três tempos básicos ao invés de abarcar, numa só categoria, o futuro e o presente. Assim sendo, a autora combinou noções de 'contrafactualidade' e 'não-factualidade', o que para ela caracteriza "o futuro de um tempo passado" e obteve como resultado que a referência temporal passado favorece o uso da perífrase *Ja* INF Já o fator

que ela denomina 'flituro não-factual', correspondendo parcialmente àquilo que estabelecemos como fator não-passado (para ela o presente é um fator à parte), favorece em 46% o uso da forma de FP com peso relativo .63 (idem, p. 138),

Diante desses dados, podemos considerar que a referência temporal não-passado favorece o uso de FP enquanto a referência passado inibe essa forma, favorecendo perífrase ePI.

3.2.3 Modalidade

A modalidade, conforme já afirmamos, é a categoria que codifica a atitude do falante acerca da informação proposicional, especialmente seu julgamento epistêmico (de verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência) e deôntico ou avaliativo (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação, propósito). A modalidade interage com diferentes domínios gramaticais. (Givón, 1995, p.. 117-23).

3.2.3.1 Modalidade epistêmica

A modalidade epistêmica diz respeito ao conhecimento ou crença do falante sobre aquilo que ele transmite em seu ato comunicativo. Esse tipo de modalidade remete ao próprio pensamento: concepções que vão da certeza até chegar a contestação sobre a realização dos fatos descritos. No que se refere à oposição entre eventos *realis* e *irrealis*, Givón (1995) propõe que se estabeleçam valores escalares que dêem conta dos graus de certeza acerca dos fatos descritos, especialmente no âmbito do *irrealis* que trata das verdades contidas nas proposições tidas como desejáveis ou necessárias (tanto possíveis como prováveis). A modalidade epistêmica caracteriza o eixo da crença como podemos ilustrar com o seguinte exemplo:

(29) Aí nós combinamos de sair [no carnaval]. Se desacertasse [...] não ENSAIARIA mais. (FLP 17,L253)

Para efeitos deste trabalho, não controlamos os diferentes graus de certeza, considerando-os todos como modalidade epistêmica.

3.2.3.2 Modalidade deôntica

A modalidade deôntica, que se refere ao eixo da conduta, diz respeito aos deveres e normas, constituindo-se nas noções de normas e obrigações. Essa modalidade é revelada pelas disposições subjetivas acerca do reconhecimento dos valores que o falante aceita em termos normativos. Esses conceitos subjetivos são repassados ao ouvinte por ocasião do discurso. Segundo Givón (1995), no que se refere a asserção *irrealis*, apresentam traços de incerteza epistêmica e por isso a modalidade deôntica é o caso marcado.(op. cit.,p.121) Exemplificando;

(30) Se eu *tivesse* pra comprar um apartamento eu *la* lá e COMPRAVA o apartamento. (FLP 21, L 551)

Nossa hipótese geral é que as formas PI e FP de verbos simples seriam mais utilizadas para codificar modalidade epistêmica em diferentes graus de certeza, enquanto a perífrase estaria mais disponível para a modalidade deôntica, dado o caráter de 'intenção' ou 'propósito', ou seja, atitudes hipotéticas, facilmente associado ao auxiliar *ir*.

A tabela abaixo mostra a influência da modalidade sobre o uso de *-ria* em verbos simples com *valor temporal de futuro*.

Tabela 12: Modalidade e uso de perífrase (Ia UNF)
{valor temporal de futuro do pretérito}

Fator	Total/aplic.	%	PR
Epistêmica	180/45	25	(.57)
Epistêmica	90/3	03	(.36)
Total	270/48	18	

Embora não tenha recebido significância estatística, consideramos interessantes os resultados para esta variável independente. Veja-se que 45 das 48 ocorrências de FP são de modalidade epistêmica, sendo praticamente nula em termos de frequência a presença de *-ria* com valor deôntico (apenas 3 ocorrências). Este resultado inviabiliza qualquer tentativa de relacionar modalidade mais marcada (deôntica) com a forma morfológica mais marcada *-ria* (pelo menos no que se refere a *valor temporal de futuro*)

3.3 Terceira variante: Uso de *Ia* + Infinitivo com o *valor temporal de futuro do pretérito*.

Neste caso, temos como variável dependente *la* INF versus PI + FP (de verbos simples). Os grupos de fatores significativos para o uso de perífrase com PI foram: *modalidade e ambiente sintático*.

3.3.1 Modalidade

Nossa hipótese anteriormente levantada a respeito da correlação entre modalidade deôntica e perífrase se confirma aqui. Veja-se a tabela:

Tabela 13: Modalidade e uso de perífrase (*Ia* INF)
{*valor temporal de futuro do pretérito*}

Fator	Total/apHc.	%	PR
Deôntica	90/53	59	.70
Epistêmica	180/43	24	.39
Total	270/96	36	

Para o uso de *Ia* INF o primeiro fator condicionante é a *modalidade*. A maioria das ocorrências (59%) de construção com modalidade deôntica estão correlacionadas ao uso de perífrase com *Ia* INF O peso relativo .70 indica que a **modalidade deôntica** favorece o uso dessa forma. Por outro lado, a **modalidade epistêmica** com peso relativo .39 inibe a morfologia da perífrase, constituindo-se no ambiente ideal para PI e FP de verbos simples.

(O resultado para a variante PI foi de .55 para modalidade epistêmica e .41 para deôntica - sem significância estatística)

De certa maneira, este resultado para modalidade epistêmica corrobora o que prevê a gramática normativa relativamente à correlação entre a morfologia verbal PI e maior certeza, e entre a morfologia verbal FP e menor certeza. Um controle rigoroso dos graus de certeza associados aos enunciados poderia oferecer resultados interessantes nesta direção.

3.3.2 Ambiente sintático

Esse grupo de fatores foi o segundo escolhido para o uso de *la* INF em oposição a PI e FP. Vejamos os resultados;

**Tabela 14: Ambiente sintático e uso de perífrase (*Ia* INF)
(valor temporal = futuro do pretérito)**

Fator	Total/aplic.	%	PR
Encaixada em DI	43/30	70	.80
Independente	40/19	47	.58
Condicionada + condicinante	5/2	40	.54
Condicionante implícita	44/17	39	.56
Condicionante + condicionada	138/28	20	.35
Total	270/96	36	

As orações **encaixadas em discurso indireto** mostraram-se fortemente

favorecedoras do uso de *la* INF com 70% de perífrases e peso relativo .80, inibindo o uso de formas simples do verbo. Os demais fatores ficaram numa posição intermediária, com exceção do fator **condicionante + condicionada**, cujo peso relativo .35 indica ser o ambiente desfavorecedor do emprego da perífrase. Como já vimos anteriormente, este último é o contexto preferencial para PI.

3.4 Resultado conjunto para as três variantes

Objetivando observar comparativamente os resultados para cada uma das três variantes (PI e FP de verbo simples, e perífrase), realizamos uma rodada estatística ternária, cujos resultados mais significativos em termos de variáveis independentes e de fatores relevantes dentro de cada grupo são apresentados a seguir. Num primeiro momento, discutimos os grupos de fatores lingüísticos e num segundo momento os sociais.

3.4.1 Grupos de fatores lingüísticos

São apresentados resultados de rodada ternária para: ambiente sintático, paralelismo formal, referência temporal e modalidade - variáveis independentes mais significativas.

Para o grupo de fatores *ambiente sintático* temos os seguintes pesos relativos:

**Tabela 15: Ambiente sintático e uso de PI, FP e perífrase (*la* INF)
(valor temporal = futuro do pretérito)**

Fator	PI	FP	/a INF
Encaixada em DI	.26	.18	.56
Condicionada + condicinante	.13	.66	.21
Condicionante + condicionada	.53	.30	.17

Tais números permitem caracterizar os ambientes morfossintáticos preferenciais para a realização de cada uma das variantes com *valor temporal de futuro*.

- . condicionante + condicionada → PI
- . condicionada + condicionante → FP
- . encaixada em DI → Ia INF

Desta maneira, no que se refere a contexto morfossintático, pode-se dizer que as formas se especializam em seus usos.

Para a variável independente *paralelismo formal*, obtivemos o seguinte resultado:

Tabela 16: Paralelismo formal e uso de PI, FP e perífrase (Ia INF)
(valor temporal = futuro do pretérito)

Fator	PI	FP	Ia INF
Forma anterior de PI	.50	.07	.43
Forma anterior de FP	.11	.75	.14

Fica fortemente evidenciada na tabela a força do paralelismo formal; a morfologia *-ria* condiciona o aparecimento subsequente da mesma forma (.75), enquanto a morfologia *-va !-ia* propicia a codificação PI das formas seguintes, seja em verbo simples (.50), seja em perífrase (.43). Neste caso, explica-se pelo paralelismo formal (e não semântico) o fato de forma anterior em PI propiciar o aparecimento da perífrase nas menções posteriores.

A variável *referência temporal* comporta-se da seguinte maneira:

Tabela 17: Referência temporal e uso de PI, FP e perífrase (Ia INF)
(valor temporal = futuro do pretérito)

Fator	PI	FP	/a INF
Não-passado	.30	.43	.27
Passado	.36	.25	.39

Apesar deste grupo de fatores ter se mostrado estatisticamente significativo apenas para a variante FP (conforme apresentado em 3.3.2), os resultados para PI e Ia INF são também interessantes. **Não-passado**, ou seja a referência temporal não delimitada pelo

momento da enunciação projetando-se para além do tempo de fala, propicia a presença de *-ria* (.43), ao passo que a referência temporal **passada**, delimitada pelo momento da enunciação, está mais correlacionada à morfologia *-val-ia*, envolvendo tanto verbos simples (.36) como perífrases (.39). Neste caso, a forma do auxiliar da perífrase sobrepõe-se ao componente de modalidade de sua significação, de tal sorte que é a referência temporal passada que se evidencia, e não a futura.

Os resultados para *modalidade* são os seguintes:

Tabela 18: Modalidade e uso de PI, FP e perífrase (*Ia* INF)
{valor temporal de futuro do pretérito}

Fator	PI	FP	<i>Ia</i> INF
Deôntica	.31	.18	.51
Epistêmica	.30	.51	.19

Observe-se que a **modalidade deôntica** inibe a morfologia *-ria* (.18) na mesma medida em que a **modalidade epistêmica** desfavorece a perífrase (.19). Por outro lado, deôntica correlaciona-se fortemente a *Ia* INF (.51) e em seguida a PI (.31), na mesma medida em que epistêmica correlaciona-se a FP (.51) e a PI (.30). Enunciados que carregam graus de certeza (modalidade epistêmica) trazem formas verbais simples, possivelmente associando menor certeza a FP e maior certeza a PI (isso precisa ser testado). Já enunciados que apresentam também um componente avaliativo (modalidade deôntica) propiciam o uso da perífrase, neste caso superpondo-se à morfologia verbal o componente de modalidade presente no auxiliar *Ia*. Esta análise pode sustentar-se no fato de que a modalidade foi o grupo de fatores estatisticamente significativo apenas para o uso da variante perífrase.

Foram ainda controlados outros grupos de fatores lingüísticos (conforme apresentado na metodologia), que não se mostraram estatisticamente significativos. Mostramos, a título de ilustração, os resultados pertinentes à variável independente *gênero discursivo*.

Fator	PI	FP	/fINF
Narração	.42	.22	.36
Argumentação	.25	.46	.29

O que mais se destaca na tabela acima é o comportamento da morfologia *-ria*: privilegiada em discurso argumentativo (.46) e inibida em narração (.22) para o *valor temporal de futuro*. O relato traz à cena elementos mais factuais, de um plano mais concreto, envolvendo alta referencialidade, ao passo que a argumentação situa-se num plano mais abstrato, tratando de conceitos, idéias, opiniões. Daí o PI aparecer preferencialmente no discurso narrativo e o FP no argumentativo. Já o comportamento intermediário da perífrase pode ser justificado por seu caráter híbrido: de um lado, a morfologia verbal a aproxima de PI; de outro lado, o traço semântico de intencionalidade e propósito, ou seja, flitiridade, a aproxima de FP.

3.4.2 Grupos de fatores sociais

Nenhum dos grupos de fatores sociais controlados revelou-se significativo para o uso das variantes que codificam *valor temporal de futuro*. Não obstante, trazemos os resultados da rodada temática para contrastar a correlação entre idade e escolaridade e o emprego de PI, FP e *Ia* INF.

**Tabela 20: Idade e escolaridade e uso de PI, FP e perífrase (*Ia* INF)
(valor temporal = futuro do pretérito)**

Fator	PI	FP	/fINF
Idade: 25 a 49 anos	.31	.27	.42
+ de 50 anos	.34	.40	.26

Escolaridade: primário	.41	.30	.29
Ginásial	.33	.20	.47
Colegial	.24	.53	.23

Merecem destaque os seguintes resultados; enquanto os mais velhos tendem a se utilizar mais da morfologia *-ria* (.40), os mais jovens preferem a perífrase (.42) para codificar o *valor temporal de futuro*. Em contrapartida, não existe diferença entre as faixas etárias quanto ao emprego de PI.

No que se refere à escolaridade, há uma distribuição escalar: os informantes que têm o primário inclinam-se mais ao emprego de PI (.41), os de escolaridade intermediária preferem a perífrase (.47) e os que cursaram o colegial são os que usam mais o FP (.53).

Portanto, a forma *-ria* é preferencialmente utilizada pelas pessoas mais velhas e com maior grau de escolarização, conforme nossa expectativa em relação a esses fatores.

A variável sexo não mostrou diferenças relevantes.

3.5 Conclusões parciais

Ao voltarmos às questões que emergiram no decorrer deste trabalho, podemos sistematizar nossos resultados para a variável I (valor de futuro) da seguinte forma:

- (i) O uso de qualquer uma das variantes em estudo para codificar o *valor temporal de futuro* é sensível a fatores lingüísticos. Destacamos o forte condicionamento revelado pelo *paralelismo formal* que atua na escolha tanto de PI como de FP, comprovando a hipótese de que “marcas levam a marcas”.
- (ii) Enfatizamos ainda a influência do contexto condicional, em especial os fatores **condicionante + condicionada** (favorecendo PI) e **condicionada + condicionante** (favorecendo FP). Ainda em se tratando de *ambiente sintático*, podemos apontar que as **orações encaixadas em discurso indireto** favorecem o emprego de perífrase.

- (iii) No que tange à *modalidade*, gnipo estatisticamente significativo apenas para o uso de perífrase, constatou-se que há uma forte correlação entre a modalidade deôntica e *Ia* INF (e, com menor força, entre modalidade epistêmica e FP ou PI de formas simples do verbo).
- (iv) Quanto à referência temporal, há uma correlação forte entre FP e referência não-passada.
- (v) Os fatores sociais (sexo, idade e escolaridade) não se mostraram estatisticamente significativos para nenhuma das variantes em estudo no que se refere ao *valor temporal de futuro*. Entretanto, pode-se correlacionar o uso de *-ria* aos informantes mais velhos e mais escolarizados.
- (vi) Em termos de frequência de uso, destacamos a alta taxa de emprego de pretérito imperfeito em verbos simples (47%) para referir situações com *valor temporal de futuro*, em que a forma verbal padrão seria futuro do pretérito, em oposição à baixa frequência de emprego de FP (18%) neste contexto; e uma distribuição intermediária para *Ia* INF (35%). Temos então a seguinte escala de frequência para as formas que codificam valor de futuro; PI > /a INF > FP.

4. Variável II: *valor temporal de pretérito imperfeito*

A tabela abaixo mostra a distribuição dos dados em suas formas variantes (verbos simples em FP, verbos simples em PI, perífrases com *Ia* + INF, perífrase com *Iria* + INF)

Tabela 21: Distribuição dos dados com *valor temporal de pretérito imperfeito*

Formas	N.º	%
V simples em PI	32	44
V simples em FP	8	11

Ia + INF		
Iria + INF	2	3
Total	73	

O número total de ocorrências analisadas como variantes da variável dependente *valor temporal de passado* (73) cai relativamente ao total de dados levantados com *valor temporal de futuro* (270). Isso porque são considerados apenas as ocorrências que permitem o intercâmbio das três variantes em jogo; PI, FP e *Ia* INF, sem que se altere a relação temporal entre o dado em questão e seu ponto de referência. Muitos enunciados factuais e outros que não permitiam a substituição das variantes foram desconsiderados, restringindo bastante os contextos a serem analisados.

Observe-se que o número de dados com morfologia *-va/ -ia* é relativamente alto (32 para PI e 31 para perífrase). No primeiro caso, é o resultado esperado para *valor temporal de passado*. No segundo caso, a quantidade de dados extrapola nossa expectativa, tendo em vista o valor temporal que está em jogo.

A variável dependente compõe-se das variantes: PI de verbo simples ~ FP de verbo simples ~ *Ia* + ENF. De acordo com a seção anterior, vamos começar analisando o emprego da variante PI de verbos simples em oposição às demais formas; a seguir apresentamos os resultados para emprego de FP e por fim de perífrase. Na seqüência discutimos resultados para rodada temária.

4.1. Primeira variante: Uso do PI com verbos simples com *valor temporal de pretérito imperfeito*.

O único grupo de fatores selecionado como condicionante do uso de PI com *valor temporal de passado* foi a *modalidade*, cujos resultados são apresentados e discutidos na subseção seguinte.

4.1.1 Modalidade

Os resultados para este grupo de fatores são mostrados na tabela abaixo:

Fator	Total/aplic.	%	PR
Epistêmica	34/20	59	.64
Deôntica	37/12	32	.37
Total	71/32	45	

O contexto de modalidade epistêmica condiciona o uso de verbos simples em PI (.64), em oposição às demais formas. Já o contexto de modalidade deôntica inibe o PI (.37). Este resultado é esperado na medida em que se associam os aspectos *valor temporal de passado* e graus de certeza. O contexto avaliativo mostra-se marcado em termos de frequência para o valor de passado, caracterizando-se como o ambiente que propicia FP e perífrase.

4.2 Segunda variante: Uso do **FP** com verbos simples com *valor temporal de pretérito imperfeito*.

Para esta variante, nenhum dos grupos de fatores controlados mostrou significância estatística, provavelmente devido ao número reduzido de ocorrências de FP com este valor temporal (apenas oito dados). Considerando-se, porém, que a variável independente *modalidade* foi selecionada para as variantes PI e *Ia* INF (esta discutida em seguida), optamos por apresentar os resultados percentuais para modalidade e emprego de FP.

4.2.1 Modalidade

A tabela abaixo mostra o resultado em percentuais para este grupo de fatores.

**Tabela 23: Modalidade e uso de FP com verbos simples
(valor temporal = pretérito imperfeito)**

Fator	Total/aplic.	%
Epistêmica	34/6	18
Deôntica	37/2	5
Total	71/8	11

Embora o número de formas verbais com morfologia *-ria* seja escasso para valor de passado (11%), pode-se verificar que os dados desse tipo concentram-se na modalidade epistêmica, corroborando resultados anteriores que associam PI e FP de verbos simples a esta modalidade. Neste caso, o valor temporal parece ser irrelevante. Veja-se o resultado para a perífrase a seguir.

4.3 Terceira variante: Uso de *Ja INF* com *valor temporal de pretérito imperfeito*.

Novamente o único grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico foi a *modalidade*. Os resultados encontram-se na tabela abaixo.

4.3.1 Modalidade

O resultado para a modalidade com o emprego de *Ia INF* é mostrado na tabela abaixo:

Tabela 24: modalidade e o uso de *Ia INF*
(valor temporal = pretérito imperfeito)

Fator	Total/aplic.	%	PR
Deôntica	25/23	92	.68
Epistêmica	14/08	57	.20
Total	39/31	79	

Os resultados confirmam nossa hipótese: o contexto de modalidade deôntica propicia o emprego da perífrase (em 31 perífrases, 23 são deônticas), independentemente do valor temporal que lhe é associado (cf também tabelas 13 e 18). A modalidade epistêmica inibe o aparecimento de *Ia INF*, seja com valor temporal de futuro, seja com valor de

passado (cf. Idem).

4.4 Resultado conjunto para as três variantes

4.4.1 Grupos de fatores lingüísticos

Vamos apresentar os resultados obtidos para *modalidade, referência temporal e gênero discursivo*, os quais se mostram mais polarizados.

Tabela 25: Modalidade e uso de PI, FP e perífrase (Ia INF)
(valor temporal de pretérito imperfeito)

Fator	PI	FP	Ia INF
Deôntica	.27	.13	.60
Epistêmica	.28	.59	.13

Na tabela acima, percebe-se nitidamente a polarização: deôntico condiciona perífrase (.60) e inibe FP (.13), ao passo que epistêmico favorece FP (.59) e inibe perífrase (.13), para valor de passado. Vejamos agora o resultado para referência temporal.

Tabela 26: Referência temporal e uso de PI, FP e perífrase (Ia INF)
(valor temporal de pretérito imperfeito)

Fator	PI	FP	Ia INF
Não-passado	.12	.69	.19
Passado	.55	.10	.35

Independentemente do valor temporal (depreendido em relação ao ponto de referência), percebe-se a correlação estreita entre referência temporal (depreendida em relação ao momento de fala) passada e morfologia *-va/-ia* e entre referência temporal não passada e morfologia *-ria* (cf também tabelas 11 e 16). A seguir apresentamos os valores numéricos para gênero discursivo.

Fator	PI	FP	/a INF
Narração	.34	.48	.18
Argumentação	.27	.20	.53

O comportamento das variantes em relação ao gênero discursivo se altera em função do valor temporal da variável em questão. Para *valor temporal de futuro* (cf. tabela 19), a perífrase mostra-se neutra; para *valor temporal de passado* (tabela acima), a perífrase está associada ao gênero argumentativo e é inibida no narrativo. Em qualquer um dos casos, não há correlação significativa entre narração e *Ia* INF, como também não há correlação entre argumentação e PI.

4.4.2 Grupos de fatores sociais

A tabela abaixo reúne os resultados para as variáveis sexo e escolaridade (nesta última, o grau colegial recobre também o ginásial).

**Tabela 28: Idade e escolaridade e uso de PI, FP e perífrase (*Ia* INF)
{*valor temporal de pretérito imperfeito*}**

Fator	PI	FP	Ia INF
Idade; 25 a 49 anos	.34	.25	.41
+ de 50 anos	.32	.42	.26
Escolaridade; primário	.29	.31	.40
Colegial	.38	.35	.27

Os mais velhos continuam privilegiando a forma - *ria* (a exemplo do que acontece para valor de futuro), enquanto os mais jovens fazem maior uso de perífrase e de PI para codificar situações com *valor temporal de passado* (cf tabela 20). Já a escolaridade não

apresenta diferenças relevantes, havendo uma certa homogeneidade nos resultados.

4.5 Conclusões parciais

Retomando os principais resultados para a variável II (*valor temporal de pretérito imperfeito*), enfatizamos o seguinte:

- (i) O emprego das variantes analisadas (PI, FP e *Ia* INF) na codificação do *valor temporal de pretérito imperfeito* é condicionada essencialmente pela modalidade, de sorte que temos a correlação; epistêmica → PI ou FP, possivelmente associada a graus de certeza, e deôntica → *perífi-ase*, associada aos traços semânticos de intencionalidade e futuramente.
- (ii) Destacamos ainda (embora sem significância estatística) a *referência temporal*, com relação ao momento de fala, com o fator passado favorecendo o uso das formas simples de PI e inibindo o uso das formas de FP; e o fator não-passado favorecendo o uso das formas de FP, como era esperado.
- (iii) A variável II se mostrou pouco sensível aos fatores sociais, podendo-se, entretanto, estabelecer uma relação entre faixa etária mais alta e emprego de *-ria*.
- (iv) Em termos de frequência, destacamos a baixa ocorrência de dados alternantes para o valor de passado (73), em oposição ao número de ocorrências para valor de futuro (270).

5. Variável III: *com valor temporal de presente*.

A tabela abaixo mostra a distribuição dos dados em suas duas formas alternantes (verbos simples em PI e verbos simples em FP) às quais é atribuído o *valor temporal de presente*.

Tabela 29: Distribuição dos dados com valor de presente

Formas	N.º	%
V simples em PI	32	65
V simples em FP	14	29
<i>Ia</i> + Dvif	3	6
Total	49	

Observação; As formas *Ia/iria* INF não foram usadas como valor de aplicação na rodada estatística para a variável III (valor temporal de presente) uma vez que tivemos apenas 3 ocorrências com a forma *la* INF e nenhuma ocorrência com *Iria* + INF

5.1 Primeira variante: Uso do PI de verbos simples com o *valor temporal de presente*

Para esta variante nenhum dos fatores lingüísticos considerados revelou-se significativo do ponto de vista estatístico. Foram selecionados apenas os fatores sociais *escolaridade* e *idade*.

5.1.1 Escolaridade

Reiteramos nossa hipótese para esse grupo de fatores: os mais escolarizados fariam menor uso de PI do que os menos escolarizados. Isso por conta do estatuto padrão adotado no ensino regular. Os resultados, entretanto, desta vez não confirmaram nossa expectativa, conforme se verifica na tabela abaixo.

Tabela 30: escolaridade e o uso de PI
(valor temporal de presente)

Fator	Total/aplic.	%	PR
Ginásio	13/09	69	.65
Colegial	26/20	77	.61
Primário	10/03	30	.13
Total	49/32	65	

O que se constata (com a devida ressalva ao número reduzido de dados analisados) é que os indivíduos com escolaridade mais alta (ginasial e colegial) privilegiam o uso de PI, ao passo que os menos escolarizados fazem pouco uso dessa morfologia verbal para referir valor temporal de presente.

5.1.2 Idade

Nossa hipótese para esse grupo de fatores é que os mais jovens façam mais uso do Imperfeito do que os mais velhos, a exemplo do que já se verificou para os demais valores temporais. Confira-se a tabela abaixo.

Tabela 31; idade e o uso de PI

Fator	Total/aplic.	%	PR
25 a 49 anos	27/20	74	.66
+ de 50 anos	22/12	55	.31
Total	49/32	65	

Os resultados indicados acima confirmam nossa expectativa e corroboram valores anteriormente apontados: os mais jovens usam mais PI, independentemente do valor

temporal que lhe é associado (cf. tabelas 20 e 28), embora a significância estatística tenha se revelado apenas para o valor de *presente*.

5.2 Segunda variante; Uso do FP de verbos simples com *valor temporal de presente*

Numa rodada que teve FP como valor de aplicação, não foi selecionado nenhum grupo de fatores lingüístico. Foi selecionado apenas o grupo de fatores sociais *sexo*.

5.2.1 Sexo

Nossa hipótese para esse grupo de fatores diz respeito à possível interferência dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos na sociedade, criando-se a expectativa de que as mulheres estariam usando a forma considerada de maior prestígio, ou seja, fariam mais uso das formas simples de FP, enquanto que os homens fariam mais uso do PI. Vejam-se os resultados na tabela seguinte.

**Tabela 32: sexo e uso de FP com verbos simples
(valor temporal de presente)**

Fator	Total/aplic.	%	PR
Masculino	26/11	42	.68
Feminino	23/03	13	.30
Total	49/14	29	

Nossa expectativa para este grupo de fatores não foi confirmada uma vez que o **sexo masculino** inibe o uso de PI, com os homens empregando mais as formas de FP, com peso relativo .68, enquanto os informantes do **sexo feminino** fazem mais uso das formas de PI (.70) e apresentam menor percentagem de uso de FP, com peso relativo .30.

5.3 Conclusões parciais

Podemos sistematizar os resultados que obtivemos para o valor temporal de presente nos seguintes termos:

- (i) O uso das variantes em estudo (PI e FP) não se fez sensível aos fatores lingüísticos.
- (ii) A variante PI selecionou os grupos de fatores *escolaridade e idade*, com o seguinte comportamento: indivíduos mais escolarizados e mais jovens usam mais PI; indivíduos menos escolarizados não se utilizam de PI e os mais velhos se utilizam mais de FP. Os resultados para escolaridade contrariam nossa expectativa e os resultados para idade a corroboram
- (iii) A variante FP selecionou apenas o grupo de fatores *sexo*, mostrando uma correlação forte entre falantes do sexo masculino e maior uso de FP e falantes do sexo feminino e menor emprego de FP. Os resultados para a variável sexo contrariam nossa expectativa inicial.
- (iv) A distribuição quanto ao uso das formas para o valor temporal de presente revelou que o PI apresentou o maior percentual de uso (70%) contra a baixa freqüência de uso do FP (30%), insinuando que podem existir razões de ordem cultural e pragmática (polidez) condicionando essas escolhas.

6. As locuções verbais: auxiliar (modal) INF

Tratamos em seção à parte as locuções verbais constituídas por auxiliares diferentes de *ir*, especialmente por modais, tendo em vista o caráter particular desse tipo de construção, cujos auxiliares já carregam em si próprios a noção de vontade, desejo, intenção, obrigação, etc. As locuções verbais são muito recorrentes nos dados, conforme se registrou no início deste capítulo, seção 1.1 *Formas verbais*. Verificou-se então que entre verbos simples, perífrases e locuções, o percentual maior de dados codificados foi de locução verbal, na faixa de 50% dos dados analisados (cf tabela 2). Constatou-se ainda que a maioria dessas formas aparece na forma de PI (cf tabela 4). Resta-nos averiguar que

fatores lingüísticos e/ou sociais são favoráveis à realização da morfologia de PI e FP nas locuções verbais.

A variação pode ser percebida nos dados a seguir, nos quais temos o uso de locução verbal constituída por auxiliar nas formas tanto de pretérito imperfeito como de futuro do pretérito, cuja alternância (PI ~FP) não alterou o valor temporal da situação. Vejam-se os exemplos abaixo:

(31) E - Se um dia, né? não quero que isso aconteça, né? mas se um dia acontecesse uma coisa assim na tua casa ou na tua família, né? sobrinho, afilhado, uma coisa assim, como seria a tua reação, ou tu achas que seria a da tua família?

F - Como uma coisa assim? Se acontecesse uma coisa assim...

E - Contraísse AIDS. Achas que como seria a relação da família com essa pessoa? Como deveria ser?

F - Eu acho que não é o você conversar e dar o afeto que venha lhe prejudicar. Eu acho que não. Você tem que fazer é o seguinte: não o problema - “ Ah, ele está tuberculoso”, como existia tuberculose na época, que *era* uma doença contagiosa, mas - você não DEIXAVA DE VISITAR o seu pai, o seu primo, o seu tio, ou por lá um amigo seu, não DEIXARIA DE IR VISITAR um ente querido porque ele estava com doença contagiosa, não, negativo. Você tem que ir dar o ap - o apoio. (FLP 2, L590)

No trecho acima, o informante alterna as duas formas do mesmo item lexical {*deixava/deixaria*) contidos em cada locução, sem alterar o *valor temporal de pretérito imperfeito* atribuído pelo ponto de referência *era*, cotemporal a cada expressão da situação de visita.

(32) Eu *acho* que eles DEVIAM DE TIRAR aquelas pontes, fazer três ou quatro pontes, que ali FICAVA mais coisa, né? E DEIXAVA uma passagem pros navios passarem. MANDAVA ALARGAR essas duas baías aqui. [...] Eles DEVERIAM DE ALARGAR porque [Se os administradores de Florianópolis fizessem assim]

tinha emprego pro pessoal, tinha emprego na estiva (FLP 6, L 680)

Em (32) as situações em destaque são apresentadas pelo mesmo item lexical auxiliar (*deviam/deveriam*) que, alternados, mantêm o valor temporal de presente devido à simultaneidade das situações com o ponto de referência **acho**, ancorado no momento de fala.

Isto posto, passemos aos resultados. Apresentamos inicialmente a distribuição geral das formas por seus *valores temporais*. Na seqüência, os grupos de fatores selecionados como significativos para o emprego do auxiliar no PI: *gênero discursivo, paralelismo, modalidade e tipo de auxiliar*. Nenhum dos fatores sociais controlados mostrou-se estatisticamente significativo.

6.1 Valor temporal

Nas rodadas estatísticas efetuadas com as locuções, a variável independente *valor temporal* não se mostrou significativa para a escolha da morfologia verbal. Por esta razão e tendo-se em vista o número reduzido de dados para um tratamento quantitativo mais refinado, as locuções foram computadas em seu conjunto. Apenas a título de ilustração, veja-se a distribuição de fi-equências e percentuais para os valores de *passado, futuro e presente*:

Tabela 33: Distribuição dos valores temporais e uso de PI nas locuções

Fator	Total/aplic.	%
Pretérito imperfeito	159/140	88
Futuro	109/91	83
Presente	44/29	66
Total	312/260	83

Observe-se que o auxiliar aparece fortemente marcado pela morfologia de PI (83%)
- conforme já constatado na tabela 5. Naquele momento se verificava que as locuções

apresentam-se mais em PI do que as constmções sem auxiliar (73%).

Repare-se ainda, na tabela acima, que a forma *-ria* aparece mais quando a locução traz valor temporal de presente (34%) do que de pretérito ou fiituro (em tomo de 15%) - comportamento este já verificado na tabela 6 para a totalidade dos dados, incluindo perífrases e verbos simples (30% para valor de *presente-*, 15% para valor de *pretérito e futuro*).

6.2 Gênero discursivo

Este grupo de fatores foi o primeiro selecionado na rodada em que PI foi tomado como valor de aplicação para o uso dos auxiliares.

Em relação ao gênero discursivo, admite-se, de acordo com Givón (1995), que na percepção e na memória humana estão disponíveis as bases de que o falante dispõe para seu desempenho comunicativo. O autor observa que eventos ocorridos em tempo real estão mais disponíveis na mente de uma pessoa do que eventos hipotéticos ou irreais (op. cit., p.56). Por outro lado, eventos que afetam mais a vida das pessoas no dia-a-dia refletem sua relevância sócio-cultural em relação a acontecimentos futuros ou imaginários. (Grívón 1993, p. 180). Isso nos leva à hipótese de que o PI codificaria eventos mais memorizáveis, enquanto o FP daria à argumentação um caráter mais hipotético. Pensando-se em graus de formalidade, pode-se pressupor que a narrativa seria caracterizada por maior informalidade, ao passo que a argumentação teria um caráter mais formal. Exemplificando;

(33) Cedo a gente já TINHA QUE ESTAR em casa. Quando ele chegava, se ele não via a gente em casa, já perguntava pra minha mãe onde é que a gente estava. (FLP 15,L 663)

(34) Então, no caso, um sedex ou um telegrama, o carteiro não sobe, não tem porteiro, volta pro correio, vai ser extraviado o aviso, vai no outro dia, então dà=um

atraso danado. Então [sendo assim] o carteiro TERIA QUE CHAMAR no interfone.
(FLP13,L173)

Nos exemplos acima temos dois dados típicos de **narração** e **argumentação**. Neles as formas verbais do auxiliar estão associadas, respectivamente, aos gêneros mencionados.

Os resultados para esse grupo de fatores são apresentados a seguir;

Tabela 34: Gênero discursivo e uso de PI nas locuções verbais

Fator	Total/aplic.	%	PR
Narração	188/174	93	.61
Argumentação	124/86	69	.34
Total	312/260	83	

Os resultados corroboram nossa expectativa; o discurso narrativo privilegia o aparecimento de PI no auxiliar em 93% das ocorrências narrativas (.61), em contraposição ao discurso argumentativo que inibe o uso de PI (.34), ou seja, favorece a morfologia *-ria* (.66).

Veja-se que este grupo de fatores não se mostrou relevante do ponto de vista estatístico para os verbos simples e perífrases, apesar da correlação verificada entre esses fatores e as variantes controladas nas tabelas 19 e 27. Somente com as locuções, o gênero discursivo mostra seu poder condicionador.

6.3 Paralelismo formal

Este foi o segundo grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico como relevante para a aplicação da regra que, em nosso caso, corresponde ao uso de PI,

O princípio do paralelismo formal, já discutido anteriormente neste capítulo, é considerado por muitos variacionistas como altamente significativo quando se trata das ocorrências em cadeia nos contextos discursivos. No caso do fenômeno que investigamos, nossa hipótese é que os auxiliares modais estabeleceriam o paralelismo das formas verbais na mesma cadeia discursiva, de modo que 'PI levaria a PI e FP levaria a FP', tanto no discurso do próprio informante como na relação entre a fala deste e a do interlocutor. Este último caso, considerado efeito «gatilho», está contemplado juntamente com os fatores **forma anterior de PI** e **forma anterior de FP**. Nossa expectativa para esse grupo de fatores é que a *forma anterior de PI* favoreça o uso das formas de auxiliares modais no PI, através das cadeias discursivas do próprio falante ou na fala do interlocutor, como ilustram os exemplos abaixo:

(35) Eu sei que eu quase *morri* de medo, né? Porque PODIA SER pior, né? estar-ele PODIA ESTAR com uma faca, ou PODIA ALI ME DAR um empurrão, ou PODIA ME MACHUCAR, NÉ? outro dia PODIA FAZER PIOR. Então eu peguei, como ele não chegou a roubar, eu também deixei. (FLP 15, L 781)

(36) E - E será que se poderia dizer que tua família é uma família tradicional do Saco dos Limões?

F - PODIA. PODIA DIZER porque meu pai *foi* o fundador não só do Saco dos Limões, mas do Caieira. (FLP 12, L1319)

A tabela abaixo mostra o resultado para o grupo de fatores paralelismo formal

Tabela 35: Paralelismo formal e uso de PI nas locuções verbais

Fator	Total/aplic.	%	PR
Forma anterior de PI	109/100	92	.67
Isolada ou 1 [^] de uma série	183/150	82	.43
Forma anterior de FP	20/10	50	.23
Total	312/260	83	

O resultado para esse grupo de fatores aponta que o fator **forma anterior de PI** condiciona o emprego da morfologia de pretérito imperfeito no auxiliar, com peso relativo .67, favorecendo as ocorrências em cadeia (nesse caso, o uso do PI leva a PI). Quanto ao **fator forma anterior de FP**, o resultado também evidencia a força do paralelismo, no sentido de que FP inibe o aparecimento de PI na seqüência discursiva (.23), privilegiando o emprego de FP (caso em que FP leva a FP). Os resultados associados a esses dois fatores estão dentro de nossa expectativa.

6.4 Modalidade

A modalidade foi a terceira variável independente mais significativa para o uso de PI com os auxiliares de locuções verbais.

Segundo Givón (1995), a modalidade associada aos verbos na função de auxiliares modais, os quais o autor denomina de «operadores indutores do *irrealis*», tende a começar como avaliativa ou deôntica (habilidade, intenção, propósito obrigação, necessidade, permissão, preferência), podendo desenvolver-se também um sentido epistêmico de baixa certeza. Através da modalidade (deôntica e/ou epistêmica) é revelada a intenção do falante diante da situação por ele descrita. O autor trata o submodo *irrealis* como um continuum em relação aos graus de certeza atribuídos à realização de um evento (op. cit. p. 164). Ele propõe que se estabeleça uma escala que vai do menor grau de certeza, ou seja, do sentido de quase impossibilidade de realização de um fato que pode ser concebido ou como quase impossível, ou como menos/mais provável, ou como menos/mais possível, até atingir a maior grau de certeza na realização de um evento. Ainda conforme Givón, a modalidade deôntica recebe influência do denominador epistêmico (incerteza epistêmica) e por isso se toma o caso marcado. Reafirmamos o que já mencionamos neste capítulo: o *irrealis* é a modalidade marcada em relação ao *realis*; o submodo *irrealis* deôntico/avaliativo é marcado em relação ao epistêmico (op. cit., p. 120-22).

É interessante retomarmos aqui os resultados obtidos para modalidade e o uso das variantes FP, PI e *la* INF, antes de lançarmos nossa hipótese a respeito do comportamento

das locuções. Resumidamente, pode-se dizer que existe uma forte correlação entre:

Modalidade deôntica \wedge *Ir*-FNF (independente do valor temporal)

Modalidade epistêmica \leftrightarrow FP e PI (mais acentuada com FP, conforme mostram as rodadas temáticas, e com alguma interferência do valor temporal; com valor de futuro a correlação é entre epistêmico e FP; com valor de pretérito, é entre epistêmico e PI).

A expectativa que se cria, por um lado, é que se as perífrases ocorrem mais com modalidade deôntica por causa do componente de intencionalidade ou futuridade presente no auxiliar *Ir*, as locuções com outros auxiliares, notadamente os modais, também apareceriam mais em contextos de modalidade deôntica do que epistêmica. Por outro lado, se o comportamento morfológico de verbos simples se transpõe para as locuções, pode-se esperar uma associação maior entre FP e modalidade epistêmica. Se, ao contrário, pensarmos na possibilidade de haver uma correlação entre modalidade mais marcada e morfologia mais marcada, o esperado seria uma associação maior entre FP e modalidade deôntica. Esta, na verdade, é a hipótese mais interessante. Entretanto, como o critério da marcação não se efetivou no caso dos verbos simples (cf resultados da tabela 12), pode ser que não seja relevante também com as locuções.

Os exemplos (37) e (38) abaixo ilustram as modalidades deôntica e epistêmica, respectivamente:

(37) Olhe, isso aí é uma coisa que a gente, para julgar, TINHA QUE ESTAR... a gente tinha que estar sabendo, né? Participando, que se... Mas alguém DEVERIA PENSAR bem nisso aí... DEVERIA. Que existe coisa que não tem perdão. (FLP 14, L 347).

(38) Nós não nos preparamos para a morte, e DEVERÍAMOS, né? (FLP 11, L388)

O resultado para esse grupo de fatores é mostrado a seguir:

Tabela 36: Modalidade e uso de PI nas locuções verbais

Fator	Total/aplic.	%	PR
-------	--------------	---	----

Deôntica	178/162	91	.59
Epistêmica	134/98	73	.39
Total	312/260	83	

O primeiro aspecto interessante a se observar é que a maioria das ocorrências de locução concentra-se na modalidade deôntica (178 em 312), comprovando nossa hipótese primeira. Em relação ao comportamento de cada fator, verifica-se que a modalidade deôntica é o fator que favorece o uso de PI (91%) com peso relativo .59, inibindo as formas de auxiliar modal no FP. Já a modalidade epistêmica desfavorece o uso das formas de PI com peso relativo .39, favorecendo o uso de FP. Assim, confirma-se o fato de que o uso da forma PI é mais recorrente na modalidade deôntica e que a modalidade epistêmica favorece o uso de FP, considerando-se que as formas em *-ria* carregam em si um sentido hipotético, duvidoso, aproximando-se mais do eixo da crença, em seu grau mais baixo de certeza epistêmica.

Nossos resultados não coincidem com os de Costa (1997). Nos dados por ela analisados, o FP expressa os usos mais próximos do valor original do verbo, ou seja, seu valor deôntico (op. cit. p. 179). A autora subdividiu os modais nos seguintes valores: capacidade, necessidade, obrigação, permissão, possibilidade, probabilidade, conveniência e eventualidade, associando tais valores aos itens lexicais *poder*, *dever* e *ter que*. Em seus resultados a marcação foi altamente significativa.

Também consideramos os itens lexicais do auxiliar como uma variável independente, conforme apresentado na seção seguinte.

6.5 Tipo de auxiliar

O último grupo de fatores relevante para as locuções foi o tipo de auxiliar. Foram controlados os seguintes tipos; *ter que*, *poder*, *dever* e outros. Vejam-se os resultados na tabela a seguir.

Tabela 37: Tipo de auxiliar e uso de PI nas locuções verbais

Fator	Total/aplic.	%	PR
Ter que	112/112	93	-
Poder	114/99	87	.54
Dever	66/41	62	.30
Outros	20/16	80	.40
Total	312/260	83	

Nossos dados revelam que, no que se refere à linguagem das disposições do sentimento, o tipo de verbo auxiliar (modal), de acordo com sua força argumentativa, é determinante na escolha da morfologia verbal. Verbos de obrigação como *ter que* condicionam categoricamente o PI enquanto que verbos de possibilidade como *dever* inibem o PI. Em posição intermediária, como mais variável, está *poder*.

Uma tabulação cruzada (*crosstab*) entre tipo de verbo e modalidade mostrou, além da correlação categórica entre *ter que* o qual é deôntico, que maioria de *dever* é epistêmica (o mesmo ocorrendo com *poder*, porém em menor escala). Considerando-se esta correlação e o fato de que a modalidade foi estatisticamente mais significativa do que o tipo de auxiliar, pode-se afirmar que a morfologia de PI aparece mais com *ter que*, não em função do item lexical em si, mas devido à modalidade deôntica que tal auxiliar carrega. O mesmo vale para os demais usos, especialmente para a associação entre FP e *dever*: *-ria* se manifesta mais com este auxiliar por causa da carga de modalidade epistêmica que caracteriza seu emprego nos contextos analisados.

6.6 Conclusões parciais

Em relação às locuções com auxiliares modais podemos concluir parcialmente que;

- (i) o uso da forma de PI está condicionado, em primeiro lugar, pelo gênero discursivo narração, provavelmente pelo traço de factualidade que costuma permear tal tipo de discurso, associado a um grau maior de

informalidade.

- (ii) A exemplo do que ocorre com as outras formas verbais (formas simples de PI e FP e perífrase Ir + INF), o grupo de fatores *paralelismo* mostrou-se também fortemente condicionante do uso das formas de auxiliares modais, confirmando uma vez mais o princípio de que "marcas levam a marcas".
- (iii) A variável independente modalidade também foi significativa, revelando uma correlação acentuada entre deôntico e PI e epistêmico e FP.
- (iv) Os itens lexicais do auxiliar *{ter que, poder e dever}* também se mostraram relevantes, porém mais pelo valor modal associado a cada ocorrência do que pelo próprio item lexical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, sintetizamos o que foi tratado nesta dissertação em termos de distribuição dos dados de verbos simples, perífrases e locuções, contextos em que ocorre a variação na morfologia verbal *~va/-ia versts -ria*, e de análise dos resultados estatísticos acerca desta variação entre PI e FP; destacamos aspectos considerados relevantes no decorrer da investigação; enumeramos algumas das limitações que consideramos mais sérias deste trabalho; e propomos possíveis desdobramentos.

As hipóteses gerais testadas em relação ao emprego de locuções, perífrase e verbos simples foram praticamente confirmadas; a) as locuções verbais são as formas mais recorrentes (entretanto, as perífrases são menos frequentes do que os verbos simples em PI e FP); b) há maior incidência de *Ia* INF do que de *-ria* c) *-ria* se concentra mais em verbos simples do que em locuções, sendo escasso em perífrases; d) a morfologia PI é, de longe, a predominante.

Foram isoladas três regras variáveis envolvendo o uso alternante da morfologia de pretérito imperfeito e de ílituro do pretérito - variável I (valor temporal de futuro do pretérito), variável II (valor temporal de pretérito imperfeito) e variável III (valor temporal de presente) - para as quais testamos o emprego de três variantes - PI e FP de verbo simples e *Ia* INF. Cada uma dessas variáveis foi depreendida a partir da identificação do ponto de referência do dado em análise, da seguinte forma: ponto de referência anterior à situação passada analisada caracteriza um valor temporal de futuro; ponto de referência passado cotemporal assinala um valor de pretérito; e ponto de referência coincidente com o momento de fala remete a valor de presente. Com tal delimitação foram testados fatores presumivelmente condicionantes da escolha das formas alternantes relativamente a cada uma das variáveis apontadas.

A variável I (valor temporal do futuro), com 270 dados, destacou-se pela alta frequência de uso das formas de PI (47%), inibindo o emprego da forma considerada padrão (FP) que neste contexto apresentou apenas 18% de uso; *Ia* INF situa-se numa posição intermediária (35%) Esta variável foi a que apresentou resultados mais significativos do ponto de vista estatístico, mostrando-se sensível apenas a fatores lingüísticos, entre eles destacando-se o *paralelismo formal*; o *ambiente sintático*, a *modalidade* e a *referência temporal*.

O *paralelismo* revelou-se condicionador tanto para **PI** como para **FP**, mostrando que **PI** leva a **PI** e **FP** leva a **FP**, comprovando portanto que "marcas levam as marcas". No *ambiente sintático* a distribuição **protáse + apódose** atua no emprego de **PI**; a alteração da ordem canônica (**apódose + prótase**) condiciona o uso de **FP**; salienta-se ainda o fator **orações encaixadas em discurso indireto** como favorecedor do uso de *Ia INF*. A *modalidade* mostrou-se significativa apenas para o emprego de perífrase, evidenciando-se uma forte correlação entre **deôntica** e *Ia INF*. E a *referência temporal* (depreendida a partir do momento de fala) foi relevante somente para o uso de **FP**, cujo emprego predomina em contextos de referência temporal não-passada.

Variável II (valor temporal de pretérito imperfeito), com 73 dados, apresentou menor número de ocorrências em relação ao número de dados alternantes para a variável I (270). As variantes (**PI**, **FP** e *Ia INF*) para esta variável são basicamente condicionadas pela *modalidade*, de modo que temos uma correlação entre o fator **epistêmica** e uso de **PI** e **FP** em maior e menor escala, respectivamente, possivelmente em decorrência de diferentes graus-de certeza associados à situação em jogo; o fator **deôntica**, provavelmente devido à presença do traço semântico de flituidade, favorece o uso de *perifrase*. Apesar do resultado estatístico não se mostre relevante, convém destacar o condicionamento de ambas as formas (**PI** e **FP**) pela *referência temporal*, de modo que contextos de referência passada privilegiam o aparecimento de **PI** e de referência não-passada condicionam **FP** nesta variável. Os fatores sociais também não se mostraram significativos nesta variável.

A variável III (valor temporal de presente), com 49 dados, a exemplo das anteriores, mostrou uma distribuição de formas com maior frequência para o uso do **PI** (70%) contra o menor percentual de uso das formas de **FP** (30%). Estamos supondo que existem razões pragmático-culturais condicionando o uso alternado dessas formas, o que precisaria ser melhor controlado. Esta foi a única variável a mostrar-se sensível a fatores sociais, da seguinte maneira; o emprego de **PI** é condicionado pela *escolaridade* e pela *idade* (indivíduos mais escolarizados e os mais jovens fazem mais uso de **PI**); e o emprego de **FP** é condicionado pelo *sexo* (homens usam mais **FP**). Diferentes das variáveis anteriores, não houve condicionamento lingüístico na variação com valor temporal do presente.

Quanto às locuções verbais, tomadas como um conjunto à parte devido as suas especificidades, tivemos como grupos de fatores significativos os seguintes, por ordem de relevância: *gênero discursivo*, *paralelismo formal* e *modalidade*. No *gênero discursivo* o condicionamento se deu através do fator **narração** que favorece o uso de **PI**, inibindo nesse ambiente o uso de **FP**. Já o fator **argumentação** desfavorece o uso de **PI**, propiciando o aparecimento de **FP**. O *paralelismo formal* mostrou uma vez mais seu poder condicionante comprovando que "marcas levam a marcas". O grupo de fatores *modalidade* revelou que o fator **modalidade deôntica** é fortemente favorecedor de **PI** enquanto o fator **modalidade epistêmica** propicia o uso de **FP**. Em termos gerais nossas hipóteses foram confirmadas: maior frequência da morfologia *Ia INF* do que de *-ria* para codificar *valor temporal de futuro* forte atuação de fatores lingüísticos, em especial de ambiente sintático, paralelismo formal, modalidade e referência temporal. Entretanto algumas de nossas expectativas não se efetivaram, a saber; a pouca relevância dos fatores sociais, em especial no que se refere ao emprego de **FP** pois o esperado era uma forte correlação entre maior escolarização e uso de *-ria-*, o tipo de condicionante exercido pela modalidade, uma vez que se previa a atuação da marcação, no sentido que a modalidade mais marcada (deôntica) se correlaciona à morfologia mais marcada (*-ria*). O que se verificou foi que o contexto deôntico é o preferido para *Ia INF*, independentemente de seu valor temporal. Por outro lado, *-ria* se associa ao contexto epistêmico.

Consideramos como aspecto mais relevante do presente trabalho a tentativa de isolar, metodologicamente, elegendo primeiro, apoiado na noção de ponto de referência, como critério definidor da(s) variável(is) analisada(s).

Como limitações, destacamos o número reduzido de dados computados para cada variável, a análise interpretativa dos resultados pouco desenvolvida e o apoio teórico não suficientemente explorado - limitações que atribuímos em grande parte ao fator tempo disponível para a realização da pesquisa.

Como desdobramento do trabalho sugerimos:

- refinar o grupo de fatores *modalidade*, distribuindo os eixos epistêmico e deôntico em graus, especialmente porque tal variável mostrou-se recorrentemente significativa;

- ampliar a faixa etária para testar a hipótese de mudança em progresso;
- comparar fala e escrita para verificar se o mesmo tipo de variação ocorre nos dois canais.

Acreditamos, todavia, que o trabalho, apenas provisoriamente concluído, trouxe contribuições interessantes para a questão da variação temporal no português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 19. ed. São Paulo ; Nacional, 1975.
- BENTIVOGLIO, P. Estudos lingüísticos XIV. *In: Anais de Seminários do GEL*. Campinas : UNICAMP, 1987.
- CALLOU, D. M. et al. **Teoria da variação e suas relações com a semântica, a pragmática e análise do discurso**. *In: Cad. Est. Ling., Campinas (20): jan-jun 1991*.
- CAMARA, Jr. J. M. **A forma verbal portuguesa em - ria**. Georgetown : Georgetown University, 1967.
- _____. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis : Vozes, 1972.
- _____. **História e estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro : Padrão, 1975.
- CEDERGREN, H. & SANKOFF, D. "Variable rules: Performance as a statistical reflection of competence". Zifwgwage, 1974.
- COMREE B. An introduction to the study of verbal aspect and related problems**. Cambridge University, 1981
- _____. **Tense**. Cambridge; Cambridge University Press, 1990.
- _____, **Cambridge books in linguistics. Department of Linguistics**. University of Southern Califórnia, 1990.
- COSTA, Ana Lúcia dos P. **A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1997. Dissertação de Mestrado.
- COSTA, M.C.R. **Modalidade e gramaticalização. Estratégias Discursivas na Fala Carioca**. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1995. Tese de Doutorado.
- COAN, Márluce. **Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que-perfeito)**. Florianópolis, UFSC, 1997. Dissertação de Mestrado.
- CUNHA.C. & CINTRA.L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira : 1985.
- DUBOIS, J. **Competing motivations**. UCLA, 1984. mimeo.

GIVÓN, T. (ed) **Syntax and semantics 12: Discourse and syntax**, New York. Academic Press, 1979.

_____. **Syntax - a functional - typological introduction**. vol. II, _____, 1990.

_____. **Functionalism and grammar: a prospectus**. University of Oregon, 1991a.

_____. **Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations**. In; *Studies in language*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins. 1991b.

_____. **Verbal inflections: tense, aspect, modality and negation**. In: *English Grammar: A functional-based introduction*. Vol I e II Amsterdam/Philadelphia; J. Benjamins, 1993,

_____. "Tense-Aspect-Modality". In: **Syntax - a functional - typological introduction**, vol I. Amsterdam Philadelphia. J. Benjamins, 1984.

_____. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia; John Benjamins Publishing Company, 1995.

GÛRSKI, E. Cláusulas temporais: ordem e função discursiva. Florianópolis, UFSC, 1996. (inédito)

_____. **O infinitivo na fala de Florianópolis: (im)pessoalização**. Mesa redonda ; Morfossintaxe do português do Brasil; variação e mudança. Curitiba, UFPR. set/97. 3º Seminário do GT de Sociolinguística da ANPOLL.

GRYISIER, H. **Avaliação de tempo-modo e conexão as orações condicionais em português**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1990. Faculdade de Letras. Tese de Doutorado.

DCEDA, S. N. "O pretérito imperfeito; a importância da superestrutura na sua compreensão". In: *D. E. L. T. A.* Vol. 8, nº 1, São Paulo, EDUC, 1992.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972a.

_____. **Language in the inner city**. Philadelphia; University of Pennsylvania Press, 1972b.

_____. "Where does the Linguistic variable stop? a response to Beatriz Lavandera" In: *Sociolinguistic Working Paper*, 44. Texas, 1978.

LAVANDERA, B **Where does the sociolinguistic variable stop?** Linguistics Department Stanford University ; Great Britain, 1978.

LYONS, Johns. **Semantics**. Volume 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LEÃO, A. O período hipotético iniciado por se. Belo Horizonte : UFMG, 1961.

MATOS, S. Aspectos da semântica e pragmática do imperfeito do indicativo. *In: Línguas e Literaturas*. Revista da Faculdade de Letras pp. 435-473, Porto, 1996.

PAREDES & SILVA, V. "A **abordagem laboviana**" Mesa redonda: *Os estudos de variação no Brasil: situação atual*. *Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL*. Goiânia, 1993.

PINTZUK, S. *VARBRUL Programs*. 1988. mimeo.

POPLAK, S. **Function and process in a variable phonology**. (University of Pennsylvania dissertation), 1979.

PONTES, E. **A metáfora**. UNICAA/ÍP : 1990, Campinas.

_____, **Estrutura do verbo no português coloquial**. Petrópolis ; Vozes, 1972.

SAID ALI, M. **Gramática Secundária de Língua Portuguesa**. 8º ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1971.

SANKOFF, D. Sociolinguistics and syntactic variation. Vol. IV *In: Language: The Socio-cultural Context*. University of Washington, 1990.

SCHERRE, M.M.P. **Reanálise da concordância nominal em português**. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1988. Teste de Doutorado.

_____. **Introdução ao Pacote VARBRUL para Microcomputadores** Rio de Janeiro, UFRJ, 1992, Brasília, UnB, 1993, mimeo.

SILVA-CORVALÁN, C. **Sociolingüística. Teoria y Analisis**. Madrid: Alhambra. 1988.

_____, "The gradual loss of mood distinctions in los Angeles Spanish" *In: Language variation and change*. 1994, 255-72.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo : Ática, 1985.